



**Politécnico
de Viseu**

Escola Superior
de Educação
de Viseu

PV - ESEV 2021

O Papel do Voluntariado Jovem nas Motivações de Desenvolvimento de Competências Pessoais e Sociais

O Papel do Voluntariado Jovem nas Motivações e Desenvolvimento de Competências Pessoais e Sociais

Dário Filipe Gomes

Dário Filipe Gomes

Dezembro de 2021



**Politécnico
de Viseu**

Escola Superior
de Educação
de Viseu

O Papel do Voluntariado Jovem nas Motivações e Desenvolvimento de Competências Pessoais e Sociais

Dário Filipe Gomes

Mestrado

Intervenção Psicossocial com Crianças e Jovens em Risco

Trabalho efectuado sob a orientação de
Professora Doutora Cátia Magalhães
Professora Doutora Paula Xavier

Dezembro de 2021



DECLARAÇÃO DE INTEGRIDADE CIENTÍFICA

Dário Filipe Gomes n.º 6873 do curso de Mestrado de Intervenção Psicossocial com Crianças e Jovens em Risco declara sob compromisso de honra, que a dissertação/trabalho de projeto/relatório final de estágio é inédito e foi especialmente escrito para este efeito.

Viseu, 20 de dezembro de 2021

O aluno,

Dário Filipe Gomes

modQ*sac.27

Agradecimentos

Um dia, alguém me disse: “*Não é por uma pessoa ser pobre, que não tem o mesmo direito a sonhar e a construir uma vida digna.*” Aquelas palavras entoaram na minha cabeça e têm-me acompanhado ao longo dos anos. Cada etapa na nossa vida é uma oportunidade de aprendizagem e crescimento, principalmente quando temos a possibilidade de não caminharmos sozinhos. Ao longo da caminhada, vários são os momentos de frustração e de tempestade, onde algumas vezes pensamos em desistir e é aí que as pessoas luz da nossa vida têm um papel preponderante, quando nos seguram a mão e nos fazem acreditar que vale a pena prosseguir na nossa caminhada. Ter a possibilidade de reconhecer e agradecer de forma pública a cada uma das pessoas que me acompanhou durante este processo tão conturbado é a minha forma única de expressar a minha imensa gratidão.

Este trabalho resulta, assim, do apoio incondicional de várias pessoas e, desse modo, quero agradecer a todos aqueles que me apoiaram incondicionalmente, direta ou indiretamente, para a conclusão desta etapa. Deste modo, dedico um agradecimento especial:

Às minhas orientadoras, Prof.^a Doutora Cátia Magalhães e Prof.^a Doutora Paula Xavier, por toda a paciência, palavras de motivação e orientação ao longo desta caminhada. Sem este apoio efetivo, chegar aqui não tinha sido possível.

À Prof.^a Doutora Maria João Amante e Prof.^a Doutora Susana Fonseca, por sempre acreditarem e terem uma palavra amiga a dar.

Em geral a todos os Professores do Curso de Mestrado em Intervenção Psicossocial em Crianças e Jovens em Risco da Escola Superior de Educação de Viseu, que tiveram um papel preponderante na aquisição de aprendizagens fundamentais conducentes à conclusão deste trabalho.

Aos participantes deste estudo, que dedicaram o seu tempo e contribuíram para o resultado deste trabalho.

Às minhas filhas, Teresa e Sara, pela inspiração e por me obrigarem a ser um pouco melhor a cada dia que passa e à minha esposa, Soraia Gomes, pelas palavras, pelo apoio incondicional e pelas coisas que tivemos de abdicar durante este processo.

Aos meus avós, António e Teresa, pela forma como estão presentes em mim e não me deixam desistir, aquando das minhas fraquezas.

E por fim, não menos importante, a Deus, pela fé e pela própria vida, na medida em que nos ajuda a encarar cada dia como uma dádiva.

Dedicatória

Ainda que os atos sejam mais expressivos que as palavras, dedico este trabalho às minhas filhas, Teresa e Sara, que também ele possa servir de inspiração para que nunca deixem de sonhar. Por vezes, a vida pode ser muito cruel e as adversidades poderão surgir, no entanto, há sempre a possibilidade de serem criados novos caminhos e sonhos!

Índice

Agradecimentos	I
Dedicatória	II
Índice de Tabelas	V
Resumo	VI
Abstract	VII
Lista de abreviaturas	XI
Introdução	1
Parte I - Enquadramento Teórico	4
Capítulo 1 - Os Jovens	4
1.1. Características de Desenvolvimento	4
1.2. Fatores de Proteção e Fatores de Risco na Juventude	8
1.3. Políticas e Programas da União Europeia na área da Juventude.....	14
1.3.1. Estratégia da União Europeia para a Juventude	14
1.3.2. Juventude em Ação.....	17
1.3.3. Programa Erasmus+	21
Capítulo 2 - Serviço Voluntário Europeu	25
2.1. Enquadramento histórico e legal do Voluntariado: Perspetiva Geral do contexto português	25
2.2. O caso do Serviço Voluntário Europeu.....	29
2.2.1. Serviço Voluntário Europeu como forma de educação não formal e informal	30
2.2.2. Certificação de competências em Projetos do Serviço Voluntário Europeu – Youthpass.....	31
Capítulo 3 - A importância do Voluntariado no Desenvolvimento de Competências Pessoais e Sociais dos Jovens	34
3.1. As motivações dos Jovens para o Voluntariado	34
3.2. Competências Pessoais e Sociais	36
3.3. Voluntariado e o Desenvolvimento de Competências	38
Parte II – Estudo Empírico	41
1. Apresentação do Estudo	42

1.1. Questão de estudo.....	42
1.2. Objetivos.....	43
2. Metodologia	44
2.1. Participantes	44
2.2. Instrumento	46
2.3. Procedimentos	49
2.4. Técnicas de análise de dados.....	50
3. Apresentação e Discussão dos Resultados	52
3.1. Análise das perceções sobre a experiência de SVE	52
3.2. Análise dos contributos da experiência de SVE	62
3.3. Análise da experiência de SVE e desenvolvimento de competências	62
3.4. Análise inferencial	65
3.4.1. Associação entre as motivações dos jovens para o voluntariado e as suas competências pessoais e sociais	65
3.4.2. <i>Competências pessoais e sociais dos jovens em função do género...</i>	69
Conclusão.....	70
Bibliografia	72
Anexos	82
Anexo A – Pedido de autorização e resposta para a utilização do Inventário das Motivações para o Voluntariado	83
Anexo B – Pedido de autorização e resposta para a utilização da Escala de Avaliação de Competências Pessoais e Sociais.....	84
Anexo C – Questionário sobre as Motivações e Competências em Jovens Participantes no Serviço Voluntário Europeu.....	85
Anexo D – Perceções dos jovens sobre o significado do voluntariado (análise)	93
Anexo E – Perceções sobre os contributos para alguma mudança na forma de encarar a vida (análise).....	96
Anexo F – Perceções sobre os contributos para a mudança de comportamentos (análise)	99
Anexo G – Perceções sobre as competências adquiridas (análise).....	102
Anexo H – Perceções sobre as melhorias nas competências de cidadania e participação ativa (análise).....	105

Índice de Tabelas

Tabela 1 <i>Caracterização Sociodemográfica da Amostra</i>	45
Tabela 2 <i>Descrição da categoria “Definição de Voluntariado</i>	53
Tabela 3 <i>Descrição da categoria “Mudanças na Forma de Encarar a Vida</i>	54
Tabela 4 <i>Descrição da categoria “Mudança de Comportamentos”</i>	56
Tabela 5 <i>Descrição da categoria “Aquisição de Competências”</i>	58
Tabela 6 <i>Descrição da categoria “Competências de Cidadania e Participação Ativa”</i> .60	
Tabela 7 <i>Medidas de dispersão relativas às percepções sobre os contributos da experiência de SVE</i>	62
Tabela 8 <i>Medidas de dispersão relativas às questões referentes à Experiência de SVE e Desenvolvimento de Competências</i>	63
Tabela 9 <i>Teste de Pearson entre as motivações dos Jovens para o Voluntariado e as suas Competências Pessoais e Sociais (N=46)</i>	65
Tabela 10 <i>Motivações dos Jovens para o Voluntariado (Funções Valores, Social e Proteção) em função do género (N=46)</i>	67
Tabela 11 <i>Motivações dos Jovens para o Voluntariado (Funções Experiência, Crescimento e Carreira) em função do género (N=46)</i>	67
Tabela 12 <i>Dimensões de Competências Pessoais e Sociais dos Jovens (Competências Básicas, Regulação Emocional, Relações Interpessoais e Definição de Objetivos) em função do Género (N=46)</i>	68
Tabela 13 <i>Dimensão de Resolução de Problemas da Escala de Avaliação de Competências Pessoais e Sociais dos Jovens em função do género (N=46)</i>	68

Resumo

A presente investigação é um estudo misto de natureza exploratória e pretende analisar as perspetivas dos jovens sobre as implicações da participação em projetos do Serviço Voluntário Europeu ao nível das suas competências pessoais e sociais. Neste estudo participaram 46 jovens, com idades compreendidas entre os 20 e os 30 anos de idade, ($M=24.96$; $DP=2.68$) que preencheram um questionário construído de acordo com os objetivos da investigação, sendo os dados qualitativos sujeitos a análise de conteúdo e os quantitativos analisados com recurso ao SPSS. Os resultados da análise qualitativa evidenciaram a identificação das seguintes categorias: definição de voluntariado, mudanças na forma de encarar a vida, mudança de comportamentos, aquisição de competências e competências de cidadania e participação ativa. Os participantes concordam bastante que a sua experiência de voluntariado contribuiu para a melhoria de competências linguísticas, para a aquisição de competências pessoais e sociais, bem como para se sentirem mais felizes e terem a oportunidade de conhecerem novas pessoas. Por intermédio da análise quantitativa, inferencial, verificou-se que existe uma forte relação entre as motivações dos jovens para o voluntariado e a aquisição de competências pessoais e sociais. Além disso, observou-se que as raparigas atribuíram uma importância significativamente superior a motivações de voluntariado relacionadas com valores, quando comparadas com os rapazes. Por fim, os jovens consideraram que, em média, a sua experiência de voluntariado contribuiu para alguma mudança na forma como passaram a encarar a vida e na alteração de comportamentos, principalmente, relacionados com autorreflexão e de relacionamento interpessoal, assim como para uma melhoria ao nível das suas competências de cidadania e de participação ativa.

Palavras-chave: voluntariado; jovens; motivações; promoção de competências pessoais e sociais.

Abstract

This research is a mixed study of an exploratory nature and aims to analyse the perspectives of young people on the implications of participating in European Voluntary Service projects in terms of their personal and social skills. In this study 46 young people aged between 20 and 30 years old participated in this study ($M=24.96$; $SD=2.68$) who completed a questionnaire built in accordance with the objectives of the investigation, with the qualitative data being subjected to content analysis. and quantitative using SPSS. The results of the qualitative analysis evidenced the identification of the following categories: definition of volunteering, changes in the way of facing life, behaviour change, acquisition of citizenship skills and competences, and active participation. Participants are very much in agreement that their volunteer experience has contributed to improving language skills, acquiring personal and social skills, as well as feeling happier and having the opportunity to meet new people. Through quantitative, inferential analysis, it was found that there is a strong relationship between young people's motivations for volunteering and the acquisition of personal and social skills. Furthermore, it was observed that girls attached significantly more importance to value-related volunteer motivations than boys. Finally, the young people considered that, on average, their volunteer experience contributed to some change in the way they started to face life and to change behaviours, mainly related to self-reflection and interpersonal relationships, as well as to an improvement in terms of their citizenship skills and active participation.

Keywords: volunteering; young's; motivations; promotion of personal and social skills.

Lista de abreviaturas

CES – Corpo Europeu de Solidariedade

EACSE – Escala de Avaliação de Competências Sociais e Emocionais

IFV - Inventário Funcional do Voluntariado

IMV – Inventário das Motivações para o Voluntariado

LGBTQI+ - Lésbica, Gay, Bissexual, Transgénero, Queer, Intersexo e outro/as

SVE – Serviço Voluntário Europeu

UE – União Europeia

Por trás de qualquer estudo, investigação existe sempre um sonho, uma necessidade e/ou uma ambição. Este, em particular, não é diferente e nasceu da vontade de me superar e desafiar um pouco mais na concretização de mais uma etapa: obter o grau de Mestre em Intervenção Psicossocial com Crianças e Jovens em Risco.

Introdução

O presente estudo realiza-se no âmbito do Mestrado em Intervenção Psicossocial com Crianças e Jovens em Risco, da Escola Superior de Educação de Viseu, e visa analisar as perspetivas dos jovens sobre as implicações da participação em projetos do Serviço Voluntário Europeu ao nível das suas competências pessoais e sociais.

Na sociedade atual em que vivemos, onde a competição, o individualismo, o lucro, a aparência, o desejo do sucesso e o avanço tecnológico galopante, onde os jovens são vistos como “rebeldes”, torna-se premente olhar para a juventude sob outra perspetiva. Importa reconhecer que esta faixa etária está cada vez mais exposta a riscos que poderão trazer consequências significativas na idade adulta. O processo de desenvolvimento dos jovens implica um aumento complexo de experiências, assim como um aumento de riscos que necessitam de ser estudados e analisados, de forma a contribuir para um desenvolvimento mais saudável, capacitando os jovens através de experiências que promovam a sua autonomia e capacidade de decisão, prevenindo situações de risco que acarretam riscos na construção de projetos de vida (Matos & Sampaio, 2009).

Partindo desta preocupação e reconhecendo que os fatores de risco podem aumentar a probabilidade de envolvimento em comportamentos negativos, que poderão ser de ordem socioeconómica, comunitária, interpessoal e individual, torna-se imperativo olhar para os fatores de proteção que, pelo contrário, diminuem esta probabilidade. Deste modo, a prevenção deve ser encarada numa ótica sistémica e de ciclo vital, isto é, não apenas em períodos críticos, mas ao longo de todas as etapas do desenvolvimento (Moreira, 2001).

Nesta linha de ideias, a prática do voluntariado emerge como uma oportunidade significativa para os jovens desenvolverem competências pessoais e sociais fundamentais para um desenvolvimento mais saudável, tal como se pretende analisar através deste estudo. Esta prática tem vindo a tornar-se uma atividade na qual uma grande parte das pessoas pondera participar. A revisão da literatura realizada neste âmbito sugere que o envolvimento em projetos de voluntariado surge cada vez mais cedo, e à medida que a maturidade, educação e competências aumentam, a probabilidade dos jovens se envolverem em projetos de voluntariado tende, também, a aumentar (Nordlund, 2009).

À medida que a participação em projetos de voluntariado cresce, também aumenta o interesse dos investigadores por esta área.

Deste modo, têm surgido diversas definições do conceito de voluntariado que variam de acordo com as especificidades do contexto onde ele ocorre e os aspetos do comportamento que cada autor pretende avaliar e compreender (Henney et al., 2017).

Não obstante, a definição mais recorrente na literatura refere o voluntariado como uma atividade ou comportamento pró-social prolongado e de caráter não obrigatório que, apesar de beneficiar a comunidade ou outros indivíduos além dos amigos e da família do voluntário, não é compensado de forma financeira (Beehr et al., 2010).

Durante este século XXI, tem-se constatado uma enorme expansão do voluntariado internacional, quer a nível do número de participantes, bem como ao nível das organizações de apoio (Sherraden et al., 2008). Entenda-se o voluntariado internacional como a prática de voluntariado num outro país que não o de origem do voluntário (Mcbride & Lough, 2010).

De entre os mais diversos programas e projetos de voluntariado internacional existentes, o Serviço Voluntário Europeu (SVE) constitui um dos programas mais comuns a nível europeu, sendo financiado pela União Europeia. Estes projetos oferecem oportunidades de praticar voluntariado internacional num projeto comunitário, dando a possibilidade à população jovem de usufruir da mobilidade e, em simultâneo, desenvolver experiência de trabalho e competências para o seu futuro pessoal e profissional (“European Solidarity Corps”, 2020). O SVE foi inicialmente criado em paralelo aos programas de mobilidade estudantil internacional como o Erasmus+, com o objetivo de desenvolver mais oportunidades de participação em projetos de mobilidade internacional para os jovens com menos possibilidades económicas e com níveis de educação inferiores (Devlin et al., 2017).

Neste sentido, face à escassez de literatura/evidência nesta área, bem como a necessidade do investigador em aprofundar conhecimentos na área profissional que desenvolve surge o presente estudo, que passará a ser apresentado e que pretende por intermédio da análise realizada responder ao seguinte objetivo geral conhecer e compreender as perspetivas dos jovens sobre as implicações da participação em projetos do Serviço Voluntário Europeu ao nível das suas competências pessoais e sociais.

Assim sendo, o trabalho foi organizado em duas partes, sendo a Parte I dedicada à apresentação do enquadramento teórico, isto é, realizar-se-á uma revisão da literatura em torno dos conceitos que norteiam este estudo.

Portanto, o primeiro capítulo surge como forma de enquadrar o público-alvo, nomeadamente os jovens, analisando as características do desenvolvimento desta faixa etária, mas também clarificar algumas ideias sobre a definição do conceito de juventude, já que como nos referem Mendonça et al., (2009), o conceito de juventude não tem um início e um fim definido, contudo tem vindo a evidenciar-se cada vez mais a necessidade de ser estudada e enquadrada como uma etapa de desenvolvimento que deve ser separada da infância e da idade adulta, este fenómeno deve-se também a múltiplos fatores sociais, políticos e económicos. Para tal iremos analisar mais em detalhe o estudo de Levinson (1977) e Arnett (2000).

Em seguida, pretende-se clarificar os conceitos de fatores de proteção e de risco na juventude, considerando-se que o voluntariado poderá funcionar como fator de proteção para os jovens, esta análise permitirá compreender a escolha do tema em função da pertinência do Mestrado em Intervenção Psicossocial com Crianças e Jovens em Risco. Sendo o objetivo deste, promover uma formação técnica especializada na conceção, desenvolvimento e avaliação de projetos e metodologias específicas de intervenção concretizadas em medidas de prevenção e proteção de crianças e jovens em situação de risco, pressupondo o desenvolvimento de uma cultura de aprendizagem direcionada para a promoção da saúde, bem-estar e qualidade de vida da criança e do adolescente, aos níveis pessoal, social, familiar e institucional. Pretende-se, assim, que este estudo possa apresentar-se como uma reflexão importante para os técnicos que atuam na área da juventude, alertando ainda para a importância da intervenção junto dos jovens adultos, que embora já tenham adquirido a maioridade, continuam a enfrentar múltiplos desafios que os podem colocar em situação de risco e/ou vulnerabilidade social. Da mesma forma, que o desenvolvimento de competências, através de formas não convencionais, como é o caso do voluntariado, pode constituir-se uma ferramenta eficaz no trabalho junto dos jovens.

Perante a necessidade de reconhecer o trabalho da União Europeia em matéria de inclusão social, capacitação de jovens e a promoção de igualdade de oportunidades, criou-se um subponto onde se apresentarão as políticas, nomeadamente, a estratégia da UE na área da juventude e alguns programas da União Europeia, com maior expressão, em matéria de Juventude, especificamente o programa juventude em ação e o Erasmus+.

O segundo capítulo, aborda os aspetos fundamentais do Serviço Voluntário Europeu (SVE), tendo em conta que este será o contexto de voluntariado que norteia a base desta investigação.

Assim, o primeiro subponto deste capítulo prende-se com uma breve contextualização histórica e legal do voluntariado. Ainda neste ponto irá analisar-se de que forma o SVE se assume como forma de educação não formal e informal. Para finalizar este ponto, iremos explorar o *Youthpass* que é uma ferramenta da União Europeia para certificar e validar as competências adquiridas pelos jovens no âmbito das suas experiências de mobilidade e voluntariado.

No terceiro capítulo, pretende-se apresentar uma análise decorrente da revisão da literatura no que concerne à importância do voluntariado no desenvolvimento de competências pessoais e sociais dos jovens. Deste modo, analisaremos algumas perspetivas sobre as motivações dos jovens para o voluntariado. Assim como, aprofundaremos conhecimentos sobre os conceitos de competências pessoais e sociais. O subponto que encerra este capítulo pretende apresentar conhecimento científico sobre a relação que existe entre o voluntariado e o desenvolvimento de competências.

A Parte II diz respeito ao estudo empírico, onde se apresentarão os objetivos, a metodologia, os resultados e uma discussão dos mesmos. Na apresentação do estudo, pretende-se apresentar a questão de estudo e os objetivos que norteiam esta investigação. No que concerne à metodologia, apresentar-se-ão os participantes, o instrumento utilizado, os procedimentos adotados e as técnicas subjacentes à análise dos dados. Segue-se a apresentação e discussão dos resultados obtidos.

E, por fim apresentar-se-á a conclusão, onde irão ser apresentados os aspetos mais significativas do estudo, bem como as dificuldades sentidas e pistas para novas investigações.

Parte I - Enquadramento Teórico

Capítulo 1 - Os Jovens

De acordo com Andrade (2010):

A fase do ciclo vital que corresponde à passagem da adolescência para a idade adulta, ocorrem transições traduzidas no desenvolvimento, realização e consolidação da identidade pessoal e social do sujeito, que culminarão com a aquisição do estatuto social de adulto. Este último é sustentado pelo alcance de uma posição social decorrente do desempenho de papéis profissionais e familiares, que simultaneamente assinalam o final da juventude e caracterizam a idade adulta. (p. 255)

1.1. *Características de desenvolvimento*

Ao longo das últimas décadas, as perspetivas sobre a vida e o desenvolvimento do ser humano tem vindo a alterar-se. Pensar que a aprendizagem, mudança e evolução param na infância ou adolescência é uma simplificação excessiva e errada como nos afirma Rutter (1996). Neste âmbito, tornou-se essencial que as conceptualizações do desenvolvimento humano e, conseqüentemente, dos percursos de vida, passassem a ter em conta o carácter mutável da idade adulta, ao invés de ser encarada como um período normativamente uniforme e inalterado em termos desenvolvimento (Agudo, 2008).

Por sua vez, o conceito de juventude, na medida em que não se esclarece onde inicia e termina, tem vindo a evidenciar-se cada vez mais nas sociedades contemporâneas, fruto de múltiplos fatores sociais, políticos e económicos, tal como nos referem Mendonça et al. (2009).

Em matéria de teorias do desenvolvimento na idade adulta, Erick Erikson é apontado como o primeiro autor a referir-se a fases na idade adulta, identificado períodos distintos. Assim, diferencia o que é a idade adulta da idade adulta jovem e refere especificamente que ao indicar apenas estas duas fases não pretende referir-se a todas as subfases do período entre a adolescência e a maturidade (Erikson, 1982).

Em relação à idade adulta jovem, Erikson (1976) diz que o indivíduo anseia e dispõe-se a fundir a sua identidade com a de outros, estando preparado para a intimidade, tendo a capacidade de confiar a filiações e ser fiel a elas, mesmo que isso implique sacrifícios e compromissos significativos. Corroborando esta ideia, Levinson (1977) caracteriza a idade adulta, não como uma fase única, mas como uma sequência de fases ou períodos, a que chama as estações da vida do homem, concluindo que o caráter essencial dessa sequência é igual para todos os sujeitos da sua investigação.

Para este segundo autor a externalização do mundo contribui para as aspirações do homem e é entre essas possibilidades e constrangimentos do seu ambiente que este faz as suas escolhas e constrói o seu mundo.

No desenvolvimento psicossocial do adulto, Levinson (1977) propõe a existência de uma estrutura de vida que se concretiza numa prossecução de períodos relativamente ordenados, existindo períodos estáveis, durante os quais se constroem estruturas, que alternam com períodos de transição, onde as estruturas existentes são alteradas. Deste modo, entende-se que cada período de transição também tem tarefas diferentes que refletem o período no ciclo de vida em questão, onde um período de transição é uma ponte, uma zona de fronteira, entre duas etapas de maior estabilidade, que envolve um processo de mudança, de uma estrutura para outra. A transição deve permitir aceitar as perdas envolvidas no término, avaliar o passado, decidir que aspetos do passado se devem manter e quais rejeitar e começar o futuro (Levinson, 1977). Destaque-se a importância da aquisição de competências pessoais e sociais no que diz respeito à tomada de decisão das pessoas face às mudanças que vão surgindo nos vários períodos.

Relativamente à classificação das etapas, e de acordo com Levinson (1977), a primeira etapa, intitulada de Pré-Idade Adulta (*Preadulthood*), vai do nascimento até aos 22 anos e é caracterizada pelo mais rápido crescimento biopsicossocial. A segunda etapa, identificada por Idade Adulta Jovem (*Early Adulthood*), está entre os 17 e vai até aos 45 anos. Como se pode verificar pela sobreposição das idades consideradas, Levinson considera aqui a existência de um período de transição, o período que está entre os 17 e os 22 anos, que representam a Transição da Idade Adulta Jovem (*Early Adulthood Transition*), fazendo parte de ambas as etapas. Importa, assim, salientar que cada etapa acarreta especificidades e necessidades específicas. A teoria de Levinson apresentou um novo olhar sobre as características desta faixa etária, que até então não era considerada.

A era Idade Adulta Jovem é vista como a de maior energia e abundância, e a de maior contradição e stress (Levinson, 1977). Assim, o jovem deve estabelecer uma estrutura de vida que providencie uma ligação entre o *self* e a sociedade adulta, construindo o seu novo lar, e definir-se como um Adulto Novato (*Novice adult*), que terá de lidar com as suas escolhas iniciais no que diz respeito à sua profissão, relações amorosas, estilo de vida e valores.

Não se considera que a sequência destes períodos de estrutura de vida deriva unicamente de um processo maturacional ou da influência de um único sistema social, sendo sim o produto da sua conjugação e da influência de fontes biopsicossociais (Agudo, 2008). Nesse sentido, pode-se antecipar que o voluntariado poderá assumir-se como um fator preponderante na aquisição de competências pessoais e sociais, que poderão ser um fator chave para o pleno desenvolvimento saudável dos jovens.

Para Levinson (1977), o processo de entrada na adultez, processa-se ao longo de vários anos, cerca de 15 ocorrendo, geralmente, entre os 17 e os 33 anos. Será nesta altura que um jovem adulto encontra o seu lugar na sociedade adulta, não sendo este o tempo da “adolescência tardia”, mas sim uma parte intrínseca da idade adulta (Levinson, 1977). O processo de entrada no mundo adulto começa com a transição da Idade Adulta Jovem, isto é, a ponte entre a Pré-Idade Adulta e a Idade Adulta Jovem, que acontece aos 17/18 anos e termina pelos 22 ou 23 anos. Tal como se pode verificar através da ideia do autor, é importante entender que, ao contrário daquilo que se defendeu durante muitos anos, o jovem não passa a ser adulto de uma forma repentina, mas sim através de uma sucessão de fases fundamentais que devem ser entendidas como tal. Importa destacar, neste ponto, que, face a este entendimento, é necessário dotar os jovens de ferramentas e conhecimentos que lhes permitam desenvolver competências pessoais e sociais facilitadores de um desenvolvimento/ crescimento saudável que os prepare para a entrada na vida adulta.

Do ponto de vista dos fatores externos, esta transição poderá implicar sair de casa da família; tornar-se financeiramente menos dependente; adotar novos papéis e ter condições de habitação em que se seja mais autónomo e responsável. No que concerne aos aspetos internos, este processo envolve uma maior diferenciação entre *self* e os pais; maior distância psicológica da família e menor dependência emocional do apoio e autoridade parental (Agudo, 2008).

Tendo por base os fatores externos e internos, que no fundo servem de preparação para a autonomia e responsabilidade, afigura-se pertinente refletir se o voluntariado, mais especificamente o serviço voluntário europeu, no que concerne às suas especificidades, tal como irá ser apresentado no decorrer do presente trabalho, poderá ser uma experiência preparatória, na medida em que proporciona aos jovens uma experiência internacional, onde muitos jovens saem pela primeira vez da sua zona de conforto. O serviço voluntário europeu não é apenas encarado como um ato de doação a um grupo de pessoas ou uma causa social, mas também como uma oportunidade de desenvolvimento, autoexpressão e autoconhecimento (Jardim & Silva, 2012).

Levinson (1977) apresenta, ainda, a fase que ocorre entre os 22 e os 28/29 anos, onde é criada e testada uma estrutura de vida inicial que providencia uma ligação entre o *self* e a sociedade adulta. Este período de desenvolvimento tem o seu caráter distintivo, isto é, por um lado o adulto novato deve expandir os seus horizontes, manter as suas opções em aberto e experimentar antes de decidir-se por compromissos firmes. Reforçando o contributo do voluntariado neste propósito, Jardim e Silva (2012) refere que esta prática, para além de possibilitar a oportunidade de melhorar competências, é também uma oportunidade de fazer algo prático, experimentar o que se quer, sem o risco de ter responsabilidade pelo insucesso, podendo ser um potenciador de certezas sobre decisões importantes a serem feitas no futuro. Por outro lado, Agudo (2008) enfatiza a ideia de que o jovem deverá fazer escolhas firmes e assumir responsabilidades de adulto. Entenda-se aqui, mais uma vez, a importância da aquisição de novas experiências, que devem permitir ao adulto novato uma maior compreensão do mundo que o rodeia, para posteriormente tomar decisões e assumir compromissos. Num tempo em que a capacidade individual de sobrevoar a incerteza e gerir a vida assumem uma importância acrescida, preparar o “presente estendido” é uma tendência cada vez mais necessária (Furlong, 1992).

Para Arnett (2000) persiste uma ideia na questão da identidade na idade adulta emergente, no que concerne às principais áreas de exploração, o amor, o trabalho e até a visão do mundo, sendo nesta fase que o jovem experimenta várias formas de estar na vida, aproximando-se cada vez mais das decisões da vida adulta. Para o autor é na adolescência que estas questões se começam a colocar, mas defende que o desenvolvimento do processo toma uma relevante importância na idade adulta emergente.

Realça ainda, que esta fase é exploratória e que o objetivo da exploração não é apenas a preparação para papéis adultos, mas uma parte essencial para que os jovens explorem uma amplitude de experiências de vida, antes de assumirem responsabilidades duradouras e limitadoras da vida adulta.

Corroborando esta ideia, Lefkowitz (2007) refere que esta fase passa pelo estabelecimento duma identidade, experimentação com a intimidade, formação de relações íntimas, começar uma família, tomar decisões sobre a carreira e atingir a independência dos pais.

Após uma breve análise sobre algumas características do desenvolvimento, fazendo já uma ligação à temática deste estudo, proceder-se-á no próximo ponto a um enquadramento em torno dos conceitos “fatores de proteção” e “fatores de risco” associados à juventude, tendo como objetivo analisar a prática do voluntariado enquanto fator de proteção, na medida em que os jovens envolvidos em projetos de voluntariado poderão adquirir competências pessoais e sociais fundamentais para um desenvolvimento mais saudável.

1.2. Fatores de Proteção e Fatores de Risco na Juventude

Os jovens são por natureza a faixa etária mais propensa a riscos, dada as características desta etapa do desenvolvimento. Nessa medida, devem também ser ponderados os fatores de proteção que poderão atuar como forma de prevenção, minimizando os riscos a que os jovens estão sujeitos.

Por fatores de proteção pode entender-se todas as variáveis que reduzem ou minimizam os efeitos negativos dos fatores de risco aos quais os indivíduos estão expostos no contexto ecológico, conseguindo, assim, ultrapassar essas experiências adversas de forma adaptativa (Paludo & Koller, 2007). Estes fatores devem ser encarados como um processo dinâmico, que incluem aspetos intrínsecos e extrínsecos, podendo ser classificados em quatro classes: individuais, familiares, escolares e sociais (Andrade & Tomasini, 2012).

Deste modo, os fatores de proteção assumem diferentes níveis e apoiam a minimização da gestão dos riscos diários, favorecendo a diminuição de probabilidades de ocorrência de comportamentos desviantes (Ribeiro & Sani, 2009).

Maia e Williams (2005) classificam os fatores de proteção em três categorias que, se presentes, apoiam as crianças e jovens a desenvolver respostas adaptativas.

Primeiramente destacam os atributos individuais, como por exemplo, a autonomia, a orientação social positiva e uma boa autoestima. Em segundo lugar, enfatizam as características familiares tais como a coesão, a afetividade e a ausência de discussões ou negligência. Em último, mas com elevada relevância, aludem às fontes de apoio individual disponíveis, como por exemplo o relacionamento com os pares e pessoas fora da família, suporte cultural, pertença a determinada religião e apoios institucionais (como a escola).

Mais tarde, Chitas (2010), volta a enumerar os fatores de proteção categorizando-os em individuais, familiares e suporte social.

São exemplos de fatores protetores individuais, o temperamento do indivíduo, a personalidade, a capacidade de reflexão no confronto com novas situações, as competências cognitivas e respostas positivas às necessidades dos outros. No que concerne aos fatores de proteção familiares, refere a coesão familiar, a afetividade e a presença de uma figura adulta que preste cuidados, quer sejam os avós, tios, ou outros familiares, que assumam um papel importante na ausência dos pais ou até em situações de conflito conjugal ou separação. Finalmente, destaca os fatores de proteção relacionados com o suporte social, que se reportam ao suporte fornecido por uma cuidadora formal, uma instituição ou um professor.

Por sua vez, Aisenberg e Herrenkohl (2008) definem os fatores de proteção como aqueles que modificam, melhoram ou alteram a resposta de uma pessoa, na presença de um risco ambiental que por si predispõe a resultados inadequados. Silva et al. (2012) afirmam ainda que estes fatores permitem uma resposta mais adaptada, enfatizando que estes podem não ter um efeito tão claro se não existir uma situação stressante. Os mesmos autores apresentam quatro funções principais inerentes aos fatores de proteção: reduzir o impacto dos riscos, reduzir as reações negativas que se seguem à exposição do indivíduo à situação de risco, estabelecer e manter a autoestima e autoeficácia através de relações afetivas e criar oportunidades para reverter os efeitos do risco. Na mesma linha, Maia e Williams (2005) após várias investigações, identificaram os seguintes fatores de proteção: o temperamento positivo, a inteligência acima da média, a competência social, a realização académica, a capacidade de se relacionar facilmente, alta autoestima, o suporte familiar, a proximidade da família, um ambiente de regras adequado e a boa relação com os pares e com instituições.

Masten e Coastworth (1998) reconhecem o facto de alguns indivíduos, mesmo quando expostos à adversidade, se desenvolverem adequadamente devido à ação de fatores protetores individuais ou ambientais.

Os mesmos autores apresentam determinadas características (individuais, familiares e extrafamiliares) que potenciam respostas positivas e adaptadas por parte destes jovens. No que toca a fatores individuais, referem características tais como boas funções intelectuais, sociabilidade, eficácia, autoconfiança, alta autoestima, fé, talentos variados e versatilidade. No que concerne a fatores familiares elencam a capacidade económica, boas conexões e suporte familiar, altas expectativas, relação carinhosa com os pais e estrutura familiar coesa. Por fim referem fatores extrafamiliares como as relações positivas com os pares, boas ligações com organizações sociais e ligação efetiva à escola.

Já Andrade (1999) distingue os fatores de proteção em dois grupos: recursos sociais (o envolvimento em atividades de grupo) e recursos pessoais (a autoestima e a competência).

Por seu turno, Werner (1998) enumera determinadas características que levam as crianças e os jovens a lidar de forma adequada com as adversidades, de acordo com as suas investigações anteriores, são elas: a eficácia e auto competência, ser sociável, possuir competências de resolução de problemas, capacidade de solicitar ajuda de outras pessoas quando necessário e possuir a crença de que pode influenciar positivamente o seu ambiente.

Para Cecconello e Koller (2000) os principais fatores de proteção subdividem-se em três categorias: individuais, familiares e ambientais. Incluindo, desta forma, nos fatores de proteção individuais, características como a sociabilidade, temperamento fácil, autoestima elevada, autonomia, autocontrolo, autoconfiança, persistência, sensibilidade, criatividade, inteligência, atenção, bom humor, tolerância ao sofrimento, otimismo, confiança, procura de oportunidades e tentativa de alcançar o sucesso, entre outros. Em relação aos fatores de proteção familiares apresentam as boas redes familiares, comunicativas, apoiantes e competentes. Por fim, enumeram os fatores de proteção ambientais: grupo de pares onde existe empatia, reconhecimento e aceitação, tolerância a conflitos, respeito, garantia de privacidade, comunicação aberta, busca de reconciliação e sentido de comunidade. É nesta perspetiva que se irá, através deste estudo, perceber e compreender se os jovens que participam em projetos de SVE adquirem as competências acima expressas.

Poder-se-á então concluir, relativamente ao conceito de fatores de proteção, que estes abarcam todos os recursos ou características que uma pessoa utiliza numa situação de risco a fim de dar uma resposta mais adaptada, podendo estes ser categorizados em fatores individuais, familiares, escolares e comunitários (Aisenberg & Herrenkohl, 2008).

Contudo, para este estudo considerar-se-ão apenas os fatores individuais e comunitários, tendo em conta que os familiares e os escolares não serão alvo de análise.

Desta forma, como fatores individuais foram enumerados os seguintes: inteligência, a autonomia e o autocontrolo, a orientação positiva, temperamento positivo e competência social (Ribeiro & Sani, 2009).

E por fatores protetores comunitários, são mencionadas as relações sociais recíprocas e com qualidade com adultos e/ou crianças, grupo de pares que demonstrem comportamentos saudáveis (Ribeiro & Sani, 2009).

Estes fatores surgem elencados nos objetivos específicos do Programa Erasmus+ no setor da juventude, tal como se irá analisar mais em detalhe num dos próximos capítulos.

A revisão da literatura destaca ainda o carácter protetor da orientação positiva na escola, as questões da saúde e atitudes intolerantes aos comportamentos que estejam fora das normas socialmente aceites ou desviantes numa determinada cultura ou sociedade. Enfatiza-se aqui a questão da educação intercultural e a importância do respeito por outras culturas, um dos objetivos principais do SVE. Em suma, os fatores de proteção individuais parecem ser fundamentais para diminuir o impacto e o efeito dos problemas com os quais as pessoas são confrontadas, sendo que os indivíduos que apresentam baixos níveis de fatores de proteção pessoal poderão ser mais suscetíveis à vulnerabilidade e ao risco social, tal como destaca Smith (1994), ao considerar que o efeito protetor dos fatores individuais, tais como a autonomia, maturidade social, competência social e escolar, autoeficácia pode produzir efeitos positivos na vida dos jovens em situação de risco e de vulnerabilidade associados a acontecimentos considerados estressantes. Corroborando esta ideia, Souza e Moreira (2011) referem que indivíduos que demonstram autocontrolo, autoestima positiva, flexibilidade no comportamento e afetividade apresentam maior capacidade de se adaptar, mesmo perante a presença de situações consideradas de risco.

Face ao apresentado e tendo por base as competências essenciais que norteiam os programas de SVE, onde estão espelhadas a aquisição das referidas competências através da experiência de voluntariado, parece expectável que este se constitua como um fator de proteção com grande impacto na vida dos jovens que passam pela experiência.

Falar de fatores de proteção na área da juventude, implica fazer referência também aos fatores de risco. Neste âmbito, o risco pode ser entendido, tal como defendem Baus et al. (2002), como a exposição a uma situação que tem o potencial de provocar danos ou perdas significativas para o jovem.

Historicamente, o risco começou por ser visto de forma unicamente estática, isto é, como um fator que predisponha a um resultado negativo.

Contudo, Rutter (1996) apresentou o risco como um processo, pois a condição de risco não deve ser assumida a priori como algo que afeta apenas negativamente o desenvolvimento, sem que se considere a existência de outros fatores.

Os comportamentos de risco foram definidos por Matos e Carvalhosa (2001) como qualquer atividade praticada por indivíduos, com frequência e intensidade tal que conduza a um aumento de risco de doença ou acidente. Neste sentido, a expressão “*health compromising behaviors*” pode ser entendida como comportamentos que comprometem a saúde ou comportamentos de risco, e pode ser definida como a participação em atividades que podem comprometer a saúde física e mental do jovem, podendo ter início pelo carácter exploratório, conduzindo ou não à sua consolidação e a consequências ao nível individual, familiar e social (Feijó & Oliveira, 2001). Este tipo de comportamento foi ainda definido como sendo de risco, tendo por base o que é habitualmente considerado como dependente da vontade, os seus resultados são incertos e porque desencadeia consequências negativas (Michael & Ben-Zur, 2007).

Em conformidade com Linley e Joseph (2004), os riscos dizem respeito a acontecimentos ou condições que aumentam a probabilidade da adoção de comportamentos indesejáveis num grupo de pessoas em risco. Os comportamentos de risco que são adotados como estilo de vida vão-se instalando ao longo do desenvolvimento do indivíduo podendo resultar em doenças associadas a esse estilo de vida (Ribeiro, 2017).

Para Santos (2015), a dificuldade de muitos jovens centra-se nas mudanças envolvidas na separação com as famílias, bem como em encontrar uma identidade própria, tal como analisamos anteriormente nas etapas de desenvolvimento apresentadas por Levinson (1977).

Santos (2015) apresenta também a ideia da pressão de grupo, na medida em que os membros estão submetidos a uma ‘ordem’, muitas vezes de forma subtil de expectativa de conformidade e aceitação do pensamento e comportamento dominante, fator inibidor de iniciativa individual e autocrítica. Estes grupos podem ser impulsionadores de comportamentos antissociais ou, outros, de risco, isto porque ser membro de um destes grupos dá falsas sensações de autonomia e independência, com falhas graves ao nível do sentido de responsabilidade.

De acordo com a sua ideia, isto pode acontecer por diversos motivos, nomeadamente: dificuldades de interação familiar e autonomização, problemas de ordem mais individual, como perturbações depressivas, dificuldades em lidar com transformações corporais ou autoimagem. Importa salientar que muitos voluntários do serviço voluntário europeu, apresentam estas características.

Segundo Hustinx e Lammertyn (2000), os jovens podem ver a experiência de voluntariado como uma forma de lidar com a incerteza biográfica e inibir a natureza arriscada das suas escolhas de vida e por isso entendem a oportunidade de experimentação como uma forte motivação.

Martins (2013) apresenta uma ideia interessante, nomeadamente no que toca às manifestações de desvio e crime no período da adolescência, na medida em que, durante muitos anos acreditou-se que atingir a maioridade, 18 anos em Portugal, era, por si só, suficiente para os jovens deixarem de estar em situação de risco. Referem, assim que a transição para a vida adulta está agora mais dilatada no tempo, mercê, designadamente, dos conhecidos avanços das ciências neuronais, reveladores de idades mais tardias do que antes se considerava, no que respeita à aquisição de pleno desenvolvimento cerebral pelos jovens, assim como das atuais circunstâncias sociais, culturais, familiares, económicas e educacionais, também relacionadas com os percursos mais longos de continuidade e preparação e experimentação profissionais, circunstâncias que, em si e na sua intenção global, dilatam o grau de autonomia próprio da fase adulta, daí, também, o público-alvo deste estudo serem jovens que se encontram entre os 20 e os 30 anos de idade.

Prosseguindo a análise do conceito, e em suma, vários autores defendem que o comportamento de risco se refere a todas as ações que se caracterizam como ameaças ao desenvolvimento saudável dos adolescentes e jovens (Amparo et al., 2008; Igra & Irwin, 1996).

Importa salientar que alguns dos comportamentos de risco constituem respostas aos acontecimentos de maior stress da vida, que poderão levar a problemas de saúde mental nos jovens, tal como nos refere Simões (2007), ao afirmar que são múltiplos fatores que estão relacionados à saúde do indivíduo.

Na perspetiva da mesma autora, o estilo de vida não saudável é caracterizado por estilos de comportamento não saudáveis, que a princípio são suscetíveis de alguma forma ao risco para a saúde, que podem repercutir-se ao longo do tempo e em vários contextos. Particularmente no que concerne ao comportamento de risco relacionado com o consumo de substâncias psicoativas, há um certo consenso na literatura científica que demonstra que os fatores de risco e de proteção a ele ligados são antecedentes de comportamentos antissociais em adolescentes e jovens.

Tais comportamentos constam de condutas que não se enquadram em padrões socialmente aceites, como a delinquência, violência juvenil, evasão escolar, gravidez precoce e comportamento sexual de risco (Noto et al., 2011).

As novas orientações europeias na área da juventude que definem como um dos objetivos prioritários, a promoção da saúde mental parece estar em linha com esta perspetiva, tal como iremos analisar mais à frente.

Os jovens com competências pessoais e sociais a nível pessoal possuem um estilo de vida mais saudável, previnem comportamentos de risco, nomeadamente o uso de substâncias psicoativas, comportamentos sexuais de risco, comportamentos delinquentes e melhoram o seu desempenho académico. Esta competência pode ser verificada por meio das suas competências de auto valorização, tais como a autoestima, e autoeficácia, bem como pela valorização externa, isto é, a perceção positiva ou negativa de si mesmo e a perceção dos pais e professores face ao seu comportamento social (Sapienza et al., 2008).

Numa perspetiva macro, importa considerar as políticas europeias desenhadas para a juventude uma vez que poderão ou não contribuir para a criação de condições promotoras da proteção de comportamentos de risco, mais concretamente através da participação em experiências do SVE, tal como se irá analisar de forma mais detalhada no ponto seguinte.

1.3. Políticas e Programas da União Europeia na área da Juventude

Os próximos subpontos irão ser apresentados com o suporte de documentos oficiais na área da juventude, com o objetivo de apresentar informação fidedigna e atualizada.

1.3.1. Estratégia da União Europeia para a Juventude

A Estratégia da UE para a Juventude é o quadro para a cooperação europeia em matéria de política de juventude para 2019-2027, com base na Resolução do Conselho de 26 de novembro de 2018, e que pretende promover a participação dos jovens na vida democrática, assim como o desenvolvimento social e cívico, garantindo que todos os jovens tenham os recursos necessários para participar na sociedade.

Segundo a perspectiva da UE em relação ao trabalho a desenvolver com os jovens, as maiores dificuldades, que se têm perpetuado ao longo dos anos, prendem-se com a participação cívica dos jovens, sendo esta análise espelhada em vários documentos da UE, onde a preocupação com a falta de participação se identifica como uma das prioridades no desenho de políticas e estratégias, tal como se pode verificar no último quadro de 2019-2027.

O documento acima mencionado resultou de uma auscultação realizada através do 6.º Ciclo do diálogo estruturado com jovens, decisores, investigadores e outras partes interessadas em matéria de juventude que, com base nos resultados da consulta realizada, formularam em conjunto os 11 Objetivos para a Juventude Europeia (Jornal Oficial da União Europeia, 2018). No fundo, esses objetivos podem traduzir-se nas linhas orientadoras e/ou prioridades do desenvolvimento do trabalho na área juvenil.

Neste propósito, reconhecendo a falta de confiança que os jovens têm na UE, bem como as dificuldades na compreensão dos seus princípios, valores e funcionamento, o primeiro objetivo prende-se com a conexão dos jovens e a UE, isto é, com o propósito de fomentar o sentimento de pertença ao projeto europeu, criando pontes entre a UE e a juventude, recuperando desta forma, a confiança e aumentando a participação juvenil dos jovens europeus (Jornal Oficial da União Europeia, 2018).

O segundo objetivo justifica-se pela discriminação com base no género que continua a afetar muitos jovens, especialmente as raparigas. Deste modo, a UE pretende garantir a igualdade de oportunidades e de acesso para os jovens de todos os géneros, incluindo os não binários e da comunidade LGBTQI+, com intuito de assegurar a igualdade de todos os géneros e as perspetivas de género em todas as áreas da vida dos jovens (Jornal Oficial da União Europeia, 2018).

O terceiro objetivo assenta na ideia de que um terço dos jovens está em risco de pobreza e exclusão social, onde muitos não têm acesso aos seus direitos sociais, continuando a enfrentar discriminação e a serem vítimas de preconceitos e de crimes de ódio sendo que, por exemplo, o novo fenómeno migratório veio igualmente colocar diversos desafios sociais e de inclusão. Este objetivo concretiza-se em garantir a inclusão de todos os jovens na sociedade (Jornal Oficial da União Europeia, 2018).

O quarto objetivo para a Juventude Europeia justifica-se pelas dificuldades que os jovens apresentam em matéria de verificação da precisão e fiabilidade das informações que recebem. Assim, a UE pretende garantir que os jovens tenham melhor acesso a informação fiável, apoiando a sua capacidade para avaliar a informação de forma crítica e de se envolverem em diálogos construtivos e participativos (Jornal Oficial da União Europeia, 2018).

O quinto objetivo resulta do facto de existir um número significativo e cada vez maior de jovens na Europa que estão preocupados com a prevalência de problemas ligados à saúde mental, tais como o stress elevado, ansiedade, depressão, bem como outras doenças ou perturbações mentais entre os seus pares. Os jovens referem a imensa pressão social que enfrentam nos dias de hoje e expressam a necessidade de um melhor acompanhamento em matéria de saúde mental para a juventude.

Deste modo, a UE pretende alcançar o desiderato do bem-estar mental e acabar com a estigmatização dos problemas ligados à saúde mental, promovendo a inclusão social de todos os jovens (Jornal Oficial da União Europeia, 2018).

O sexto objetivo resume-se na ideia de que um terço da população da UE vive em zonas rurais e, por conseguinte, continuam a prevalecer diferenças significativas entre quem vive em meios rurais e quem vive em meios urbanos. Pretende-se, assim, criar condições que permitam aos jovens desenvolver as suas potencialidades nas áreas rurais, aumentando e favorecendo a igualdade de oportunidades na população juvenil (Jornal Oficial da União Europeia, 2018).

O sétimo objetivo está relacionado com as altas taxas de desemprego, condições de trabalho precárias e de exploração, bem como discriminação no mercado e local de trabalho que, para além das condicionantes socioeconómicas, se justificam pela falta de informação e de competências adequadas para o trabalho futuro, que estão a impedir os jovens de se integrarem de forma plena no mercado de trabalho.

Nesta perspetiva, reconhece-se que as experiências na participação de programas, nomeadamente do SVE, podem contribuir significativamente para a melhoria das condições de vida dos participantes. Assim, a operacionalização deste objetivo pretende garantir o acesso ao mercado de trabalho com oportunidades que levem a empregos de qualidade para todos os jovens (Jornal Oficial da União Europeia, 2018).

O oitavo objetivo defende que a educação continua a ser um elemento-chave para a cidadania ativa, a sociedade inclusiva e a empregabilidade. Assim, é necessário alargar a visão sobre a educação no século XXI, focando mais as competências transferíveis e a aprendizagem centrada no estudante e na educação não formal, de modo a atingir verdadeiramente ao acesso equitativo e universal a uma educação de qualidade. Neste ponto, reconhece-se o carácter educativo da educação não formal para a aquisição de competências e de aprendizagens fundamentais para os jovens.

Pretende-se, assim, integrar e melhorar diferentes formas de aprendizagem, preparando os jovens para as mudanças constantes do século XXI (Jornal Oficial da União Europeia, 2018).

O nono objetivo reconhece o facto de os jovens estarem sub-representados nos processos de tomada de decisão que os afetam, embora o seu envolvimento seja indispensável para a democracia. Nesse sentido, é fundamental dar-lhes acesso a espaços físicos nas suas comunidades que apoiem o seu desenvolvimento pessoal, cultural e político, fortalecendo a participação democrática e a autonomia dos jovens e garantindo espaços dedicados aos jovens em todos os setores da sociedade (Jornal Oficial da União Europeia, 2018).

O décimo objetivo fundamenta-se na noção de que o ambiente não consegue sustentar o nosso consumo diário, pelo que se torna fundamental que a sociedade tenha de agir para combater as alterações climáticas e as crescentes ameaças ao ambiente, principalmente os jovens, que devem começar a assumir a responsabilidade pelas suas ações e pelo impacto para as gerações futuras. Neste âmbito, pretende-se alcançar uma sociedade na qual todos os jovens estão ativos e formados em questões ambientais e capazes de fazer a diferença no seu dia a dia (Jornal Oficial da União Europeia, 2018).

O décimo primeiro objetivo, e último, conceptualiza-se nas questões relacionadas com as organizações e os programas europeus de juventude que, atualmente, beneficiam milhões de jovens, apoiando-os na sua cidadania ativa e no desenvolvimento das suas competências para a vida.

No entanto, as organizações de juventude e os programas europeus para jovens continuam subfinanciados e com pouco reconhecimento e acessibilidade. Assim, é necessário garantir a todos os jovens um acesso equitativo a organizações de juventude e a programas europeus, construindo uma sociedade baseada nos valores e na identidade europeus (Jornal Oficial da União Europeia, 2018).

1.3.2. Juventude em Ação

Para um melhor entendimento das políticas e programas da União Europeia em matéria de juventude, este subponto pretende apresentar um programa da União Europeia para os jovens, designado de Juventude em Ação, que tem como objetivo estimular o sentido ativo de cidadania europeia, a solidariedade e a tolerância entre os jovens europeus e envolvê-los na construção do futuro da UE (Juventude em Ação, 2013).

Desta forma, o programa promove a mobilidade dentro e fora das fronteiras da UE, a aprendizagem não formal e o diálogo intercultural, e incentiva a empregabilidade e a inclusão de todos os jovens, independentemente da sua origem educacional, social ou cultural, caracterizando-se, assim, como um programa para todos (“Juventude em Ação”, 2013).

O Programa Juventude em Ação pretende dar resposta a nível europeu às necessidades dos jovens, desde a adolescência até à idade adulta, fornecendo também um importante contributo para a aquisição de competências através da aprendizagem não formal e da promoção da participação ativa dos jovens na sociedade (“Juventude em Ação”, 2013). Neste desiderato, pode-se considerar, de acordo com o explanado anteriormente no que se refere aos fatores de proteção, que este programa tem em vista o desenvolvimento de competências chave, que poderão constituir-se como importantes fatores de proteção, tal como se irá analisar ao longo deste ponto.

O referido programa, que apoia o novo quadro europeu de cooperação para as políticas juvenis adotado em 2019, define a abordagem intersectorial para as questões da juventude com a finalidade de, não só, criar mais e iguais oportunidades para todos os jovens na área da educação e do mercado de trabalho (dimensão da empregabilidade), mas também para promover o compromisso ativo, a inclusão social e a solidariedade entre todos os jovens (dimensão da participação).

Apoia, também, a iniciativa emblemática “Juventude em Movimento” da Estratégia UE 2020, que coloca a juventude no centro da agenda europeia para criar uma economia baseada no conhecimento, inovação, altos níveis de qualificações e educação, adaptação e criatividade, mercado de trabalho inclusivo e ativo, e envolvimento na sociedade. Finalmente, o programa Juventude em Ação, encaixa-se no contexto das novas competências da União Europeia atribuídas pelo Tratado de Lisboa (artigo 165) que incita a União Europeia a encorajar a participação dos jovens na vida democrática europeia (Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho, ao Comité Económico. E Social Europeu e ao Comité das Regiões, s. d.).

Para um melhor entendimento e esclarecimento desta matéria e, de alguma forma, relacionar os objetivos do programa que concorrem diretamente para a capacitação dos jovens através da aquisição de competências pessoais e sociais fundamentais para o seu desenvolvimento saudável, torna-se relevante apresentar em traços gerais esses mesmo objetivos, que se encontram na base e enquadramento jurídico do Programa Juventude em Ação.

Neste âmbito, assumem-se como objetivos: a) promover a cidadania ativa dos jovens, em geral, e a cidadania europeia, em particular; b) desenvolver a solidariedade e promover a tolerância entre os jovens, nomeadamente com o intuito de fomentar a coesão social na União Europeia; c) incentivar a compreensão mútua entre jovens de diferentes países; d) contribuir para o desenvolvimento da qualidade dos sistemas de apoio às atividades dos jovens e da capacidade das organizações da sociedade civil no domínio da juventude; e) fomentar a cooperação europeia no domínio da juventude (“Juventude em Ação”, 2013).

Nesta mesma linha, e de acordo com o Guia do Programa Erasmus+ (2020), torna-se relevante apresentar as prioridades do Programa Juventude em Ação, que reforçam as linhas orientadoras desta investigação.

Uma das prioridades do Programa Juventude em Ação é fomentar nos jovens a consciência e a sensibilidade para o facto de serem cidadãos europeus, deste modo, pretende-se incentivar os jovens a refletir sobre temáticas europeias e envolvê-los na discussão sobre a construção e o futuro da União Europeia, dando oportunidade aos jovens de identificar valores comuns com outros jovens de diferentes países, independentemente das suas diferenças culturais, ao mesmo tempo que também devem estimular os jovens a refletir sobre as características essenciais da sociedade europeia e, acima de tudo, encorajá-los a desempenhar um papel ativo nas suas comunidades (Guia do Programa Erasmus+, 2020). Nesta prioridade enfatiza-se o caráter inclusivo que norteia o desenho dos projetos na área da juventude.

Outra das prioridades essenciais deste programa é a participação ativa dos jovens na sua vida quotidiana, tendo como objetivo incentivá-los a serem cidadãos ativos. Nessa medida, a participação assume as seguintes dimensões, enunciadas na Resolução do Conselho sobre os objetivos comuns no domínio da participação e da informação dos jovens (Jornal Oficial da União Europeia, 2018):

- aumentar a participação dos jovens na vida cívica das respetivas comunidades;
- aumentar a participação dos jovens no sistema da democracia representativa;
- reforçar o apoio às diferentes formas de aprendizagem para a participação.

Através deste eixo prioritário volta-se a reforçar a preocupação da UE no que concerne à importância do aumento da participação cívica e social dos jovens para o desenvolvimento das suas comunidades e territórios.

O respeito pela diversidade cultural, bem como a luta contra o racismo e a xenofobia, estão igualmente bem definidas como prioridades do programa. Ao fomentar atividades conjuntas de jovens com diferentes origens culturais, étnicas e religiosas, o programa pretende desenvolver a educação intercultural dos jovens. O projeto deverá promover a sensibilização e a reflexão sobre as diferenças em termos de valores. Os jovens devem colocar em questão, com respeito e sensibilidade, os pontos de vista que perpetuam a desigualdade ou a discriminação. Além disso, devem ainda ser empregues métodos de trabalho interculturais suscetíveis de permitir que todos os jovens possam participar em pé de igualdade (Guião do Programa Erasmus+, 2020).

Entenda-se a importância do diálogo cultural nesta prioridade, reconhecendo que a falta de sensibilidade para as questões culturais resulta muitas vezes em situações de violência e exclusão social.

Outra das prioridades da UE é permitir o acesso de todos os jovens, incluindo aqueles que têm menos oportunidades e que estão em desvantagem em comparação com os seus pares, uma vez que enfrentam situações ou obstáculos em determinados contextos, estas situações ou obstáculos impedem os jovens de ter um acesso efetivo à educação formal e não formal, à mobilidade e participação transnacional, à cidadania ativa, à autonomia e à integração na sociedade como um todo (Guia do Programa Erasmus+, 2020).

De acordo também com a informação anteriormente apresentada sobre fatores de risco, que se entende estarem intimamente ligados aos obstáculos definidos pela União Europeia destacam-se os de ordem social, ou seja, jovens que são discriminados por causa do género, da etnia, da religião, da orientação sexual, de incapacidade ou deficiência, entre outros; jovens com competências sociais limitadas ou com comportamentos sexuais de risco ou antissociais; jovens em situação precária; ex-reclusos, ex-consumidores de drogas ou de álcool; pais jovens e/ou solteiros; órfãos; jovens de famílias disfuncionais.

No que concerne também a obstáculos económicos, identificam-se os jovens com um baixo padrão de vida, baixos rendimentos, dependentes do sistema de segurança social; em situação de desemprego de longa duração ou pobreza; jovens sem-abrigo, com dívidas ou problemas financeiros.

Do ponto de vista dos obstáculos geográficas, destacam-se os jovens oriundos de áreas remotas ou rurais ou de zonas urbanas problemáticas. Os obstáculos relacionados com as diferenças culturais, dificuldades educativas e as pessoas com deficiência também são contemplados nas linhas prioritárias da UE (Guia do Programa Erasmus+, 2020).

A aprendizagem não formal surge como outra das prioridades do programa, na medida em que oferece oportunidades importantes para os jovens adquirirem capacidades e competências, traduzindo-se na aprendizagem que ocorre fora do currículo educacional formal. As atividades de aprendizagem não formal envolvem pessoas a título voluntário, que são preparadas de forma a incentivar o desenvolvimento pessoal, social e profissional dos participantes. A aprendizagem informal refere-se à aprendizagem que ocorre nas atividades do dia-a-dia, no trabalho, no seio da família, nos tempos livres, entre outras, sendo sobretudo um tipo de aprendizagem mais prático. No setor da juventude, a aprendizagem informal ocorre em iniciativas de jovens e de tempos livres, em grupos de pares e atividades voluntárias.

A aprendizagem não formal e informal permite aos jovens adquirirem competências essenciais e, em simultâneo, contribuírem para o desenvolvimento pessoal, integração social e cidadania ativa, melhorando, deste modo, as suas perspetivas de emprego (“Juventude em Ação”, 2013).

As atividades de caráter não formal e informal são um complemento à educação formal e ao sistema de formação, com uma abordagem participativa e centrada na pessoa, são realizadas a título voluntário e, por conseguinte, estão estreitamente ligadas às necessidades, aspirações e interesses dos jovens, já que oferecem uma fonte adicional de aprendizagem e um caminho para a educação e a formação.

Estas atividades são particularmente adequadas para os jovens com menos oportunidades (“Juventude em Ação”, 2013).

Após esta síntese das grandes prioridades da UE em matéria da juventude, no próximo subponto iremos focar-nos na apresentação dos programas que concorrem para o alcance das referidas prioridades, mais concretamente o programa Erasmus+.

1.3.3. Programa Erasmus+

Segundo o Guia do Programa Erasmus+ (2016), o programa Erasmus+ pretende apoiar os esforços dos países onde o programa é desenvolvido, com o objetivo de utilizarem o potencial do talento e ativos sociais de forma eficiente, fomentando o princípio da aprendizagem ao longo da vida, através da educação formal, não formal e informal nos domínios da educação, formação e juventude. Destaca ainda, as oportunidades de cooperação e mobilidade junto dos países parceiros, no que concerne aos domínios do ensino superior e da juventude. Através do Tratado de Lisboa, o programa apoia ainda atividades que visam desenvolver a dimensão europeia do desporto, com objetivo de promover a cooperação entre os organismos responsáveis por estas atividades.

O Erasmus+ é, assim, um programa da UE nos domínios da educação, da formação, da juventude e do desporto para o período de 2014-2020, onde a educação, a formação, a juventude e o desporto se destacam com um contributo importante para ajudar a enfrentar as mudanças socioeconómicas que os jovens enfrentam, reconhecendo que os principais desafios que a Europa terá de enfrentar até ao final da década é apoiar a execução da Agenda Política Europeia para o crescimento, o emprego, a justiça social e a inclusão (“Agência Nacional Erasmus+”, 2018).

Neste propósito, torna-se fundamental combater os níveis crescentes de desemprego (em especial, entre os jovens), sendo uma das tarefas mais urgentes para os governos europeus, isto porque demasiados jovens abandonam os estudos prematuramente e correm um sério risco de ficar desempregados e socialmente marginalizados. O avanço das tecnologias está a mudar o modo como a sociedade funciona, sendo necessário assegurar que delas se faz o melhor uso (“Direção Geral da Educação”, 2016).

A Europa precisa de sociedades mais inclusivas e coesas que permitam aos cidadãos desempenhar um papel ativo na vida democrática, onde a educação e o trabalho com jovens são elementos-chave para promover valores europeus comuns, fomentar a integração social, melhorar a compreensão intercultural e o sentido de pertença a uma comunidade e prevenir a radicalização da violência, onde o Erasmus+ pode ser um instrumento eficaz para promover a inclusão de pessoas oriundas de meios desfavorecidos, incluindo os migrantes recém-chegados (Agência Nacional Erasmus+, 2018).

Pode-se ainda apresentar como outro desafio ao qual o Erasmus+ pretende dar resposta, a questão do desenvolvimento do capital social entre os jovens, bem como a sua capacitação para participar ativamente na sociedade, em coerência com as disposições do Tratado de Lisboa, tendo em vista o aumento da participação dos jovens na vida democrática da Europa. Este problema da baixa participação também pode ser combatido por intermédio de atividades de aprendizagem não-formal, destinadas a melhorar as capacidades e as competências dos jovens, assim como a sua cidadania ativa, defendendo-se a ideia de que bons sistemas de educação e de formação e políticas de juventude eficazes podem dotar as pessoas das competências exigidas pelo mercado de trabalho e a economia, permitindo-lhes também desempenhar um papel ativo na sociedade e alcançar a realização pessoal (Juventude em Ação, 2013).

De acordo com as orientações da União Europeia, no âmbito do Programa Erasmus+, no setor da juventude, definem-se os seguintes objetivos: a) melhorar o nível de competências e aptidões fundamentais dos jovens, incluindo os menos favorecidos, promovendo a participação na vida democrática europeia e no mercado de trabalho, a cidadania ativa, o diálogo intercultural, a inclusão social e a solidariedade, nomeadamente criando mais oportunidades de mobilidade para fins de aprendizagem para jovens, animadores de juventude, membros de organizações juvenis e dirigentes juvenis, estreitando a ligação entre o setor da juventude e o mundo do trabalho; b) melhorar a qualidade da animação de juventude, nomeadamente reforçando a cooperação entre as organizações no setor da juventude e/ou outras partes interessadas;

c) complementar as reformas das políticas aos níveis local, regional e nacional, e apoiar o desenvolvimento de políticas de juventude baseadas no conhecimento e dados factuais, bem como o reconhecimento da aprendizagem não-formal e informal, nomeadamente através do reforço da cooperação política, de uma melhor utilização dos instrumentos de transparência e reconhecimento da UE e da disseminação de boas práticas;

d) reforçar a dimensão internacional das atividades no setor da juventude e reforçar a capacidade dos animadores e das organizações de juventude no seu apoio aos jovens, em complementaridade com a ação externa da União Europeia, nomeadamente através da promoção da mobilidade e da cooperação entre as partes interessadas do Programa e de Países Parceiros e as organizações internacionais.

No seguimento desta abordagem às Políticas e Programas da União Europeia na área da Juventude, e respetivas potencialidades, apresentar-se-á um enquadramento histórico legal do voluntariado na sua generalidade e, posteriormente debruçar-nos-emos num programa específico, nomeadamente o Serviço Voluntário Europeu (SVE) que, dentro dos programas dirigidos aos jovens, é aquele que se tem destacado mais e que irá ser o contexto desta investigação.

Capítulo 2 - Serviço Voluntário Europeu

Segundo Augusto (2020):

Ainda que a palavra voluntariado possa remeter para uma dada realidade relacionada com uma vontade de ajudar o outro, que se traduz em ações concretas assentes no princípio da solidariedade, trata-se de um fenómeno complexo e multifacetado. (p. 12)

2.1. Enquadramento histórico e legal do Voluntariado: Perspetiva Geral do contexto português

Ao debruçarmo-nos sobre o conceito de voluntariado, facilmente se depreende que existem diversas definições sobre esta prática, tal como enfatizam alguns autores ao referirem que a sua definição não é consensual, nem uniforme, existindo noções díspares sobre a mesma, que poderão diferir consoante os contextos culturais e as finalidades com que é usada (Angermann & Sittermann, 2010; Delicado et al., 2002). Deste modo, partimos da origem da palavra que se traduz como aquele que se compromete com um trabalho ou assume a responsabilidade de uma tarefa sem ter a obrigação de o fazer.

No que concerne à palavra voluntariado propriamente dita, assume-se como uma atividade em que alguém se oferece para dar o seu tempo, disponibilizando as suas capacidades/aptidões para a realização de determinado serviço ou ação (Amorim, 2015). O voluntariado começou por ser uma atividade completamente informal (entre vizinhos, amigos, familiares), pelo que é possível afirmar que é tão antigo como a humanidade, sendo que na sua base sempre esteve a família restrita ou alargada (Soares, 2012). De acordo com a Lei Portuguesa, o voluntário é definido como: “o indivíduo que de forma livre, desinteressada e responsável se compromete, de acordo com as suas aptidões próprias e no seu tempo livre, a realizar ações de voluntariado no âmbito de uma organização promotora” (art.º 3 da Lei n.º 71/98, de 3 de novembro). Contudo e segundo a mesma lei, “a qualidade de voluntário não pode, de qualquer forma, decorrer da relação de trabalho subordinado ou autónomo ou de qualquer relação de conteúdo patrimonial com a organização promotora, sem prejuízo de regimes especiais constantes da Lei.

Alguns autores apresentam, ainda, o voluntariado como um exemplo relevante de participação cívica, uma vez que as pessoas que se voluntariam contribuem com o seu tempo e esforço para a resolução de problemas das suas comunidades, com o objetivo de minimizar o sofrimento de outros, isto é, para melhorar a condição humana das suas comunidades (Stukas et al., 2016; Snyder & Omoto, 2008; Wilson & Musik, 2000). O voluntariado apresenta-se, assim, como uma grande expressão de cidadania, “uma poderosa escola de cidadania, que ajuda a estimular o aparecimento de novas competências pessoais e profissionais, permitindo alargar horizontes e criar redes de entreajuda solidária” (Serapioni et al., 2013, p. 20). Assim, “o voluntariado é um fenómeno social muito complexo e interessante, implicando uma abordagem analítica que assuma o voluntariado não somente como um facto social, mas também como uma experiência que é ao mesmo tempo individual e coletiva” (Serapioni et al., 2013, p. 12).

Por sua vez, a Organização Internacional do Trabalho apresenta uma definição de voluntariado mais direcionada e orientada para a relação entre trabalho voluntário e trabalho remunerado, definindo-o como: “trabalho não remunerado e não obrigatório, no sentido em que os indivíduos despendem o seu tempo no âmbito de atividades realizadas na égide de uma organização, ou diretamente com os beneficiários, fora do seu espaço de residência” (Corpo Europeu de Solidariedade, 2012, p. 20).

Do ponto de vista jurídico, a Lei n.º 71/98, de 3 de novembro, da Lei de Bases do enquadramento jurídico do voluntariado, define-o no seu artigo 2.º nos seguintes termos:

1 – Voluntariado é o conjunto de ações de interesse social e comunitário realizadas de forma desinteressada por pessoas, no âmbito de projetos, programas e outras formas de intervenção ao serviço dos indivíduos, das famílias e da comunidade desenvolvidos sem fins lucrativos por entidades públicas ou privadas.

Já o Decreto-Lei n.º 389/99, de 30 de setembro, alterado posteriormente, pelo Decreto-Lei n.º 176/2005, de 25 de outubro, refere-se ao voluntariado como: “atividade inerente ao exercício da cidadania que se traduz numa relação solidária para com o próximo, participando, de forma livre e organizada, na solução dos problemas que afetam a sociedade em geral.”

No ano de 2001, a *International Association for Volunteer Effort* adotou a Declaração Universal sobre o Voluntariado, que foi proclamada pelos voluntários que se reuniram no Congresso Mundial de Voluntariado, que decorreu em 1990.

Esse documento foi inspirado na Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948) e na Convenção sobre os Direitos da Criança (1989) e define voluntariado como uma decisão que é voluntária, assente em motivações e opções pessoais, que se baseia na participação ativa do cidadão junto das comunidades, que por sua vez, contribuirá para a melhoria da qualidade de vida, realização pessoal, assim como contribui para uma maior solidariedade, com vista em encontrar respostas aos principais desafios da sociedade, contribuindo para um mundo mais justo e pacífico, apoiando o desenvolvimento económico e social, bem como a criação de empregos e novas profissões, enquadrado numa ação ou num movimento organizado.

Em 2002, o Conselho Nacional para o Desenvolvimento Social desenvolveu o Guia do Voluntariado, definindo-o como um serviço de apoio aos indivíduos, através de um conjunto de ações de interesse social, que são realizadas através de uma decisão livre e voluntária, apoiada em motivações e opções pessoais (Instituto de Desenvolvimento Social, 2012). Ressalve-se que a questão das motivações será um dos pontos explorados na parte empírica deste estudo.

Por sua vez, a Decisão do Conselho da União Europeia n.º 2010/37/CE, de 27 de novembro de 2009, decretou o ano de 2011 como o Ano Europeu das Atividades de Voluntariado que promovam uma Cidadania Ativa, reconhecendo a diversidade nacional em termos de noções, definições e tradições e apresentando o conceito de atividades de voluntariado nos seguintes termos:

Todos os tipos de atividade voluntária, formais, não formais ou informais, realizadas por vontade própria do interessado, por sua livre escolha e motivação e sem fins lucrativos. Beneficiam o voluntário a nível individual, as comunidades e a sociedade como um todo.

Constituem igualmente um veículo para os indivíduos e a sociedade examinarem as necessidades e as preocupações a nível humano, social e intergeracional ou ambiental, e são muitas vezes levadas a cabo em apoio de uma organização sem fins lucrativos ou de uma iniciativa da comunidade. As atividades de voluntariado não substituem as oportunidades de emprego profissional pago, mas acrescentam valor à sociedade (Conselho da União Europeia, 2011, s.d).

Para a Comissão Europeia, o voluntariado é entendido como uma expressão fundamental de participação cívica e de democracia, que pode contribuir fortemente para a coesão social ao fomentar a prática de valores europeus como a solidariedade e a não discriminação entre os jovens e a sociedade (Jardim & Silva, 2016).

Em síntese, não obstante algumas diferenças e diversidade de interpretações em torno do conceito de voluntariado, facilmente encontramos algumas linhas comuns, que refletem os princípios base da prática de voluntariado, são eles: princípio da comunidade e do bem comum; princípio da cooperação; princípio da complementaridade; princípio da gratuidade e princípio da formalização (Centro de Estudos Sociais, 2012).

Com base numa revisão bibliográfica, Hardill e Baines (2011) apresentam-nos uma distinção clara entre voluntariado formal e informal, onde nos elucidam que o primeiro é organizado por grupos ou organizações e o segundo numa base mais interpessoal. Também Parboteeah et al. (2004) identificam o voluntariado informal com comportamentos individuais, dando como exemplo ajudar os vizinhos ou idosos, e o voluntariado formal, integrando os mesmos comportamentos, mas enquadrados numa organização.

Importa ainda clarificar o que se entende pela regularidade do voluntariado e, neste ponto, encontramos também algumas distinções, nomeadamente: voluntariado regular ou contínuo, ocasional e pontual (Serapioni et al., 2013). Entende-se como voluntários regulares aqueles que desempenham atividades de voluntariado pelo menos uma vez por mês, durante um período de pelo menos um ano. Já os voluntários ocasionais são os que desenvolvem atividades de voluntariado de regularidade inferior a um mês. E, por último, os voluntários pontuais são os que desenvolvem uma atividade de voluntariado esporádica, como por exemplo, a participação em campanhas de recolha de alimentos.

Atualmente, o voluntariado assume um papel importantíssimo na sociedade, com benefícios significativos tanto para quem o pratica, como para quem o recebe.

Serapioni et al. (2013) afirmam que o voluntariado assume um papel preponderante que gera capital humano e social e constitui-se como uma via para a integração e o emprego, por conseguinte, melhorando a coesão e a inclusão social e reforçando solidariedade.

Mantendo presentes os objetivos deste trabalho, no próximo ponto será analisado de forma mais pormenorizada o SVE, um dos programas da UE com mais expressão na mobilidade de jovens para a prática de voluntariado europeu.

2.2. O caso do Serviço Voluntário Europeu

O Serviço Voluntário Europeu foi implementado em 1996, sendo parte integrante do Programa “Juventude em Ação”, promovido pela Direção Geral de Educação e Cultura da Comissão Europeia, tendo como objetivo promover o sentido de cidadania ativa, solidariedade e tolerância entre os jovens europeus e envolvê-los na construção do futuro da União Europeia.

Desta forma, o programa pretendia promover a mobilidade dentro e fora das fronteiras da UE, a aprendizagem não formal, o diálogo intercultural, encorajando a inclusão social de todos os jovens, independentemente da sua situação escolar, social e cultural (CASES, 2012).

O SVE (Serviço Voluntário Europeu) ou EVS (*European Voluntary Service*) é, assim, um programa de voluntariado internacional financiado pela Comissão Europeia, que permite a todos os jovens legalmente residentes na Europa, com idades compreendidas entre os 18 e os 30 anos, a realização de um serviço voluntário internacional numa organização ou organismo público na Europa, África, Ásia ou América do Sul, por um período de 2 a 12 meses. Graças à sua dimensão intercultural e à sua abordagem não formal, o SVE constitui-se como uma oportunidade única para os jovens entrarem em contacto com culturas diferentes da sua, enquanto podem adquirir novas competências e aptidões úteis para o seu crescimento pessoal e profissional (“Portal Europeu da Juventude”, s.d).

No que concerne aos princípios basilares do SVE, destacam-se os seguintes: a) aumentar as competências dos jovens, através de uma experiência prática de voluntariado; b) estimular a aprendizagem de outra língua; c) desenvolver a capacidade de interação entre os jovens de diferentes países e culturas; d) disseminar a tolerância entre os jovens da UE; e) promover a cidadania ativa; f) apoiar o desenvolvimento das comunidades locais (“Portal Europeu da Juventude”, s.d).

Dentro dos projetos do SVE, os jovens podem ter acesso a diversas áreas de atividade, de acordo com as suas motivações e interesses pessoais, tais como: cultura; desporto; assistência a idosos, pessoas com deficiência e ou migrantes; artes; tempos livres e lazer dos jovens; mídia e comunicações; proteção e educação ambiental; desenvolvimento rural e cooperação para o desenvolvimento.

2.2.1. Serviço Voluntário Europeu como forma de educação não formal e informal

Ao longo dos anos tem-se vindo a assistir a uma emergência na política e na economia de um paradigma de aprendizagem e educação ao longo da vida, que ultrapassa as fronteiras tradicionais que delimitam os espaços e tempos formais de aprendizagem, nomeadamente a escola (Pires, 2007).

De acordo com o Conselho Nacional de Educação, cada vez mais, cada indivíduo tem de aprender ao longo de toda a sua vida, através de diversos espaços, para além da escola (Conselho Nacional da Educação, 2001). Neste desiderato, o sistema escolar integra e articula processos formais (cujo protótipo é o ensino dispensado no espaço escola), já os processos não formais são marcados pela flexibilidade de horários, programas e locais, em regra de carácter voluntário, sem preocupações de certificação e ajustados “à medida” dos públicos e situações singulares e processos informais que correspondem a todas as situações potencialmente educativas, mesmo que pouco ou nada organizada ou estruturadas (Canário, 2006). Em última análise, pretende-se dar responsabilidade aos indivíduos pela sua própria formação e qualificação.

Destacando a Comissão Europeia a este propósito, três orientações prioritárias: a) proporcionar aos cidadãos europeus oportunidades de aperfeiçoarem os seus conhecimentos e competências pela educação e a formação ao longo da vida, b) promover um processo de construção e de enriquecimento da cidadania numa sociedade aberta e plural; e c) aumentar a empregabilidade associada à posse de competências adaptadas a uma economia com base no conhecimento. De acordo com as orientações supramencionadas, a educação afirma-se, assim, como a preparação para tornar os indivíduos mais aptos para lidar com as exigências do futuro (Cabanas, 2002).

Esta forma de encarar as aprendizagens dos indivíduos, põe em destaque a importância das aprendizagens realizadas a partir das experiências de vida, situadas no âmbito do não formal e informal, reconhecendo-se o valor dos saberes experienciais, isto é, a aprendizagem através das experiências vividas, tal como nos reitera Pires (2007) ao referir que a vida é reconhecida como um contexto de aprendizagem e de desenvolvimento de competências e onde, cada vez mais, se valorizam os saberes e as competências adquiridas à margem dos sistemas tradicionais.

É neste propósito que se destaca o voluntariado, mais concretamente o SVE, onde a aprendizagem experiencial está associada a atividades significativas para os sujeitos e, por isso, intimamente ligadas a um compromisso pessoal (Dubar, 2006).

Outro dos pontos destacados neste tipo de voluntariado, relaciona-se com o seu caráter de socialização como processo de aprendizagem e construção social, assumindo uma função social, ao proporcionar aos jovens a socialização, através de diferentes espaços de educação não-formal, propícios para fazer amigos e desenvolver laços sociais de valor singular, tal como nos referem Omoto e Snyder (2008).

Por outro lado, Benzaquen (2007) reforça que estes espaços relacionais também podem servir como um espaço de expressão e discussão de valores, assim como de aceitação de compromissos ideológicos e de responsabilidades. Por último, importa enfatizar que o desenvolvimento de competências e a aquisição de novos saberes é valorizado no processo de aprendizagem pessoal de cada jovem participante ao abrigo do programa.

2.2.2. Certificação de competências em Projetos do Serviço Voluntário Europeu – Youthpass

Para a validação das competências adquiridas pelos jovens que participam no SVE, a UE implementou o *Youthpass*, que é uma ferramenta de reconhecimento implementada no âmbito do programa Erasmus+. Esta ferramenta tem como objetivo promover o reconhecimento da aprendizagem não formal e informal no programa Erasmus+ da União Europeia (Guia do Programa Erasmus+, 2019).

No que respeita à participação dos jovens em programas de mobilidade internacional, são definidas oito competências (combinação entre habilidades, conhecimentos e atitudes) chave, que são adquiridas através da educação não formal e que são determinantes para a aprendizagem ao longo da vida, reconhecidas como fundamentais para a realização e desenvolvimento pessoal, bem como para a empregabilidade e a inclusão social e ainda para a adoção de estilos de vida mais saudáveis e sustentáveis.

E possibilitando, assim, que as pessoas possam viver uma vida bem-sucedida em sociedades pacíficas, levando uma vida mais saudável e exercendo uma cidadania ativa.

Estas competências são desenvolvidas numa perspetiva de aprendizagem ao longo da vida, desde a primeira infância e ao longo da vida adulta, através da aprendizagem formal, não formal e informal e em todos os contextos, incluindo a família, a escola, o local de trabalho, a vizinhança e outras comunidades (Jornal Oficial da União Europeia, 2018).

As competências desenvolvidas podem ser aplicadas em muitos contextos diferentes e em várias combinações, na medida em que se sobrepõem e estão interligadas, isto é, os aspetos que são essenciais num determinado domínio favorecem a competência noutra, como o espírito crítico, a resolução de problemas, o trabalho em equipa, a capacidade de comunicação e negociação, as capacidades analíticas, a criatividade e as competências interculturais que se encontram presentes em todo o espectro das competências essenciais (Jornal Oficial da União Europeia, 2018).

Neste domínio, o Quadro de Referência estabelece, então, oito competências essenciais a desenvolver ao longo da vida, são elas (Agência para o Desenvolvimento e Coesão, I.P., 2018):

a) competências de literacia, que se traduzem na capacidade para identificar, compreender, expressar, criar e interpretar conceitos, sentimentos, factos e opiniões, de forma oral e escrita, implicando a capacidade de comunicar e interagir eficazmente com os outros, de forma apropriada e criativa (Agência para o Desenvolvimento e Coesão, I.P., 2018);

b) competências multilingues, que representam a capacidade de comunicar em várias línguas de maneira adequada e eficaz, assentes na capacidade de compreender, expressar e interpretar conceitos, pensamentos, sentimentos, factos e opiniões diversas situações da vida social e cultural, consoante as necessidades ou os interesses de cada um. Assentam ainda, na capacidade de mediar entre diferentes línguas e meios de comunicação (Agência para o Desenvolvimento e Coesão, I.P., 2018);

c) competências matemáticas e no domínio das ciências, da tecnologia e da engenharia, relacionadas com a capacidade de desenvolver e aplicar um raciocínio e conhecimento matemático para resolver problemas diversos da vida quotidiana, partindo de um domínio sólido da numeracia, destacando-se ênfase nos processos e na atividade, assim como no conhecimento (Agência para o Desenvolvimento e Coesão, I.P., 2018);

d) competências digitais, que envolvem a adesão e a utilização confiante, crítica e responsável de tecnologias digitais na aprendizagem, no trabalho e na participação na sociedade, incluindo-se a informação e a literacia de dados, a comunicação e a colaboração, a literacia mediática, a criação de conteúdos digitais (incluindo a programação), a segurança (bem-estar digital e as competências associadas à cibersegurança), as questões relacionadas com a propriedade intelectual, a resolução de problemas e o espírito crítico (Agência para o Desenvolvimento e Coesão, I.P., 2018);

e) competências pessoais, sociais e competência de 'aprender a aprender', que se apresentam como a capacidade de refletir sobre si próprio, de gerir eficazmente o tempo e a informação, de colaborar de forma construtiva, de manter a resiliência e de gerir a sua própria aprendizagem e carreira, incluindo ainda, a capacidade de lidar com a incerteza e a complexidade, de aprender a aprender, de zelar pelo bem-estar físico e emocional próprios, de conservar a saúde física e mental, de levar uma vida saudável e orientada para o futuro e de sentir empatia e gerir conflitos num contexto inclusivo e favorável. Tal inclui a capacidade para aprender e trabalhar em colaboração e autonomamente, para organizar a própria aprendizagem, para perseverar nela, para avaliar e para a partilhar, procurando apoio sempre que necessário e gerindo eficazmente a carreira e as interações sociais (Agência para o Desenvolvimento e Coesão, I.P., 2018);

f) competências de cidadania, isto é, a capacidade de agir como cidadãos responsáveis e de participar plenamente na vida social e cívica, com base na compreensão dos conceitos e estruturas sociais, económicos, jurídicos e políticos, assim como da evolução e da sustentabilidade mundiais (Agência para o Desenvolvimento e Coesão, I.P., 2018);

g) competências de empreendedorismo, traduzidas na capacidade para aproveitar oportunidades e ideias e transformá-las em valores para os outros, assentes na criatividade, no pensamento crítico e na resolução de problemas, no espírito de iniciativa, na perseverança e na capacidade para trabalhar em conjunto a fim de planear e gerir projetos de valor cultural, social ou financeiro (Jornal Oficial da União Europeia, 2018);

h) competências de sensibilidade e expressão culturais, que implicam a compreensão e o respeito pela expressão e comunicação criativa de ideias e significados em diferentes culturas e através de várias artes e outras formas de expressão cultural (Jornal Oficial da União Europeia, 2018).

No seguimento desta análise do programa SVE, o capítulo seguinte foca-se na importância e possíveis impactos desta experiência no desenvolvimento de competências pessoais e sociais dos jovens.

Capítulo 3 - A importância do Voluntariado no Desenvolvimento de Competências Pessoais e Sociais dos Jovens

3.1. As motivações dos Jovens para o Voluntariado

Para Santos (2002), o voluntário é alguém que deseja ver a sua comunidade crescer e que ambiciona o desenvolvimento da sociedade, acreditando que o seu contributo e participação poderão contribuir fortemente para o alcance desse intento.

Antes de analisar os possíveis impactos, importa conhecer o que leva as pessoas a realizarem voluntariado. Para uma melhor compreensão das motivações dos jovens para esta prática importa destacar a perspetiva de Latham e Pinder (2005) que descrevem a motivação como um processo psicológico complexo que resulta de uma interação entre o indivíduo e o ambiente que o rodeia.

Alguns autores defendem que existem motivações subjacentes ao desenvolvimento de ações de voluntariado que se podem dividir em distintas categorias. Vejamos, por exemplo, a posição de Morrow-Howell (2010) que identificam três grandes categorias de motivações dos voluntários, são elas: material, altruísta e social.

Por seu turno, Fisher e Cole (1993) defendem que as motivações dos voluntários devem ser consideradas no que concerne às necessidades psicológicas, motivos conscientes e benefícios percebidos. Já para Corrullón (1996) afirma que ao analisar os motivos que orientam o trabalho voluntário emergem dois elementos fundamentais: o cunho pessoal e a questão social. Para Roca (2002), as motivações para a prática do voluntariado poderão ser de três tipos, isto é, expressivas (que estão relacionadas com a realização pessoal), instrumentais (relacionadas com a atividade profissional de quem as pratica) e altruístas (quando a ação é praticada com o objetivo de responder a necessidades da sociedade e/ou ajudar os outros). Ainda a este propósito, Jackson e Adarlo (2016), apresentam quatro dimensões de motivação: pessoais, sociais, profissionais e ideológicas. Outros autores defendem apenas duas classificações. Neste sentido, Bendapudi e Singh (1996) asseveram que as motivações se dividem em duas categorias: altruísta e egoísta, em que na categoria altruísta estão subjacentes os benefícios em prol de quem recebe a ação voluntária, e na categoria egoísta, os benefícios são maioritariamente para o indivíduo.

Delicado (2002) corrobora esta ideia quando afirma que avaliar as motivações para o voluntariado é um processo complexo, na medida em que um voluntário pode ter motivações altruístas, como egoístas, o desejo altruísta do voluntário fazer o bem, faz com que em simultâneo traga benefícios egoístas.

No entanto, Hibbert et al. (2003), também apresentam uma ideia interessante referindo que nas atividades voluntárias, o indivíduo pode ser movido por motivações mais individuais que, ao longo do processo, se tornam em motivações altruístas, sendo o inverso também possível. Penner (2004) apresentam dois modelos explicativos das motivações para o voluntariado, no entanto, alinhados com a ideia anterior, em que o primeiro assenta na ideia de que a motivação se centra nas experiências de vida, as circunstâncias, os motivos de ordem pessoal e as necessidades sociais, e o segundo modelo baseia-se na ideia de identidade e do papel, onde as motivações poderão estar relacionadas com a preocupação com os outros, ou seja, as motivações altruístas e também as preocupações consigo próprio, ou seja, as motivações egoístas.

Em 1998, Clary et al. realizaram um estudo baseado na abordagem funcional, enfatizando a ideia de que os indivíduos participam em ações de voluntariado por motivos distintos, de acordo com as suas necessidades individuais. Deste modo, apresentam-nos a escala VFI (*Volunteer Functions Inventory*), onde se identificam seis categorias de motivações para os indivíduos realizarem ações de voluntariado, são elas: a) Valores (relacionada com as preocupações altruístas e humanitárias para com os outros); b) Compreensão (com o objetivo de se adquirirem conhecimentos, capacidades e competências); c) Reforço (onde se pretende o desenvolvimento psicológico, crescimento pessoal e autoestima); d) Social (de forma a fortalecerem-se as relações sociais com os outros); e) Proteção (reduzir sentimentos negativos e aumentar a capacidade de resolver problemas) e f) Carreira (com o intuito de adquirir experiência profissional).

Rocha et al. (2006) referem que as motivações para a atividade voluntária estão associadas a um forte desejo de adquirir experiências que possam vir a melhorar as competências pessoais. Briggs et al. (2010), constataam mesmo que a diferença de idades influencia diretamente as razões pelas quais as pessoas se voluntariam, na medida em que, por exemplo, as motivações dos adultos jovens para o voluntariado estão mais associadas em motivações pessoais, já os adultos mais velhos têm mais probabilidade de serem motivados por razões como os valores.

Assim, destaca-se que os adultos mais jovens participam em atividades voluntárias essencialmente pela pressão de pares, da autoimagem e necessidade de desenvolvimento pessoal, já os adultos mais velhos têm como motivações a responsabilidade para com a comunidade local e porque podem contribuir para o bem-estar de outras pessoas. Ajudar os outros e a comunidade em geral traz mais prazer e satisfação emocional para os voluntários (Wei et al., 2011).

Para Dolnicar et al. (2007), as razões que poderão justificar a prática do voluntariado são: o contacto social, a satisfação, o envolvimento pessoal, as crenças religiosas, a possibilidade de adquirir novas competências, ter oportunidade de ser mais ativo na sociedade, o sentimento de pertença e utilidade, o sentimento de ajudar os outros, ganhar experiência de trabalho, pôr em prática a sua experiência e capacidade, obrigação e/ou um acontecimento natural.

Face ao explanado neste ponto, entende-se que as pessoas que participam em atividades de voluntariado são movidas por diversas motivações intrínsecas e extrínsecas, que resultam em benefícios significativos para quem o pratica, bem como para os outros e para a comunidade em geral (Marques, 2016). Entende-se, ainda, que os estudos na área da motivação para o voluntariado estão pouco desenvolvidos, ainda assim, pode afirmar-se que estas dependem também das influências culturais de cada país e que variam de indivíduo para indivíduo. Salienta-se ainda que se reconheceu a viabilidade da escala de Clary et al. (1998), a qual vai ser utilizada no âmbito deste estudo, como se apresentará mais à frente.

Deste modo, após a análise das possíveis motivações para o voluntariado, no próximo subponto será evidenciado o que a literatura refere relativamente às competências pessoais e sociais, tendo em conta que neste trabalho se pretende analisar perspetivas em torno dos contributos do voluntariado no desenvolvimento de competências pessoais e sociais dos jovens.

3.2. Competências Pessoais e Sociais

A aprendizagem das competências pessoais e sociais principia logo no início da vida e continua ao longo da vida. Acontece, em geral, como um processo natural de imitação, onde se destaca o papel dos modelos sociais disponíveis no envolvimento do indivíduo (Bandura, 1976).

Na ótica de Beauchamp e Anderson (2010), estas competências surgem de forma gradual durante a infância e a adolescência, resultantes de uma relação dinâmica entre o sujeito e o seu meio, sendo que, quando tal não acontece, poderão surgir situações de isolamento social, ansiedade e redução de autoestima, que poderão vir a ter grande impacto no desenvolvimento do sujeito. Na mesma linha, temos o contributo de Cacioppo et al. (2002) que nos refere que estas competências são essenciais para a capacidade de o indivíduo desenvolver e manter relações duradouras, bem como a construção da sua identidade e participação na comunidade.

Nesta linha de ideias, a promoção de competências pessoais e sociais em crianças e adolescentes implica uma abordagem desenvolvimentista e uma abordagem ecológica (Bronfenbrenner, 2005). Isto porque o desenvolvimento positivo e saudável, a potencial mudança de comportamento, crenças e atitudes são entendidos como consequência de uma influência universal das relações entre o indivíduo em desenvolvimento e o seu meio, isto é, entre fatores biológicos, psicológicos, família, comunidade, cultura, ambiente físico e nicho histórico, onde as regulações e o equilíbrio para um desenvolvimento adaptativo emergem desta interação bidirecional, entre o indivíduo e o contexto que o rodeia, procurando o bem-estar e qualidade, segundo Lerner et al. (2005).

Perante isto, e retomando uma ideia anterior, tem-se vindo a verificar, nas últimas décadas, uma mudança de paradigma em relação à intervenção com o indivíduo em risco, na medida em que se privilegia a sua participação num processo de desenvolvimento pessoal e social, desejavelmente de forma preventiva (Matos et al., 2015). Nesse sentido, ao abordar-se a questão das competências pessoais e sociais, pretende-se reconhecer a importância das mesmas no desenvolvimento saudável dos jovens.

A promoção do desenvolvimento positivo na adolescência/juventude contribui positivamente para o *Self*, para a família, para o grupo de pares, para a comunidade e para a sociedade civil. Para que tal aconteça, a perspetiva de Lerner et al. (2005) é particularmente útil ao atender às seguintes competências específicas: a) Competência, sendo a perspetiva positiva sobre a própria ação em diversos domínios, incluindo o social (relações interpessoais; comunicação; resolução de conflitos), cognitivo (processamento de informação; tomada de decisão), académico (avaliações e frequência e envolvimento escolar) e vocacional (futuro/carreira); b) Confiança, percepção de autoestima e de autoeficácia, perspetiva do valor global do próprio; c) Ligação, "*Connection*", ligações positivas com pessoas e instituições (pares, família, escola e comunidade) com os quais se estabelecem relações bidirecionais;

d) Carácter, respeito pelas regras sociais e culturais, sentido do bem e do mal e integridade; e) Compaixão, sentido de simpatia e empatia para com os outros.

Prosseguindo esta análise em torno das competências pessoais e sociais, estas remetem, então, para os comportamentos sociais que um indivíduo possui no seu historial e que lhe permitem interagir saudavelmente e produtivamente num determinado contexto social ou período do desenvolvimento específicos. Esta é uma conceção baseada na funcionalidade do desempenho, sendo por sua vez a habilidade social referente aos segmentos ou classes do desempenho decorrente da interação (Del Prette, 2005). Gresham e Elliott (1990) definiram, nesse sentido, conjuntos de comportamentos sociais, a saber: Cooperação (auxílio ao outro, partilha de bens e cumprimento de regras);

Assertividade (iniciação de conversas, como pedido de informações, e resposta às ações dos outros, como responsividade à pressão dos pares); Responsividade (capacidade de comunicação com o outro e preocupação); Empatia (preocupação com os sentimentos do outro); e Autocontrolo (responsividade adequada a provocações ou chamadas de atenção do outro).

Após a análise de algumas perspetivas face ao desenvolvimento de competências pessoais e sociais, onde se conclui que as mesmas são adquiridas ao longo de todo o desenvolvimento muitas vezes de forma natural, importa ressaltar que o não desenvolvimento destas competências poderá acarretar dificuldades significativas para as crianças e jovens. Posto isto, iremos passar ao subponto seguinte, na tentativa de compreender o possível papel do voluntariado no desenvolvimento de competências.

3.3. Voluntariado e o Desenvolvimento de Competências

O voluntariado não é apenas um fenómeno circunscrito a um determinado país e ou população, estando presente um pouco por todo o mundo (Clary et al., 1998). Reconhece-se, assim, que o voluntariado não é algo circunstancial num determinado espaço e ou momento, mas que tem vindo a ter reconhecimento numa escala macro e global.

Santos e Bonito (2010) sublinham a importância do voluntariado, não apenas por se tratar de uma atividade reconhecida e valorizada pela União Europeia (UE), mas também por ser, principalmente, um fenómeno e uma ferramenta utilizada pelas sociedades de cariz humanista, para estimular a participação cívica, ao mesmo tempo que sensibiliza para a importância de se viver numa sociedade inclusiva e responsável.

Destaca-se, ainda, o voluntariado como fator impulsionador de participação cívica que, por sua vez, torna as sociedades mais inclusivas.

Esta ideia é acompanhada por Serapioni et al. (2013), ao afirmarem que o voluntariado tem vindo a ganhar particular relevância, no sentido em que tem sido considerado como um instrumento excelente de luta contra a exclusão social e, simultaneamente, uma forma de promover a inclusão e o emprego. Os autores enfatizam a ideia de que o voluntariado é uma forma de promover a inclusão e o emprego. Entenda-se este fator como tendo alguma importância, face aos números de jovens em situação de desemprego na Europa: em 2018, 3,4 milhões de jovens, com menos de 25 anos, estavam desempregados na UE (Conselho da União Europeia, 2018). Constate-se, a este propósito, que um dos objetivos do programa de SVE é melhorar as competências dos jovens e, por conseguinte, aumentar a sua empregabilidade.

Serapioni et al. (2013) referem, ainda, que o voluntariado juvenil tem um efeito estimulador para o crescimento pessoal e humano, proporcionado por espaços não formais de educação. Reforça-se, assim, a ideia de que o voluntariado jovem permite agir na vertente da cidadania e participação, contribuindo para a construção de autoconfiança e constituindo-se como um fator de integração e coesão social, solidariedade, diálogo intercultural, proporcionando, em última análise, uma coabitação mais pacífica de diferentes comunidades e culturas.

Segundo o Conselho da Europa (2008) existem diversas organizações voluntárias que têm por objetivo a integração das comunidades migrantes e que desenvolvem projetos que visam facilitar o diálogo cultural através do voluntariado, neste ponto, destacam-se as atividades de voluntariado no âmbito do SVE. Outros documentos produzidos por instituições europeias apontam neste sentido, como é o exemplo o relatório sobre o reconhecimento e promoção das atividades de voluntariado transfronteiriças na UE da Comissão da Cultura e da Educação do Parlamento Europeu, que apresenta algumas recomendações:

(...)Considerando o voluntariado como experiência de aprendizagem informal adequada a pessoas de todas as idades; considerando os benefícios que proporciona em termos de desenvolvimento pessoal, de gestão de espaço coletivo, de reforço da democracia e dos valores cívicos, de solidariedade e de participação na vida democrática, de aprendizagem intercultural e aquisição de competências sociais e profissionais, bem como o seu contributo para alcançar os objetivos das políticas da União Europeia em matéria de inclusão social e luta

contra a discriminação, assim como para o emprego, a educação, a cultura, o desenvolvimento de competências e a cidadania.

Para Ferreira (2008) o voluntariado surge associado à questão e reconhece a importância de se trabalhar este tema logo nos primeiros anos do percurso escolar, podendo ter benefícios significativos no futuro. A educação para o voluntariado é um aspeto chave, enquanto estímulo à participação dos jovens e ao desenvolvimento de valores e de cidadania. Desta forma, os jovens que realizam voluntariado revelam um maior grau de consciencialização relativamente à promoção dos valores de cidadania.

De acordo com Clary et al. (1998), a os benefícios na prática do voluntariado estão intimamente relacionados com as motivações dos indivíduos, sendo que daí resulta uma experiência de voluntariado satisfatória.

Alguns estudos apontam, ainda, que o bem-estar está também intimamente relacionado à prática de voluntariado (Morrow-Howell et al., 2003). Concretizando esta ideia, o bem-estar pode ser físico ou psicológico, e tende a estar relacionado com o envolvimento social a que os voluntários são sujeitos no decorrer da experiência do voluntariado, beneficiando de menos stress psicológico, maior satisfação com a vida e diminuição de sintomas de depressão (Thoits & Hewitt, 2001). Reforçando esta mesma ideia, Piliavin e Siegl (2007) defendem que o bem-estar psicológico é uma característica dos voluntários quando os mesmos sentem que desenvolvem um contributo importante na sociedade e que a sua existência é também ela importante. De acordo com um estudo levado a cabo por Li e Ferraro (2005), o voluntariado reduz a depressão nos indivíduos e aumenta a sua saúde mental.

No que concerne às competências pessoais e profissionais, Santos et al. (2011) referem que o voluntariado oferece aos indivíduos a oportunidade de aprenderem novos conhecimentos e competências, assim como têm a possibilidade de colocar em prática conhecimentos já adquiridos, contactando com o mundo laboral, aumentando, desse modo, a probabilidade de obtenção de um trabalho pago, dada a experiência de trabalho adquirida e os valores morais inerentes que são, posteriormente, apreciados por potenciais empregadores.

Para Haski-Leventhal et al. (2008), o voluntariado demonstra também ter um papel preponderante no que toca ao sucesso escolar dos jovens, já que estes estão mais predispostos a prosseguir estudos e formação superior, bem como a assumirem maiores responsabilidades, aumentando a confiança em si próprios.

No que toca às mudanças de comportamento, Wilson e Musick (2000) afirmam que o voluntariado promove a cidadania, no sentido em que o voluntariado assume uma posição importante no seio da sociedade.

Neste propósito Bekkers (2005) acrescenta que o voluntariado fomenta a identidade cívica dos indivíduos, em especial dos jovens, e potencia a criação de rede de contactos, competências sociais, entre outros. Outra mudança comportamental subjacente aos jovens que fazem voluntariado é a diminuição de comportamentos antissociais, comportamentos que estão associados aos fatores de risco. Através das atividades de voluntariado os jovens estão sujeitos a supervisão, adquirem controlo social, não têm contacto frequente com outros jovens problemáticos, bem como adquirem competências pessoais de autoconfiança, tolerância, empatia pelos outros e respeito pelo bem comum, contribuindo assim para uma sociedade melhor (Wilson & Musick, 2000).

Estando os voluntários ocupados por atividades de voluntariado, torna-se mais difícil estarem envolvidos em situações problemáticas e que podem levar a distúrbios comportamentais, podendo, assim, reduzir problemas comportamentais já existentes, tais como vandalismo, diminuição do consumo de drogas, prevenção da gravidez precoce, entre outros (Wilson & Musick, 2000). Em síntese, a literatura aponta três razões distintas que podem, eventualmente, explicar os benefícios positivos inerentes à atividade de voluntariado, são elas: a) promoção da saúde através do aumento de recursos sociais; (b) o voluntariado, na medida em que produz benefícios superiores e adicionais quando comparado com outras atividades sociais, conduzindo a um sentimento de significado; (c) o voluntariado como combate a sentimentos menos positivos que poderão ter implicações a nível da saúde do indivíduo (Haski-Leventhal et al., 2008; Li & Ferraro, 2005; Piliavin & Siegl, 2007; Santos & Bonito, 2010; Santos et al., 2011; Serapioni et al., 2013).

Assim, a participação dos jovens em projetos de voluntariado pode favorecer o desenvolvimento de competências ao nível pessoal e social, podendo presumir-se que este se poderá constituir como um contexto protetor no desenvolvimento dos jovens.

Perante o enquadramento teórico apresentado e de acordo com os objetivos inerentes ao Mestrado de Intervenção Psicossocial com Crianças e Jovens em Risco, entende-se a pertinência deste estudo, na medida em que se pretende fazer uma reflexão importante junto dos técnicos e profissionais que atuam junto das crianças e jovens, em especial os jovens adultos, já que ao longo do seu desenvolvimento, são confrontados com situações de maior risco. Por sua vez, também se pretende destacar o papel do voluntariado na aquisição de competências pessoais e sociais que se poderão constituir como fatores de proteção, tal como analisado no subponto 1.2.

Na Parte II deste trabalho será apresentado o estudo realizado com base nesta revisão.

Parte II – Estudo Empírico

1. Apresentação do Estudo

A investigação científica é um processo sistemático que tem como propósito disponibilizar informação para a resolução de um problema, procurando dar resposta a uma questão de investigação. Sendo um processo sistemático, caracteriza-se ainda por ser metódico, replicável, racional, empírico, objetivo, comunicável e cumulativo (Almeida & Freire, 1997; Coutinho, 2011; Fortin, 2000). Deste modo e de acordo com a perspetiva de Freitas e Moscarola (2002), o início de uma investigação passa por definir os objetivos a alcançar, bem como as questões às quais se pretende responder. Não obstante, que a investigação em ciências sociais e humanas, apresenta contextos complexos e multifacetados que revelam uma riqueza de representações e inferências dos dados (Souza et al., 2011).

O presente estudo é de cariz exploratório, de natureza mista e centra-se na compreensão das perspetivas dos jovens sobre as implicações da participação em projetos do SVE ao nível das suas competências pessoais e sociais. Da análise realizada a alguns estudos sobre o tema, evidenciam-se o estudo de Jacinto (2020) que apresenta a evolução do voluntariado em Portugal, entre 2002 e 2020. No que concerne ao desenvolvimento de competências, Pinto (2016) apresenta um estudo sobre a importância do voluntariado no desenvolvimento de competências profissionais. Também, Correia et al. (2017) apresentam um estudo centrado nas competências essenciais para a aprendizagem ao longo da vida adquiridas através do voluntariado, onde confirmam a importância deste, como experiência onde se adquirem competências e, por outro lado, como experiência onde as *soft skills* são particularmente estimuladas. Não obstante, referem ainda que raros são os estudos que abordam o processo de mediação entre a aquisição de competências e a sua efetiva mobilização (Correia et al., 2017).

1.1. Questão de estudo

A formulação da questão de estudo deve obedecer a um conjunto de condições formais e de conteúdo. Esta deve exprimir, de forma clara, precisa e objetiva, aquilo que se pretende estudar, apresentando de forma inequívoca as variáveis a explorar e a natureza da população envolvida no estudo (Fortin, 2000).

Face ao que já foi descrito, pretende-se com a presente investigação conhecer e compreender as perspetivas dos jovens sobre as implicações da participação em projetos do SVE ao nível das suas competências pessoais e sociais, sendo a questão de estudo: Será que a participação dos jovens em projetos de serviço voluntário europeu promove a aquisição de competências pessoais e sociais?

1.2. *Objetivos*

De acordo com a questão de estudo e face à escassez de literatura neste âmbito, tal como demonstrado anteriormente, no que respeita ao desenvolvimento de competências pessoais e sociais, através da experiência da participação dos jovens em programas de mobilidade europeia, nomeadamente o SVE, considerou-se a pertinência de se operacionalizar os seguintes objetivos específicos:

- Compreender as perspetivas dos jovens sobre o voluntariado;
- Conhecer a opinião dos jovens sobre as competências adquiridas no desenvolvimento de um projeto do SVE;
- Conhecer a perspetiva dos jovens sobre a melhoria das competências dos jovens no âmbito da cidadania e da participação ativa;
- Conhecer as perspetivas dos jovens relativamente aos contributos da realização de uma experiência de SVE, na forma como os jovens passam a encarar a vida;
- Explorar as perceções dos jovens sobre as alterações de comportamento após a realização de uma experiência de SVE;
- Compreender a perspetiva dos jovens sobre a experiência de SVE e a sua relação com o desenvolvimento de competências que poderão minimizar comportamentos de risco e/ou desviantes;
- Analisar a relação entre as diferentes motivações dos jovens para o voluntariado (i.e., valores, experiência, crescimento/autoestima, carreira, social e proteção) e as suas competências pessoais e sociais (i.e., competências de resolução de problemas, competências básicas, competências de regulação emocional, competências de relacionamento interpessoal e definição de objetivos);
- Verificar se existem diferenças nas motivações dos jovens para o voluntariado (i.e., valores, experiência, crescimento/autoestima, carreira, social e proteção) e nas suas competências pessoais e sociais (i.e., competências de resolução de problemas, competências básicas, competências de regulação emocional, competências de relacionamento interpessoal e definição de objetivos) em função do género (masculino vs. feminino).

2. Metodologia

O presente estudo é de natureza mista, quantitativo e qualitativo, tendo um carácter exploratório. Entende-se por exploratória uma pesquisa preparatória acerca de um tema pouco explorado ou, então, sobre um assunto já conhecido, mas poderá ser visto sob nova perspectiva, e ainda ser utilizado como base para pesquisas posteriores (Casarin, 2012) ou, então, quando o próprio pesquisador precisa explorar melhor um determinado fenómeno para aprofundar conhecimentos a utilizar em investigações futuras. Tendo em conta que este estudo pretende conhecer e compreender as perspectivas dos jovens sobre as implicações da participação em projetos do SVE ao nível das suas competências pessoais e sociais entendeu-se que um estudo de natureza mista, contribui para uma análise mais aprofundada e menos subjetiva.

No que concerne às técnicas de recolha de dados, optou-se pela aplicação de um questionário, criado para o âmbito desta investigação e para a análise dos dados, recorreu-se à análise de conteúdo das perguntas de resposta aberta e à análise estatística através do SPSS.

2.1. Participantes

A amostra, de conveniência, é constituída por 46 jovens, com idades compreendidas entre os 20 e os 30 anos de idade, que já participaram num programa do SVE, ocorridos em qualquer parte do mundo.

Na tabela 1, apresentar-se-á a caracterização sociodemográfica dos participantes do estudo, tendo como referência o género, o local de residência, as habilitações académicas e a área de estudos.

Tabela 1*Caracterização Sociodemográfica da Amostra*

Características	N=46	%
Género		
Masculino	20	43.4 %
Feminino	26	56.5 %
Local de residência		
Norte	19	41.3 %
Centro	21	45.6 %
Sul	6	13 %
Habilitações Académicas		
Secundário	8	17.3 %
Licenciatura	23	50.0 %
Mestrado	15	32.6 %
Área de Estudos		
Saúde	8	17.3 %
Ciências Sociais e Humanas	25	54.3 %
Artes	5	10.8 %
Tecnologias	3	6.5 %
Desporto	5	10.8 %
País de realização do SVE		
Alemanha	2	4.3 %
Bulgária	1	2.1 %
Chipre	4	8.6 %
Croácia	3	6.5 %
Espanha	9	19.5 %
Grécia	1	2.1 %
Irlanda	1	2.1 %
Islândia	1	2.1 %
Itália	4	8.6 %
Lituânia	3	6.5 %
Polónia	5	10.8 %
República Checa	1	2.1 %
Roménia	3	6.5 %
Sérvia	2	4.3 %
Turquia	5	10.9 %
Ucrânia	1	2.1 %
Ano de realização do SVE		
2012	2	4.3 %
2014	1	2.1 %
2015	2	4.3 %
2016	3	6.5 %
2017	1	2.1 %
2018	19	41.5 %
2019	13	28.4 %
2020	5	10.8 %

Os participantes deste estudo são jovens, com idades compreendidas entre os 20 e os 30 anos de idade ($M= 24.6$; $DP= 2.68$), que participaram numa experiência de SVE.

De acordo com a tabela 1 verifica-se um maior número de participantes do género feminino (56.5%). No que diz respeito à região do país dos participantes, a maioria é do Centro (45.6 %). Relativamente às habilitações literárias, 82.6 % dos participantes têm habilitações superiores (licenciatura e mestrado) e 17.3 % o nível secundário. No que concerne à área de estudos dos participantes, a maioria são da área das ciências sociais e humanas e saúde (71.6%) e em último lugar a área das Tecnologias (6.5%).

A experiência de SVE ocorreu entre 2012 e 2020, sendo mais expressiva no ano de 2018 (41.5 %). Teve lugar em países distintos, de salientar que o país de realização do SVE com mais expressão foi Espanha (19.5 %).

2.2. Instrumento

Tendo por base que a informação que se pretende recolher junto dos jovens tem um carácter particular, na medida em que diz respeito às perceções de cada jovem quanto à sua experiência de SVE, o método que nos pareceu mais indicado e adequado para a recolha de dados foi o questionário, já que o mesmo facilita a recolha da informação e uma análise mais detalhada e aprofundada da área que pretendemos estudar (Rea & Parker, 2000).

Para a realização do presente estudo elaborou-se um questionário, intitulado de Questionário sobre as Motivações e Competências em Jovens Participantes no SVE, constituído por cinco partes, de acordo com os objetivos definidos para o presente estudo. Foi utilizado um protocolo de investigação constituído por várias partes, que incluem instrumentos validados e aferidos para a população portuguesa e outros que foram elaborados, especificamente, para o presente trabalho, atendendo à necessidade de compreender melhor o fenómeno em estudo, bem como responder aos objetivos pretendidos. Desta forma, em termos de instrumentos validados, utilizaram-se o Inventário das Motivações para o Voluntariado (IMV) (Gonçalves, Monteiro, & Pereira, 2011) e a Escala de Avaliação de Competências Sociais e Emocionais (Gaspar & Matos, 2015), ambas as escalas foram autorizadas pelos seus autores (Anexo A e B).

Para a construção das outras partes do instrumento utilizaram-se um conjunto de referências na área (Jackson & Adarlo, 2016; Jardim & Silva, 2016; Morrow-Howell, 2010; Serapioni et al., 2013).

Considerando que o instrumento utilizado foi construído especificamente para o âmbito desta investigação, abordam-se mais alguns aspetos da sua construção, nomeadamente deve-se assinalar que previamente à sua aplicação generalizada, procedeu-se a uma primeira fase, em que se solicitou a seis participantes, com características semelhantes à amostra pretendida, que respondessem à totalidade do questionário, com o objetivo de identificar possíveis limitações e melhorá-lo, se necessário. Os motivos desta aplicação prévia prenderam-se com o objetivo de respeitar o protocolo de investigação criado e, ainda, analisar as seguintes necessidades: compreensão dos itens por parte dos respondentes; tempo de preenchimento do questionário; aumentar a eficácia e a eficiência da pesquisa; evitar erros de interpretação por parte dos respondentes; avaliar a necessidade de incluir novas questões. Estes respondentes, não fizeram parte da amostra final do estudo. Embora duas partes do questionário contemplem dois instrumentos validados e aferidos para a população portuguesa, considerou-se necessário, a aplicação integral do questionário construído para este estudo.

Não tendo havido sugestões de melhoria, nem dificuldades de preenchimento, manteve-se a versão original (Anexo C).

Assim a primeira parte, **Caracterização Sociodemográfica** contempla as seguintes variáveis: idade, género (masculino, feminino, prefiro não responder), local de residência (norte, centro, sul), habilitações académicas (secundário, licenciatura, pós-graduação, mestrado, doutoramento), área de estudos (ciências sociais e humanas, tecnologias, artes, engenharias, saúde, desporto), ano de realização do SVE e país de realização do SVE, com o objetivo de serem recolhidos dados sociodemográficos sobre a amostra.

A segunda parte, **Inventário das Motivações para o Voluntariado**, utilizou-se os itens da versão portuguesa (Gonçalves et al., 2011) do IFV de Clary et al (1998), já que este apresenta várias vantagens, como por exemplo, poder ser usado para a realização de estudos em todos os contextos de voluntariado, podendo também ser aplicado com o intuito de conceber projetos para reter os voluntários ou para a predição do tempo de permanência do voluntário (Clary et al., 1998). Este inventário permite avaliar as motivações para o voluntariado, sendo constituído por 30 itens, cujas respostas são codificadas numa escala de *Likert* de sete pontos, em que um corresponde a “nada importante” e sete a “extremamente importante”.

Os trinta itens deste inventário organizam-se em seis subescalas: função valores; função experiência; função crescimento/autoestima; função carreira; função social e função proteção. Os estudos psicométricos para a versão portuguesa (Gonçalves et al., 2011) revelaram níveis adequados de consistência interna para a nota global e para as seis subescalas em questão, com os valores do *alpha* de *cronbach* a variarem entre .64 e .83, verificando-se o valor .88, na escala global.

No presente estudo, o IMV também demonstrou níveis de confiabilidade adequados, observando-se os seguintes *alphas* de *cronbach*: (a) $\alpha=.56$ para a subescala referente à função valores; (b) $\alpha=.85$ para a subescala referente à função experiência; (c) $\alpha=.81$ para as subescalas referentes às funções crescimento/autoestima, carreira e proteção; (d) $\alpha= .86$ para a subescala referente à função social; e (e) $\alpha=.91$ para a escala total. Esta secção teve como objetivo recolher informação sobre as motivações que levam os jovens a participar em projetos de voluntariado.

A terceira parte, **Escala de Avaliação de Competências Sociais e Emocionais (EACSE)**, tem como objetivo analisar as competências pessoais e sociais adquiridas pelos jovens. Segundo Matos e Gaspar (2015), autoras da escala, as competências pessoais e sociais têm um papel fundamental no desenvolvimento das crianças e jovens, bem como no seu comportamento face aos fatores de risco. A escala apresenta boas propriedades psicométricas, pode ser utilizada como um facto único de medição da competência pessoal e social ($\alpha=0.917$), ou analisada em cinco fatores/dimensões que caracterizam a competência social e pessoal, nomeadamente: Resolução de Problemas, Competências Básicas, Regulação Emocional, Relações Interpessoais e Definição de Objetivos (entre $\alpha= 0.87$ e $\alpha=.62$). Considerando a amostra da presente investigação, a EACSE demonstrou igualmente níveis de confiabilidade interna adequados para as cinco dimensões (entre $\alpha = .58$ e $\alpha = .85$) e para a escala global ($\alpha = .88$).

A quarta parte, **Perceções sobre a minha experiência do SVE**, visa analisar-as perceções dos jovens face à experiência de SVE. Deste modo, apresentam-se três perguntas de resposta aberta e duas perguntas que estão relacionadas com as alterações de comportamento e a aquisição de competências de cidadania e participação ativa, utilizando uma escala *Likert* para as respostas, de quatro pontos, em que um corresponde a nada, dois corresponde a contribuiu pouco, três corresponde a contribuiu e quatro corresponde a contribuiu muito. As perguntas foram especificamente criadas para este estudo, decorrentes da revisão da literatura neste âmbito, nomeadamente o trabalho de Wilson e Musick (2000) que referem que o voluntariado promove a cidadania.

Por sua vez, Bekkers (2005) acrescenta também a ideia de que a prática do voluntariado fomenta a identidade cívica dos indivíduos, potenciando as competências sociais.

Na quinta parte, **Desenvolvimento de Competências e Experiência SVE**, apresentam-se 21 afirmações, onde se pede aos inquiridos que respondam a cada uma através de uma escala *Likert*, com a seguinte chave de resposta: discordo; concordo pouco; concordo; concordo bastante e concordo totalmente. Esta secção foi especificamente criada para este estudo, tendo como suporte a revisão da literatura, nomeadamente, no que concerne às oito competências chave de aprendizagens ao longo da vida (Jornal Oficial da União Europeia, 2018). Deste modo, pretende-se, através das afirmações apresentadas compreender as competências adquiridas pelos jovens decorrentes da sua participação numa experiência do SVE, nomeadamente: competências sociais, competências interculturais, consciência ambiental e alteração de comportamentos, competências orientadas para a empregabilidade, valores de cidadania europeia, comportamentos de risco, igualdade de género, igualdade de oportunidades e continuidade do trabalho orientado para o voluntariado.

2.3. Procedimentos

Após a decisão do método a utilizar, definição dos objetivos do estudo e o tipo de participantes, foram estabelecidos contactos com associações juvenis de âmbito nacional e recorreu-se ainda a uma rede de disseminação de informação europeia, nomeadamente a rede Eurodesk com o objetivo de apresentar o presente estudo.

A recolha dos dados decorreu entre fevereiro e abril de 2021 e permitiu recolher 46 questionários, através de uma ferramenta online (*Googleforms*), face à dificuldade de aplicar os questionários presencialmente, tendo em conta a situação pandémica que atravessamos e também porque origina uma maior adesão por parte dos participantes (Pereira & Patrício, 2013), pedindo-lhes que respondessem com sinceridade, salientando o anonimato e confidencialidade da recolha de dados (Martins, 2015). Embora se reconheça as desvantagens dos questionários online, na medida em que a ausência do investigador no momento do seu preenchimento pode impedir o esclarecimento de dúvidas que possam surgir, não havendo também garantia de quem responde efetivamente ao questionário, bem como pode surgir uma ausência de veracidade se os participantes responderem de acordo com os interesses de quem investiga (Pereira & Patrício, 2013).

Procedeu-se à disponibilização do questionário através de um *link*, solicitando que o mesmo fosse disseminado aos jovens participantes num programa de SVE.

Foi, também, elaborado o consentimento informado que permitiu informar os participantes sobre o tema de estudo, os objetivos e todos os procedimentos realizados, bem como assegurar o anonimato, a confidencialidade dos dados e o direito a recusar ou cessar a sua participação em qualquer altura e sem quaisquer prejuízos.

Os participantes foram ainda informados que foi dado integral cumprimento às disposições previstas no Regulamento Geral de Proteção de Dados, assegurando assim todos os princípios éticos inerentes a esta investigação.

Após a recolha e validação dos questionários, procedeu-se à análise qualitativa e quantitativa, descritiva e inferencial, dos dados, no caso da segunda através do software *Statistical Package for the Social Sciences* (SPSS - versão 26.0.).

2.4. Técnicas de análise de dados

Primeiramente procedeu-se a uma **análise qualitativa** a fim de analisar e compreender as perspetivas dos jovens sobre as implicações da participação em projetos de SVE ao nível das suas competências pessoais e sociais. Deste modo os dados qualitativos foram sujeitos à análise de conteúdo temática, através de um sistema de codificação misto (Bardin, 2011). Atendendo às especificidades do estudo, particularmente ao carácter exploratório da investigação, seguiu-se as regras da análise categorial temática (Caregnato & Mutti, 2006). Tendo-se optado por um procedimento misto, este procedimento permitiu, por um lado, a formulação de categorias e subcategorias emergentes do texto. Ao investigador cabe, neste caso, a função de agrupar a informação saliente em categorias e subcategorias relacionáveis com o conhecimento teórico. Por outro lado, também foram integradas categorias dedutivas, ou seja, decorrentes da revisão da literatura, para além das categorias indutivas, que derivam do material empírico recolhido (Brandão, 2010). Para tal análise salienta-se que a resposta do mesmo participante pode integrar mais do que uma categoria/subcategoria, tal como se verifica no presente estudo.

Para proceder à **análise quantitativa** dos resultados recorreu-se ao *software Statistical Package for the Social Sciences* (SPSS - versão 26.0.), considerando-se um nível de significância $p \leq .05$. Também foi utilizado o teste Shapiro-Wilk para verificar a normalidade da ($N < 50$) da distribuição das variáveis referentes às motivações dos jovens para voluntariado e às competências pessoais e sociais. De acordo com o resultado recorreu-se a testes paramétricos (*T-Student* para amostras independentes) ou não paramétricos (Testes de *Mann-Whitney*) de modo a verificar se existiam

diferenças significativas nas motivações dos jovens para o voluntariado e nas suas competências pessoais e sociais em função do género.

Especificamente, as subescalas do IMV referentes às funções experiência, crescimento e carreira não seguiram uma distribuição normal, assim como a dimensão da EACSE referente à resolução de problemas. Portanto, para estas variáveis recorreu-se aos supramencionados testes não paramétricos que serão apresentados no próximo capítulo onde se pretende analisar de forma mais detalhada as perceções dos jovens em relação à sua experiência SVE de acordo com os resultados obtidos através das técnicas acima descritas.

Com o objetivo de analisarmos a relação entre as diferentes motivações dos jovens para o voluntariado e as suas competências pessoais e sociais recorreremos ao teste de *Pearson*. Notando-se que ao analisarem-se estas correlações consideraram-se os seguintes critérios propostos por Cohen et al. (1988): (a) valores < 0.30 indicam correlações fracas; (b) valores entre 0.30-0.49 indicam correlações moderadas; e (c) valores ≥ 0.50 indicam correlações fortes.

3. Apresentação e Discussão dos Resultados

Este capítulo apresenta de forma mais pormenorizada os resultados das análises descritivas e inferenciais que foram realizadas no âmbito deste estudo, bem como a análise dos resultados obtidos.

Partindo do pressuposto que o envolvimento em projetos de voluntariado internacional tem sido uma prática cada vez mais comum ao longo dos últimos anos e, por esse motivo, tem sido alvo de alguns estudos (Nordlund, 2009; Sherraden et al., 2008). Esta investigação pretendeu, assim, explorar e compreender este fenómeno, mais especificamente, o caso concreto do SVE, no que concerne às perceções dos jovens em relação às suas motivações e desenvolvimento de competências.

Existem inúmeras dimensões relacionadas com o voluntariado (Amorim, 2015; Angermann & Sittermann, 2010; Delicado et al., 2002; Snyder & Omoto, 2008; Soares, 2012), que são igualmente passíveis e merecedoras de estudo. Contudo, na presente investigação não foi possível dar atenção sobre todas as dimensões consideradas importantes no âmbito deste tema. Assim, optou-se pela seleção de um conjunto de aspetos sobre os quais nos debruçamos ao longo do estudo e, desse modo, tornou-se possível responder àquelas que eram as questões de investigação inicialmente levantadas.

Deste modo a presente discussão de resultados organizar-se-á em função dos objetivos inicialmente estabelecidos.

3.1. *Análise das perceções sobre a experiência de SVE*

O processo de agrupamento dos conteúdos em categorias e subcategorias temáticas foi construído de forma gradual, sendo que nenhuma informação foi excluída, mas todas (as que por si só não reuniam condições para serem definidas como categorias ou subcategorias) foram sucessivamente incluídas noutras mais abrangentes.

De seguida, apresentam-se cada uma das categorias encontradas e respetivas subdivisões.

Na tabela 2, apresentar-se-á a categoria “*Definição de Voluntariado*”, bem como as subcategorias emergentes da análise de conteúdo (Anexo D) realizada às respostas à questão: “De acordo com a tua experiência, o que significa para ti o voluntariado?”

Tabela 2

Descrição da categoria “Definição de Voluntariado”

Categoria “Definição de Voluntariado”			
Significado do voluntariado percebido pelos participantes			
Subcategoria	Indicadores	Frequência	% (n=46)
Ajudar o outro	“ <i>Entrega gratuita de alguém, que quer dar o seu contributo para ajudar os outros.</i> ”	34	74 %
Oportunidade de aprendizagem	“ <i>É a possibilidade de aprender muitas coisas.</i> ”	9	19 %
Cidadania e Participação	“ <i>Contribuir para uma sociedade mais justa, humana e igualitária.</i> ”	4	9 %
Aprendizagem intercultural	“ <i>Para mim o voluntariado é uma boa oportunidade de aprender e conhecer novas culturas.</i> ”	5	11 %

Através da análise à tabela 2, pode constatar-se que os jovens definem o voluntariado, predominantemente (74 % das menções) como uma forma de poder ajudar os outros. De forma menos expressiva, mas também presente, definem-no como uma oportunidade de aprendizagem (19 % das menções), em particular intercultural (11 % das menções), onde através da sua experiência poderão tornar-se cidadãos mais participativos (9 % das menções) e, por conseguinte, contribuir para uma sociedade mais justa.

Importa referir que nesta categoria, encontraram-se mais que uma subcategoria na resposta do mesmo participante, daí o número de frequência ser superior ao número da amostra.

Perante a análise realizada, conseguiu-se perceber que a categoria “ajudar o outro” foi várias vezes mencionada pelos sujeitos da amostra, tal como podemos verificar na seguinte resposta: “*Entrega gratuita de alguém, que quer dar o seu contributo para ajudar os outros.*” De acordo com a revisão da literatura, a ideia de ajudar o outro é um aspeto fulcral do voluntariado, tal como nos afirma Augusto (2020) ao referir que “*a palavra voluntariado pode remeter para uma realidade relacionada com uma vontade de ajudar o outro, que se traduz em ações concretas assentes no princípio da solidariedade*” (p. 12). Por sua vez, Beehr et al. (2010) também nos apresentam o voluntariado com uma atividade que não é compensada financeiramente.

Alguns jovens sentem que o voluntariado é também um dever de cidadania, algo que também tem vindo a ser discutido na literatura, como é o caso do estudo levado a cabo por Stukas et al. (2016) ao afirmarem que o voluntariado é um exemplo relevante de participação cívica. Por sua vez, Serapioni et al. (2013) também apontam o voluntariado como uma grande expressão de cidadania.

Como era expectável, tendo em conta que a amostra do estudo são jovens participantes numa experiência de SVE, o significado de voluntariado também passa pela aprendizagem intercultural (Dubar, 2006; Jardim & Silva, 2016; Pires, 2007).

No geral, em resposta ao primeiro objetivo do estudo, constatou-se que o significado percebido pelos jovens não difere muito do que é apontado pela literatura. Embora a definição de voluntariado não seja consensual, como apontam alguns autores (Almeida & Ferrão, 2002; Angermann & Sittermann, 2010; Handy & Hustinx, 2009), existe uma certa consensualidade nos pontos basilares desta prática, nomeadamente no reconhecimento de que as pessoas que se voluntariam contribuem com o seu tempo e esforço para a resolução de problemas das suas comunidades, com o objetivo de minimizar o sofrimento dos outros, isto é, melhorar a condição humana das suas comunidades (Snyder & Claire, 2004; Snyder & Omoto, 2008; Wilson & Musik, 2000).

Na tabela 3, apresentar-se-á a categoria “*Mudanças na forma de encarar a vida*”, bem como as subcategorias emergentes da análise de conteúdo (Anexo E) realizada às respostas dos participantes à questão: “Em que medida consideras que a tua experiência num projeto SVE contribuiu para alguma mudança na tua forma de encarar a vida?”

Tabela 3

Descrição da categoria “Mudanças na forma de encarar a vida”

Categoria “Mudanças na forma de encarar a vida”			
Alterações de comportamento percebidos pelos participantes			
Subcategorias	Indicadores	Frequência	% (n= 40)
Aprender a lidar com fraquezas e medos	<i>“Porque é uma experiência muito pessoal também. Aprendemos a lidar com as nossas fraquezas e medos. Estamos por nós num país que não é o nosso. O que a longo prazo, nos dá confiança para determinadas decisões.”</i>	11	28%
Novas aprendizagens	<i>“Adquiri novas competências, que me têm ajudado na minha vida.”</i>	5	12%
Autoconhecimento e empatia	<i>“Novas perspetivas sobre o mundo e a forma como me relaciono com as pessoas.”</i>	24	60%

A partir da análise da tabela 3, entende-se que os jovens reconhecem mudanças/alterações na forma como passaram a encarar a vida relacionadas com questões muito particulares e pessoais. Nesse sentido, referem-se muitas vezes novas perspectivas face a uma determinada forma de pensar, assim como à capacidade de se colocarem no lugar dos outros (60 % das menções). Existe ainda o reconhecimento da aprendizagem de novas formas de lidar com fraquezas e medos (28 % das menções). Reconhecem, também, que as mudanças de comportamento estão também ligadas à aquisição de novas aprendizagens (12 % das menções). Nesta categoria, foram consideradas 40 respostas, sendo que seis participantes não responderam à questão apresentada.

No que se refere às perspectivas em torno das mudanças e/ou alterações na forma como os jovens passaram a encarar a vida, previstas noutra dos objetivos deste estudo, a subcategoria mais expressiva prende-se com o “autoconhecimento e empatia”.

A este propósito, Lerner et al. (2005) referem que a promoção do desenvolvimento positivo na adolescência/juventude contribui positivamente para o *Self*, para a família, para o grupo de pares, para a comunidade e para a sociedade social, mas para que tal aconteça, é necessário atender às seguintes competências relações interpessoais, comunicação, resolução de conflitos, tomada de decisão, confiança, percepção de autoestima, compaixão e sentido de empatia, entre outras. Para os autores existe uma forte relação entre a importância da aquisição destas competências e o desenvolvimento positivo dos jovens. As perspectivas dos jovens a este nível parecem, assim, estar em sintonia com o facto da experiência de voluntariado se poder constituir como um fator protetor do desenvolvimento, pelo menos em termos subjetivos.

A subcategoria “Aprender a lidar com as fraquezas e medos”, também tem algum peso para os jovens, possivelmente porque o SVE os desafia a irem sozinhos para um país diferente, adaptarem-se a uma nova cultura e língua, o que segundo os participantes é “uma experiência muito intensa e pessoal”. É nesta linha de ideias que Silva e Jardim (2012) se referem ao SVE enquanto experiência preparatória para a autonomia e responsabilidade dos jovens, não sendo apenas um ato de doação a um grupo de pessoas a uma causa social, mas também uma oportunidade de desenvolvimento, autoexpressão e autoconhecimento.

Por sua vez, a subcategoria “novas aprendizagens” também é referida pelos participantes, associada à aquisição de competências importantes para a vida futura, o que está uma vez mais em consonância com a literatura científica da área.

Por exemplo, para Jardim (2014) a prática de SVE para além de possibilitar a oportunidade de melhorar competências, pode ser também uma base para a tomada de decisões importantes sobre o futuro.

Na tabela 4, apresentar-se-á a categoria “Mudança de comportamentos”, bem como as subcategorias emergentes da análise de conteúdo (Anexo F) realizada à questão: “Em que medida consideras que a tua experiência num projeto SVE contribuiu para alguma mudança nos teus comportamentos?”

Tabela 4

Descrição da categoria “Mudança de Comportamentos”

Categoria “Mudança de Comportamentos”			
Mudança/alterações de comportamentos percecionados pelos participantes			
Subcategorias	Indicadores	Frequência	% (n= 46)
Práticas ambientais	<i>“Do ponto de vista ambiental, aumentei a importância e a consciência do cuidado com o ambiente.”</i>	7	15%
Respeito por outras culturas	<i>“Por ter tido contacto com outras culturas (muçulmanos) foi importante para desmistificar alguns estereótipos e preconceitos.”</i>	8	17%
Maior sensibilidade para as questões sociais	<i>“Maior sensibilidade para os problemas dos outros.”</i>	6	13%
Relacionamento interpessoal	<i>“Na forma como me relaciono com os outros.”</i>	15	32%
Alterações de comportamento a nível pessoal	<i>“Refletir mais sobre as minhas decisões, maior responsabilidade perante alguns assuntos.”</i>	23	50%

Através da análise da tabela 4, pode-se constatar que 50% das menções remetem para mudanças de comportamentos relacionadas com alterações a nível pessoal (capacidade de tomada de decisão, responsabilidade, capacidade de reflexão perante determinados assuntos) (cf. Anexo F). Além disso, os jovens também identificam alterações na forma como se relacionam com as outras pessoas (32% das menções). A consciência e uma maior abertura para as questões culturais, que se traduzem em atitudes de respeito face às pessoas de outra cultura (17% das menções) também foram assinaladas pelos jovens, bem como a aquisição de proteção ambiental (15% das menções) e uma maior sensibilidade para as questões sociais (13 % das menções). Tal como aconteceu na tabela 2, o valor da frequência é superior ao número de participantes, uma vez que, por vezes, foram encontradas mais do que uma subcategoria na resposta do mesmo participante.

Dando resposta a mais um dos objetivos do estudo, os participantes, após a experiência SVE, identificaram alterações significativas de comportamento, sendo que as mais expressivas se prendem com “alterações de comportamento a nível pessoal”, isto é, na lógica de autorreflexão, tomadas de decisão conscientes e mais responsabilidade. A este propósito, Serapioni et al. (2013) apontam que o voluntariado juvenil tem um efeito estimulador para o crescimento pessoal e humano, tal como podemos constatar neste estudo.

As mudanças de comportamento em relação ao relacionamento interpessoal também são evidenciadas na forma como os jovens consideram que passaram a relacionar-se com as outras pessoas, algo que é demonstrado pela literatura, tal como podemos constatar no estudo de Wilson e Musik (2000) quando afirmam que o voluntariado potencia a criação de redes de contacto, bem como a empatia pelos outros.

O respeito por outras culturas também é um dos aspetos mencionados, podendo sugerir uma maior sensibilidade para as questões do diálogo intercultural e desconstrução de estereótipos. Também podemos constatar uma maior sensibilidade para as questões sociais, isto é, uma maior preocupação com os problemas dos outros e da comunidade onde estão inseridos. Embora as questões relacionadas com o ambiente, sejam uma preocupação das diretrizes do Programa Erasmus+, as alterações de comportamento em termos de práticas ambientais não foram muito expressivas neste estudo.

A mudança de comportamentos associados à realização deste tipo de experiências internacionais tem vindo a ser apresentada por vários autores, como é o caso de Cabanas (2002) ao afirmar que estas atividades funcionam como a preparação para tornar os indivíduos mais aptos para lidar com as exigências do futuro.

Por sua vez, Pires (2007) alude para a importância de aprendizagens de educação não formal e informal, onde o SVE se enquadra, já que estas permitem uma experiência *in loco* que permite aos jovens uma aquisição de comportamentos que lhes proporciona competências fundamentais para o seu futuro. Neste âmbito, também Dubar (2006), destaca o SVE como a oportunidade da realização de uma aprendizagem experiencial que acarreta uma série de transformações, especialmente de compromisso pessoal. No geral, e uma vez mais, as perspetivas dos participantes vão ao encontro destas conclusões.

Na tabela 5, apresentar-se-á a categoria “*Aquisição de Competências*”, bem como as subcategorias emergentes da análise de conteúdo (Anexo G) realizada à questão: “Que competências consideras ter adquirido durante a tua experiência SVE?”

Tabela 5
Descrição da categoria “Aquisição de Competências”

Categoria “Aquisição de Competências”			
Competências adquiridas pelos jovens			
Subcategorias	Indicadores	Frequência	%(n=46)
Competências de literacia	“(…) <i>capacidade de comunicar e defender as minhas ideias.</i> ”	24	52%
Competências multilingues	“(…) <i>melhorei o inglês.</i> ”	18	39%
Competências matemáticas e no domínio das ciências e das tecnologias	“ <i>capacidade de organização, planeamento e avaliação.</i> ”	12	26%
Competências digitais	“(…) <i>competências digitais.</i> ”	7	15%
Competências pessoais e sociais	“ <i>Desenvolvi e melhorei competências interpessoais, como compaixão, flexibilidade, sensibilidade para com os outros.</i> ”	46	100%
Competências de cidadania	“(…) <i>aprendi a trabalhar e a viver em grupo.</i> ”	6	13%
Competências de empreendedorismo	“(…) <i>motivação para criar o próprio emprego.</i> ”	15	33%
Competências de sensibilidade e expressões culturais		0	0%

Perante a análise da tabela 5, constata-se que todos os participantes reconhecem ter adquirido competências pessoais e sociais (100 % das menções), isto é, na forma como se percebem a si e aos outros, bem como uma melhoria e/ou desenvolvimento de valores em prol do bem comum. As competências de literacia, também são reconhecidas pelos jovens com grande ênfase (52 % das menções), na medida em que identificam que aprenderam a comunicar melhor e a defender as suas próprias ideias. De seguida, surgem as competências multilingues (39 % das menções), associadas à aprendizagem de línguas estrangeiras, com especial enfoque no inglês, e as competências de empreendedorismo (32 % das menções). As competências matemáticas e no domínio das ciências e das tecnologias (26 % das menções) também são reconhecidas pelos jovens relacionadas com a capacidade de organização, planeamento e avaliação. Com menor expressão encontram-se as competências digitais (15 % das menções) e as competências de cidadania (13 % das menções).

Saliente-se que a análise destas respostas partiu de uma categorização já existente, do Quadro de Referência de Competências Chave em projetos de SVE (Agência para o Desenvolvimento e Coesão, I.P., 2018). Por esse motivo foram consideradas as “competências de sensibilidade e expressões culturais que, apesar de terem sido mencionadas pelos participantes noutras partes do questionário (cf. Tabela 4), não foram referidas na questão agora em análise.

No que alude à opinião dos jovens sobre as competências adquiridas na sequência da sua participação numa experiência de SVE, aspeto que é focado em mais um dos objetivos do estudo, pode-se constatar a unanimidade dos participantes no reconhecimento da aquisição de múltiplas competências pessoais, sociais e até profissionais, tal como é indicado por vários autores com trabalhos neste domínio (Haski-Leventhal et al., 2008; Pilivian & Siegl, 2007; Santos et al., 2011).

De forma mais detalhada, destacaram-se as competências pessoais e sociais, tendo em conta que é uma experiência muito pessoal em que os jovens são desafiados a irem para um país estrangeiro, onde terão, muitas vezes pela primeira vez, sair de casa, adaptarem-se a uma nova cultura e tantos outros aspetos, inerentes a este tipo de experiências (Correia et al., 2017).

Ainda relativamente às competências pessoais e sociais, importa referir que elas se desenvolvem desde o nascimento num processo que ocorre ao longo da vida (Bandura, 1976) e numa interação dinâmica entre o sujeito e o meio (Beauchamp & Anderson, 2010). Reconhece-se ainda, que tais competências são essenciais para o indivíduo desenvolver e manter relações duradouras, bem como para a construção da sua identidade e até, participação na comunidade.

De acordo com o Jornal Oficial da UE (2018) as competências desenvolvidas podem ser aplicadas em muitos contextos diferentes e em várias combinações, na medida em que estão interligadas, isto é, os aspetos que são essenciais num determinado domínio favorecem a competência noutra, dando como exemplo, o espírito crítico, a resolução de problemas, o trabalho em equipa, a capacidade de comunicação e negociação, as capacidades analíticas, a criatividade e as competências interculturais. Tal como se pode constatar no capítulo 3, alguns jovens destacaram precisamente algumas das competências descritas neste documento.

Do mesmo modo o relatório sobre o reconhecimento e promoção das atividades de voluntariado transfronteiriças na UE, nomeadamente, a Estratégia da UE para a Juventude 2019-2027 considera o voluntariado como uma experiência de aprendizagem informal, considerando os múltiplos benefícios ao nível pessoal, de reforço da democracia e dos valores cívicos, da solidariedade e de participação na vida democrática, de aprendizagem intercultural e aquisição de competências sociais e profissionais (Jornal Oficial da União Europeia, 2018).

Neste âmbito, através do presente estudo, foi-nos possível perceber que os jovens reconhecem estas competências e as que parecem ter mais expressão são as competências pessoais e sociais e a aprendizagem de línguas.

O reconhecimento do desenvolvimento de competências por parte dos jovens que participam em experiências de SVE é defendida, por exemplo, por Benzaquen (2007) que enfatiza a ideia de que o desenvolvimento de competências e a aquisição de novos saberes é valorizado no processo de aprendizagem pessoal de cada jovem participante ao abrigo do programa.

A valorização destas competências encontra-se, também, manifestamente presente em vários documentos da União Europeia, onde se reconhece que são adquiridas através de educação não formal e são determinantes para aprendizagem ao longo da vida, sendo fundamentais para a realização e desenvolvimento pessoal, assim como para a empregabilidade e a inclusão social e ainda, para a adoção de estilos de vida mais saudáveis e sustentáveis (Guia do Programa Erasmus+, 2019).

Na tabela 6, apresentar-se-á a categoria “Competências de Cidadania e Participação Ativa”, bem como as subcategorias emergentes da análise de conteúdo (Anexo H) realizada à questão: “Que competências consideras ter adquirido durante a tua experiência SVE?”

Tabela 6

Descrição da categoria “Competências de Cidadania e Participação Ativa”

Categoria “Competências de Cidadania e Participação Ativa”			
Melhorias percecionadas pelos participantes			
Subcategorias	Indicadores	Frequência	%(n=46)
Maior conhecimento sobre os valores europeus	“Valorização dos apoios da União Europeia para jovens.”	5	11%
Participação cívica na comunidade	“Fez com que me envolvesse mais presencialmente em causas de domínio coletivo e colaborativo.”	18	39 %
Vontade de continuar a fazer voluntariado	“Sinto que agora tenho um papel a manter em relação à sociedade e à minha visão sobre a vida.”	9	20 %

No que concerne à percepção dos jovens em relação às competências de cidadania e participação ativa, outro dos aspetos que é visado nos objetivos deste estudo, tal como se pode verificar na tabela 6, os participantes reconhecem que a sua participação numa experiência de SVE lhes permitiu uma maior consciência sobre assuntos da comunidade, que se traduziu, num maior envolvimento em projetos da comunidade de origem. Nesse sentido 39 % reconhecem que após a experiência de SVE se tornaram mais ativo e participativos na comunidade, sendo que 20 % pretendem continuar a fazer voluntariado após a experiência.

Com menos expressão, encontra-se o conhecimento sobre os valores europeus, onde apenas 11 % dos participantes reconhecem ter adquirido tais conhecimentos.

Atendendo à literatura revista acerca da relação do voluntariado com a aquisição de competências de cidadania e participação cívica, Jardim e Silva (2012) referem que o voluntariado é entendido como uma expressão fundamental de participação cívica e de democracia, que pode contribuir fortemente para a coesão social ao fomentar a prática de valores europeus como a solidariedade e a não discriminação entre os jovens e a sociedade.

A este propósito Serapioni et al. (2013) referem ainda, que o voluntariado juvenil permite aos jovens agirem na vertente da cidadania e participação, constituindo-se num fator privilegiado na construção do diálogo intercultural, proporcionando em última análise, uma coabitação mais pacífica de diferentes comunidades e culturas.

Ainda no mesmo sentido, Wilson e Musik (2000) afirmam que o voluntariado promove a cidadania.

Uma vez mais, as perspetivas dos participantes vão ao encontro das conclusões da investigação nesta área (Devlin et al., 2017; Dubar, 2006; Santos & Bonito, 2010).

3.2. Análise dos contributos da experiência de SVE

Na tabela 7, serão apresentados os resultados da análise descritiva das percepções dos jovens sobre os contributos decorrentes da sua experiência SVE.

Tabela 7

Medidas de dispersão relativas às percepções sobre os contributos da experiência de SVE

	<i>N</i>	<i>Min.</i>	<i>Máx.</i>	<i>M</i>	<i>DP</i>
Em que medida consideras que a tua experiência num projeto de SVE contribuiu para alguma mudança na tua forma de encarar a vida?	46	2	4	3.65	0.53
Em que medida consideras que a tua experiência num projeto de SVE contribuiu para alguma mudança nos teus comportamentos?	46	2	4	3.52	0.55
Em que medida consideras que a tua experiência de SVE melhorou as tuas competências de cidadania e participação ativa?	46	1	4	3.22	0.70

Podemos observar, na tabela 7, que os participantes consideraram que, em média, a sua experiência de voluntariado contribuiu para alguma mudança na forma como encaram a vida, os seus comportamentos e nas competências de cidadania e participação ativa, uma vez que a média das respostas se situa no ponto 3 (“contribuiu”) e 4 (“contribuiu muito”).

3.3. Análise da experiência de SVE e desenvolvimento de competências

Na tabela 8, apresenta-se a análise descritiva das questões referentes à experiência de SVE e desenvolvimento de competências.

Tabela 8

Medidas de dispersão relativas às questões referentes à Experiência de SVE e Desenvolvimento de Competências

	N	Min.	Máx.	M	DP
Fiquei mais sensível para as causas sociais	46	1	5	4.15	0.87
Sinto-me uma pessoa mais feliz por ajudar os outros	46	1	5	4.39	0.91
Tornei-me numa pessoa com mais autoestima	46	1	5	3.91	1.03
Conheci novas pessoas e melhorei as minhas competências pessoais	46	2	5	4.39	0.83
Tornei-me mais autónomo e confiante	46	2	5	4.17	0.80
Melhorei a forma como vejo as pessoas de outras culturas	46	1	5	4.22	0.94
Tornei-me mais consciente para as questões dos direitos humanos e dos vários tipos de discriminação	46	1	5	4.17	0.88
Tornei-me mais tolerante face às pessoas de outras culturas	46	1	5	4.15	1.05
Aumentei a minha consciência para as questões ambientais	46	1	5	3.87	0.98
Alterei os meus comportamentos em relação ao cuidado com o ambiente	46	1	5	3.63	0.95
Melhorei as minhas competências linguísticas	46	3	5	4.46	0.72
Melhorei as minhas competências digitais	46	1	5	3.72	1.07
Melhorei as minhas competências de gestão e planeamento	46	1	5	4.02	0.86
Após a experiência senti-me mais preparado(a) para o mundo do trabalho	46	1	5	3.91	1.01
Tornei-me mais atento às questões políticas e sociais do meu país	46	1	5	3.22	1.03
Tornei-me num cidadão mais consciente dos valores europeus	46	1	5	3.63	0.88
Tornei-me mais consciente e informado(a) em relação aos comportamentos de risco de âmbito sexual	46	1	5	3.02	1.12

Tornei-me mais consciente e informado(a) em relação aos comportamentos de risco relacionados com drogas	46	1	5	2.89	1.04
Acredito que a experiência de SVE me permitiu ter acesso a oportunidades que, de outra forma, não iria ter	46	1	5	4.28	0.96
A minha experiência de SVE, tornou-me mais sensível e atento(a) às questões da igualdade de género	46	1	5	3.41	1.07
Senti vontade de continuar a ser voluntário(a)	46	1	5	4.22	1.01

No que diz respeito ao grau de concordância quanto ao desenvolvimento de competências decorrentes da experiência de voluntariado, os participantes demonstraram uma menor expressividade nas seguintes questões: “*Tornei-me mais consciente e informado(a) em relação aos comportamentos de risco relacionados com drogas*” (2.89 ±1.04); “*Tornei-me mais consciente e informado(a) em relação aos comportamentos de risco de âmbito sexual*” (3.02 ±1.12); e “*A minha experiência de SVE, tornou-me mais sensível e atento(a) às questões da igualdade de género*” (3.41 ±1.07). Contudo, as pontuações médias acima referidas aproximam-se do ponto três da escala de resposta (“Concordo”), indicando a concordância com o desenvolvimento de conhecimentos acerca dos comportamentos de risco relacionados com drogas e de âmbito sexual, assim como relacionados com questões de igualdade de género, através da experiência de voluntariado.

Além disso, verificou-se que as pontuações médias obtidas às restantes questões se aproximaram do ponto quatro da escala de resposta (“Concordo bastante”), salientando-se uma maior expressividade nas seguintes questões: “*Melhorei as minhas competências linguísticas*” (4.46±0.72); “*Sinto-me uma pessoa mais feliz por ajudar os outros*” (4.39 ±0.91); e “*Conheci novas pessoas e melhorei as minhas competências pessoais*” (4.3 ± 0.83).

Em linha com a análise das perspetivas, foi possível perceber que os jovens concordam que a experiência de SVE lhes permitiu a aquisição de várias competências o que vai ao encontro daquilo que é descrito na literatura.

O voluntariado pode constituir-se como fator de proteção, pelo menos na perspetiva desta amostra. A este propósito Bekkers (2005) afirma que o voluntariado fomenta a identidade cívica dos indivíduos, em especial dos jovens, na medida em que potencia a criação de rede de contactos e competências sociais, promovendo a diminuição de comportamentos antissociais.

Segundo o mesmo autor, estes comportamentos estão muito associados aos fatores de risco. Em contrapartida, a aquisição das competências através das experiências de voluntariado poderá potenciar, junto dos jovens, o desenvolvimento de habilidades/competências, tais como: autoconfiança, empatia, controlo social e tomada de decisão consciente.

Neste sentido, Wilson e Musik (2000), também defendem que os jovens envolvidos em atividades de voluntariado se encontram mais afastados de situações problemáticas, estando menos expostos a riscos que poderão levá-los a distúrbios comportamentais. Estes autores referem mesmo que as práticas do voluntariado podem reduzir problemas relacionados com o vandalismo, diminuição do consumo de substâncias psicoativas, prevenção de gravidez na adolescência, entre outros.

3.4. Análise inferencial

3.4.1. Relação entre as motivações dos jovens para o voluntariado e as suas competências pessoais e sociais

Na tabela 9, apresentar-se-á a relação entre as motivações dos jovens para o voluntariado e as suas competências pessoais e sociais.

Tabela 9

Teste de Pearson sobre as motivações dos Jovens para o Voluntariado e as suas Competências Pessoais e Sociais (N=46)

Variáveis	1.	2.	3.	4.	5.	6.	7.	8.	9.	10.	11.
Motivação											
1. Valores	-										
2. Experiência	.27	-									
3. Crescimento	.30*	.57**	-								
4. Carreira	.58**	.30*	.33*	-							
5. Social	.33*	-.01	.32*	.51**	-						
6. Proteção	.45**	.18	.51**	.42**	.55**	-					
Competências pessoais e sociais											
7. Resolução de problemas	.28	.27	.30*	.13	.34*	.03	-				
8. Competências básicas	.23	.36*	.38**	.19	.15	-.07	.58*	-			
9. Regulação emocional	.29*	.34*	.39**	.12	.14	.01	.75*	.61*	-		
10. Relações interpessoais	.39**	.29	.36*	.31*	.39**	.13	.78*	.60*	.69*	-	
11. Definição de objetivos	.03	-.09	-.20	.02	-.05	.11	-.23	-.28	-.27	-.25	-

Notas. * $p < .05$; ** $p < .01$

Por intermédio da análise de correlações (tabela 9) verificou-se a existência de correlações positivas e significativas ($p \leq .05$) entre as motivações de voluntariado baseadas em valores dos jovens e competências de regulação emocional ($r = .29$) e de relacionamento interpessoal ($r = .39$), sendo estas associações de intensidade fraca e moderada, respetivamente.

Por sua vez, observou-se que as motivações de voluntariado relacionadas com a procura de novas experiências estão positiva e significativa associadas com a existência de competências básicas e de competências de regulação emocional por parte dos jovens, realçando-se a intensidade moderada destas correlações.

Além disso, verificaram-se correlações igualmente significativas e positivas, de intensidade moderada, entre motivações de crescimento/autoestima e competências de resolução de problemas ($r = .30$), competências básicas ($r = .38$), competências de regulação emocional ($r = .39$) e competências de relacionamento interpessoal ($r = .36$). As motivações de voluntariado relacionadas com a carreira e a área social estiveram também correlacionadas significativa e positivamente com competências de relacionamento interpessoal ($r = .31$) dos jovens, sendo estas correlações moderadas.

Dando cumprimento a mais um dos objetivos do presente estudo, compreendeu-se que existe uma relação importante entre as motivações de crescimento pessoal/autoestima e as competências adquiridas nomeadamente: resolução de problemas, regulação emocional e de relacionamento interpessoal. Algo que tem vindo a ser reconhecido através da literatura em estudos nesta área (Jackson & Adarlo, 2016; Morrow-Howell, 2010; Roca, 2002; Sherraden et al., 2008).

A este propósito, por exemplo, Santos (2002) defendia que as práticas de voluntariado estavam mais orientadas para o desejo de ver a comunidade crescer e para o desenvolvimento da sociedade, sendo a participação do voluntário em benefício do bem comum.

Já Rocha et al. (2006) assevera que as motivações estão intimamente ligadas ao desejo do indivíduo adquirir experiências que possam melhorar vir a melhorar as suas competências pessoais.

Na tabela 10, segue a análise das subescalas de motivações dos jovens para o voluntariado (Funções Valores, Social e Proteção), em função do género.

Tabela 10

Motivações dos Jovens para o Voluntariado (Funções Valores, Social e Proteção) em função do género (N=46)

Variáveis	Masculino (n = 20)		Feminino (n = 26)		Teste-T		
	M	DP	M	DP	t	Gl	P
Valores	5.17	1.09	5.77	0.77	-2.17	44	.035
Social	4.02	1.48	3.95	1.49	0.15	44	.882
Proteção	4.32	1.40	4.37	1.37	-0.12	44	.905

Tal como apresentado na Tabela 10, os resultados indicaram apenas a presença de diferenças significativas, em função do género dos participantes, nas motivações dos jovens para o voluntariado, quando as mesmas têm por base os seus valores [$t_{(44)} = -2.17$; $p = .035$]. Especificamente, os resultados demonstraram que as raparigas atribuíram uma importância significativamente superior a motivações de voluntariado relacionadas com valores, comparativamente aos rapazes.

Na tabela 11, apresentar-se-á a análise das diferenças nas subescalas de motivações dos jovens para o voluntariado (Funções Experiência, Crescimento e Carreira) em função do género.

Tabela 11

Motivações dos Jovens para o Voluntariado (Funções Experiência, Crescimento e Carreira) em função do género (N=46)

Variáveis	U de Mann-Whitney	Z	p
Experiência	202.50	-1.30	.193
Crescimento	239.50	-0.46	.647
Carreira	197.50	-1.39	.165

Perante a análise dos dados, verifica-se que não existem diferenças significativas em função do género dos jovens para motivações de voluntariado relacionadas com a procura de novas experiências, o crescimento/autoestima e a carreira (tabela 11).

3.4.2. Competências pessoais e sociais dos jovens em função do género

Na tabela 12, apresentar-se-á a análise das diferenças nas dimensões de competências pessoais e sociais dos jovens (competências básicas, regulação emocional, relações interpessoais e definição de objetivos) em função do género.

Tabela 12

Dimensões de Competências Pessoais e Sociais dos Jovens (Competências Básicas, Regulação Emocional, Relações Interpessoais e Definição de Objetivos) em função do género (N=46)

Variáveis	Masculino (n = 20)		Feminino (n = 26)		Teste-T		
	M	DP	M	DP	t	Gl	P
Competências básicas	3.04	0.43	3.20	0.43	-1.29	44	.203
Regulação emocional	2.77	0.36	2.74	0.54	0.25	44	.803
Relações interpessoais	2.86	0.49	2.91	0.43	-0.39	44	.702
Definição de objetivos	1.82	0.62	1.91	0.69	-0.44	44	.658

Os resultados demonstraram a ausência de diferenças significativas em função do género dos jovens ao nível das Competências Básicas [$t_{(44)} = -1.29$; $p = .203$], das competências de Regulação Emocional [$t_{(44)} = 0.25$; $p = .803$], das competências de relacionamento interpessoal [$t_{(44)} = -0.3$; $p = .702$] e de Definição de Objetivos [$t_{(44)} = -0.44$; $p = .658$].

Tabela 13

Dimensão de Resolução de Problemas da Escala de Avaliação de Competências Pessoais e Sociais dos Jovens em função do género (N=46)

Variável	U de Mann-Whitney	Z	p
Resolução de problemas	242.00	-0.40	.689

Verificou-se igualmente a ausência de diferenças significativas em função do género na valorização das competências de Resolução de Problemas ($U = 242.00$; $p = .689$) (tabela 13).

A análise dos resultados que se encontram sistematizados nas tabelas 10 a 13 remete para o último objetivo deste estudo. demonstraram que as raparigas atribuíram uma importância significativamente superior a motivações de voluntariado relacionadas com valores, comparativamente aos rapazes. Da pesquisa realizada não se encontrou evidência que suporte estes resultados.

Não obstante, conseguiu-se identificar várias motivações que são descritas na literatura, tais como as motivações apresentadas por Jackson e Adarlo (2016) agrupadas em quatro dimensões, nomeadamente: pessoais, sociais, profissionais e ideológicas, sendo, neste caso, as motivações pessoais que têm mais preponderância, algo que Briggs et al. (2010) também constatam no seu estudo, ao afirmarem que as motivações dos adultos jovens estão mais associadas em motivações pessoais.

Por outro lado, no que concerne à forma como foi apreciada a aquisição de competências, em linha com os resultados já discutidos anteriormente, os participantes concordam bastante que a sua experiência de voluntariado contribuiu para a melhoria de competências linguísticas, assim como a aquisição de competências pessoais e sociais, sentimento de felicidade e a oportunidade de conhecerem novas pessoas.

Conclusão

O presente estudo teve como principal objetivo analisar as perspectivas dos jovens sobre as implicações da participação em projetos de SVE ao nível das suas competências pessoais e sociais, aprofundando de forma mais detalhada a relação existente entre a prática do voluntariado e a aquisição de competências pessoais e sociais fundamentais para o desenvolvimento saudável dos jovens.

Perante o estudo apresentado conclui-se que o voluntariado, neste caso concreto, o SVE, proporciona aos jovens diversos benefícios, bem como a aquisição de competências igualmente diversas.

Verificou-se que as motivações para o voluntariado relacionadas com a procura de novas experiências estavam associadas com a perceção de desenvolvimento de competências básicas e de competências de regulação emocional por parte dos jovens. Além disso, verificou-se que existe uma relação entre as motivações de crescimento/autoestima e competências de resolução de problemas, competências básicas, competências de regulação emocional e competências de relacionamento interpessoal.

As motivações para o voluntariado relacionadas com a carreira e a área social estiveram de forma significativa relacionadas com competências de relacionamento interpessoal dos jovens.

No que diz respeito ao grau de concordância quanto ao desenvolvimento de competências decorrentes da experiência de voluntariado, os participantes deste estudo demonstraram concordar com a aquisição de comportamentos preventivos, bem como uma maior sensibilidade para as questões da igualdade de género. Indicando alguma concordância relativamente à aquisição de conhecimentos acerca dos comportamentos de risco relacionados com drogas e de âmbito sexual. No entanto, a concordância máxima relaciona-se com a melhoria de competências linguísticas, desenvolvimento de competências pessoais e sociais, sentimento de felicidade e a possibilidade de conhecerem novas pessoas.

Através de uma análise mais detalhada e aprofundada, foi ainda possível, perceber que os jovens consideraram que, em média, a sua experiência de voluntariado contribuiu para alguma mudança na forma como passaram a encarar a vida, bem como nos seus comportamentos, principalmente na melhoria ao nível das suas competências de cidadania e de participação ativa.

De forma geral todos resultados coincidem com o que é demonstrado na literatura.

Face à questão de estudo inicialmente levantada, “será que a participação dos jovens em projetos de serviço voluntário europeu promove a aquisição de competências pessoais e sociais?”, pode concluir-se que a participação dos jovens em projetos de serviço voluntário europeu pode promover a aquisição de competências pessoais e sociais fundamentais para um desenvolvimento saudável dos jovens, de acordo com o que os resultados do presente estudo evidenciam.

O presente estudo permitiu constatar, ainda, que o SVE, enquanto experiência de voluntariado promove competências fundamentais nos jovens que poderão funcionar como fatores de proteção em relação a possíveis comportamentos de risco e/ou desviantes, nomeadamente, o desenvolvimento da autoestima, autoconceito, relações interpessoais, entre outras que estão explanadas ao longo do presente estudo.

Este estudo apresenta algumas limitações, nomeadamente ao nível da amostra que foi não-probabilística e de conveniência, bem como a natureza exploratória do estudo, não sendo possível, a partir das análises extrair uma conclusão mais generalizada a outros sujeitos, não sendo também esse o propósito do presente estudo. Da mesma forma que se reconhece a existência de escassez de literatura neste âmbito.

Apesar das limitações identificadas, os resultados apontam para a importância da realização de futuros estudos nesta área.

Futuras investigações, poderiam considerar uma amostra maior; a utilização de grupo de controlo, que não foi integrado neste estudo, pois o pretendido era perceber as perceções dos participantes em relação à sua experiência de SVE, bem como outro design a considerar seria que incluísse a recolha de informação sobre as competências antes e depois da realização da experiência de SVE. Também seria interessante perceber de que forma os jovens aplicam no seu dia-a-dia os conhecimentos adquiridos através da experiência SVE.

Por fim, este estudo constitui um contributo para uma melhor compreensão entre as potencialidades das práticas de voluntariado, mais especificamente, o voluntariado internacional no desenvolvimento de competências pessoais, sociais e profissionais, que se podem constituir como fatores de proteção significativos para os jovens. Assim como, elucidar os técnicos e profissionais que atuam na área das crianças e jovens em risco para a importância do voluntariado na sua capacitação. O estudo trouxe também de forma audaz, a premência da intervenção junto dos jovens adultos, face aos múltiplos desafios que encontram diariamente, principalmente pelas razões evidenciadas no capítulo 1 do enquadramento teórico.

Bibliografia

- Agência Nacional Erasmus+. (2018). O programa Erasmus+. <https://www.erasmusmais.eu/o-programa>.
- Agudo, V. (2008). *A transição para a idade adulta e os seus marcos: que efeitos na sintomatologia depressiva?*. [Dissertação de Mestrado, Faculdade de Psicologia]. Repositório da Universidade de Lisboa. http://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/3086/2/ulfp037654_tm_tese.pdf
- Aisenberg, E., & Herrenkohl, T. (2008). Community Violence in Context: Risk and Resilience in Children and Families. *Journal of Interpersonal Violence*, 23(3), 296– 315. <https://doi.org/10.1177/0886260507312287>
- Almeida, S., & Freire, T. (1997). *Metodologia de investigação em psicologia e educação*. APPORT – Associação dos Psicólogos Portugueses.
- Amorim, L. (2015). *A motivação para o trabalho dos voluntários da Cruz Vermelha*. [Dissertação de Mestrado, Instituto Politécnico de Viana do Castelo]. Repositório do Instituto Politécnico de Viana do Castelo
- Amparo, D. M, Galvão, A., Alves, P., Cardenas, C., & Koller, S. (2008). A escola e as perspectivas educacionais de jovens em situação de risco. *Psicologia Escolar e Educacional*, 12, 69-88.
- Andrade, C. (2010). Transição para a idade adulta: Das condições sociais às implicações psicológicas. *Análise Psicológica*, 28(2), 255 – 267.
- Andrade, E., & Tomasini, G. (2012). Resiliência, factores de riesgo y protección en adolescentes Mayas de Yucatán: elementos para favorecer la adaptación escolar. *Acta Colombiana de Psicología*, 15(2), 53-64.
- Andrade, M. (1999). *A resiliência em resposta à pobreza: Um estudo exploratório sobre os fatores de risco e de proteção envolvidos na resiliência*. [Dissertação de Mestrado, Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação] Repositório da Universidade do Porto.
- Angermann, A., & Sittermann, B. (2010). Volunteering in the european union: An Overview. *Observatory for Sociopolitical Developments in Europe*, 2, 1-18.
- Arnett, J. (2000). Emerging adulthood: a theory of development from the late teens through the twenties. *American Psychologist*, 55(5), 469-480.
- Augusto, F. R. (2020). Expressões do voluntariado: Entre o projeto coletivo e o individual. *Análise Social*, 55(234), 144-167.
- Bandura, A. (1976). Perspectiva de aprendizagem social na mudança de comportamento. In A. Burton (Ed.), *O que torna possível a mudança de comportamento?* (pp. 34-57). Nova York: Brunner / Mazel.

- Bardin, L. (2011). *Análise de conteúdo (4.ª ed.)*. Lisboa: Edições 70 - Persona.
- Baus, J., Kupek, E., & Pires, M. (2002). Prevalência e fatores de risco relacionados ao uso de drogas entre escolares. *Revista de Saúde Pública*, 36(1), 40–46.
- Beauchamp, M. H., & Anderson, V. (2010). SOCIAL: Uma estrutura integrativa para o desenvolvimento de habilidades sociais. *Psychological Bulletin*, 136(1), 39-64. 10.1037/a0017768
- Beehr, T. A., LeGro, K., Porter, K., Bowling, N. A., & Swader, W. M. (2010). Required volunteers: Community volunteerism among students in college classes. *Teaching of Psychology*, 37(4), 276–280. doi:10.1080/00986283.2010.510965
- Bekkers, R. (2005). Participation in voluntary associations: Relations with resources, personality, and political values. *Political Psychology*, 26(3), 439-454.
- Bendapudi, N., & Singh, S. N. (1996). Enhancing helping behavior: An integrative framework for promotion planning. *Journal of Marketing*, 60, 33-49.
- Benzaquen, J. (2007). *A socialização para a cooperação: Uma análise de práticas de educação não-formal*. Recife: Edições Bagaço, NUPEP.
- Brandão, C. V. (2010). *O desempenho individual de dirigentes de topo da administração pública portuguesa: Um contributo para o desenvolvimento de uma taxionomia comportamental e motivacional*. [Tese de Doutoramento, Universidade do Porto]. Repositório da Universidade do Porto.
- Briggs, E., Peterson, M., & Gregory, G. (2010). Toward a better understanding of volunteering for nonprofit organizations: Explaining volunteers; pro-social attitudes. *Journal of Macromarketing*, 30(1), 61–76.
- Bronfenbrenner, U. (2005). *Humanizando o ser humano: Perspectivas bioecológicas do desenvolvimento humano*. NY: Sage Publications.
- Cabanas, J. (2002). *Teoria da educação: Concepção antinómica da educação*. Porto: Edições Asa.
- Cacioppo, J., Hawkley, Louise, C., Crawford, L., Ernst, J. Bursleson, H., Kowalewski, Ray, B., Malarkey, B., Van Cauter, E., & Berntson, G. (2002). Solidão e saúde: benefícios potenciais. *Medicina psicossomática*, 64(3), 61-76.
- Caregnato, R. & Mutti, R. (2006). Pesquisa qualitativa: Análise de discurso versus análise de conteúdo. *Texto Contexto* 15(4), 679-684.
- Casarin, S. (2012). *Pesquisa científica: da teoria à prática*. Curitiba: Ed. Intersaberes.
- CASES. <https://cases.pt/wp-content/uploads/2019/04/Guia-Volunt%C3%A1rio.pdf>.
- Cecconello, A. M., & Koller, S. H. (2000). Competência social e empatia: Um estudo sobre a resiliência com crianças em situação de pobreza. *Estudos de Psicologia*, 5, 71-93.

- Chitas, V. C. (2010). Consumo de drogas e outros comportamentos de risco na adolescência.
[*Tese de Doutoramento, Faculdade de Psicologia e de Ciências de Educação*].
Repositório da Universidade do Porto.
- Clary, E. G., Snyder, M., Ridge, R. D., Copeland, J., Stukas, A. A., Haugen, J. & Miene, P. (1998). Understanding and assessing the motivations of volunteers: A functional approach. *Journal of Personality and Social Psychology*, 74(3), 1516-1530.
- Cohen, J. (1988). *Statistical power analysis for the behavioral sciences*. Hillsdale, NJ, Erlbaum
- Comissão Europeia (2019). *Erasmus+: Guia do programa*.
<https://www.juventude.pt/files/upload/guias/erasmus-programme-guide-2020-pt-final-clean.pdf>.
- Conselho da União Europeia. (2011). *Comunicação sobre as políticas da UE e o voluntariado: Reconhecer e promover as atividades de voluntariado transfronteiras na UE*. Bruxelas.
- Corrulón, M. (1996). *Trabalho voluntário*. <http://www.voluntarios.com.br/o>.
- Coutinho, P. (2011). *Metodologia de investigação em ciências Sociais e Humanas: Teoria e prática* (1.ª ed.). Coimbra: Almedina.
- Decisão do Conselho da União Europeia n.º 2010/37/CE de 27 de novembro de 2009.
[hRtts://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/PDF/?uri=C
LEX:32010D0037&from=IT](https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/PDF/?uri=CELEX:32010D0037&from=IT)
- Decreto Lei 40/89, de 1 de fevereiro de 1989. Diploma que estabelece o seguro social voluntário, como regime contributivo de caráter facultativo.
<http://www.legislacao.org/primeira-serie/decreto-lei-n-o-o-40-89-social-regime-enquadramento-actividade-96839>
- Decreto-Lei n.º 176/2005 de 25 de outubro. [https://dre.pt/home/-
/dre/595121/details/maximized](https://dre.pt/home/-/dre/595121/details/maximized)
- Decreto-Lei n.º 389/99, de 30 de setembro. *Diploma regulamenta a Lei n.º 71/98, de 3 de novembro*, que estabeleceu as bases do enquadramento jurídico do voluntariado.
<http://www.fchs.unl.pt/ensino/voluntariado/Dec.Lein.389de30deSetembrode1999.pdf>
- Decreto-Lei n.º 39/2017, de 4 de abril. [https://dre.pt/home/-
/dre/106824980/details/maximized?serie=](https://dre.pt/home/-/dre/106824980/details/maximized?serie=)
- Decreto-Lei n.º 48/2017, de 22 de maio. [https://dre.pt/home/-
/dre/107047290/details/maximized](https://dre.pt/home/-/dre/107047290/details/maximized)

- Del Prette, Z. A. P., & Del Prette, A. (2005). *Psicologia das habilidades sociais na infância: Teoria e prática*. Petrópolis: Vozes.
- Delicado, A., Almeida, A. N. & Ferrão, J. (2002). *Caracterização do voluntariado em Portugal* [Comunicação em Seminário]. Olhares sobre o voluntariado: Análises e perspectivas para uma cidadania ativa, Lisboa.
- Devlin, M., Kristensen, S., Krzaklewska, E., & Nico, M. (2017). *Learning mobility, social inclusion and non-formal education: Access, processes and outcomes* (Vol. 22). Council of Europe.
- Diário da República. (1948). *Declaração Universal dos Direitos Humanos*. <https://dre.pt/declaracao-universal-dos-direitos-humanos>.
- Dolnicar, S., Grun, B., & Randle, M. (2007). *Segmenting the Volunteer Market: Learnings from an Australian Study*. (Faculty of Commerce – Paper). University of Wollongong.
- Dommermuth, P. (1975). *The use of sampling in marketing research*. Chicago, IL: American Marketing Association.
- Dubar, C. (2006). *A crise das identidades. A interpretação de uma mutação*. Porto: Edições Afrontamento.
- Erikson, E. (1976). *Infância e Sociedade*. Rio de Janeiro: Zahar Editores.
- Erikson, E. (1982). *The Life Cycle Completed*. USA: W. W. Norton & Company.
- European Solidarity Corps. (2020). *European Youth Portal*. https://europa.eu/youth/solidarity_en.
- Feijó, B., & Oliveira, E. (2001). Comportamento de risco na adolescência. *Jornal de Pediatria*, 77(supl2), 125-134.
- Ferreira, M., Proença, T., & Proença, J. F. (2008). As motivações no trabalho voluntário. *Revista de Gestão dos Países de Língua Portuguesa*, 7(3), 43-53.
- Fisher, J. C., & Cole, K.M. (1993). *Leadership and management of volunteer's programs*. São Francisco: Jossey-Bass.
- Fortin, F. (2000). *O processo de investigação: Da concepção à realização*. Loures: Lusociência.
- Freitas, H., & Moscarola, J. (2002). Da observação à decisão: Métodos de pesquisa e de análise quantitativa e qualitativa de dados. *RAE-eletrônica*, 1(1), 1-30.
- Furlong, A. (1992). *Growing up in a classless society? School to work transitions*. Edinburgh: University Press.
- Gaspar, T. & Matos, M. (2015) Para mim é fácil - Escala de avaliação de competências pessoais e sociais. *Psicologia, Saúde e Doenças*, 16(2), 199-211

- Gonçalves, E. (2011). *Caracterização do voluntariado hospitalar em contexto oncológico: relação com as funções motivacionais, o bem-estar psicológico e a qualidade de vida*. [Dissertação de Mestrado, Universidade de Aveiro]. Repositório da Universidade de Aveiro.
- Gonçalves, E., Monteiro, S., & Pereira, A. (2011). Estudo das características psicométricas do Volunteers Functions Inventory.
- Gresham, F. M., & Elliott, S. N. (1990). *Social skills rating system: Manual*. Circle pines, MN: American Guidance Service.
- Hardill, J., & Baines, S. (2011). *Enterprising care: Unpaid voluntary action in the 21st century*. Bristol: Policy Press.
- Haski-Leventhal, D., & Bargal, D. (2008). Os estágios do voluntariado e o modelo de transição: Socialização organizacional dos voluntários. *Relações Humanas*, 61(1), 67-102. 10.1177/0018726707085946
- Henney, S. M., Hackett, J. D., & Porreca, M. R. (2017). Involuntary Volunteerism: What Happens When You Require People to "Do Good?". *Journal of Service-Learning in Higher Education*, 6. 10.1177/0899764019848492
- Hibbert, S., Piacentini, M., & Dajani, H. A. (2003). Understanding volunteer motivation for participation in a community-based food cooperative. *International Journal of Nonprofit and Voluntary Sector Marketing*, 8(1), 30-42.
- Hustinx, L., & Lammertyn, F. (2000). Solidarity and volunteering under a reflexive-modern sign: Towards a new conceptual framework. *ISTR's Conference Working Papers* (Vol. 2). Baltimore, MD, USA: Johns Hopkins University.
- Igra, V., & Irwin, C.E. (1996). Teorias do comportamento de risco do adolescente. Em R. J. DiClemente, W. B. Hansen, & L. E. Ponton (Eds.). *Manual de comportamento de risco à saúde do adolescente* (pp. 35–51). NY: Plenum Publishers.
- Instituto de Desenvolvimento Social. (2012). *Guia do voluntariado: Conselho Nacional para o Desenvolvimento Social*.
- Jacinto, L. M. J. (2020). Evolução do voluntariado em Portugal (2002-2020). *Revista da UI_IPSantarém*, 8(2), 157-168. doi: 10.25746/ruiips.v8.i2.20674
- Jackson, E. J., & Adarlo, G. (2016). "Soft power", selfishness, or altruism? Motivations and satisfaction of US-based international volunteers. *The International Journal of Diversity in Education*, 16(3), 21-34.
- Jardim, C., & da Silva, S. M. (2016). Experiências de jovens no serviço voluntário europeu: Perspetivando sentidos educativos. *Educação, Sociedade e Culturas*, 49, 72-92.

- Jornal Oficial da União Europeia. (2018). *Resolução do Conselho da União Europeia e dos Representantes dos Governos dos Estados-Membros reunidos no Conselho relativa ao quadro para a cooperação europeia no domínio da juventude: Estratégia da União Europeia para a Juventude 2019-2027*. [https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/PDF/?uri=CELEX:42018Y1218\(01\)&from=PT](https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/PDF/?uri=CELEX:42018Y1218(01)&from=PT).
- Juventude em Ação. (2013). *Juventude em ação: Guia do programa*. https://ec.europa.eu/assets/eac/youth/tools/documents/guide13_pt.pdf.
- Latham, G. P., & Pinder, C. C. (2005). Work motivation theory and research at the dawn of the twenty-first century. *Annu. Rev. Psychol.*, 56, 485-516. 10.1146/annurev.psych.55.090902.142105
- Lefkowitz, E. (2007). "Things have gotten better": Developmental changes among emerging adults after the transition to university. *Journal of Adolescent Research*, 20, 40-63.
- Lei n.º 71/98, de 3 de novembro. Bases do enquadramento jurídico do voluntariado, Diário da República, 1ª Série, 254
- Lerner, M., Lerner, V., Almerigi, J., Theokas, C., Phelps, E., & Gestsdottir, S. (2005). Positive youth development, participation in community youth development programs, and community contributions of fifth grade adolescents: Findings from the first wave of the 4 – H study of positive youth development. *Journal of Educational Psychology*, 81, 417-430.
- Levinson, D. (1977). *The seasons of a man's life*. New York: Alfred A. Knoff.
- Lima, L., Pacheco, J., Esteves, M., & Canário, R. (2006). A Educação em Portugal (1986-2006). Alguns contributos de investigação. *Sociedade Portuguesa de Ciências da Educação*, 8(1), 10-20.
- Linley, P. A., & Joseph, S. (2004). *Positive psychology in practice*. New Jersey: John Wiley & Sons, Inc.
- Maia, J., & Williams, L. (2005). Fatores de risco e fatores de proteção ao desenvolvimento infantil: uma revisão da área. *Temas em Psicologia*, 13(2), 91-103.
- Martins, C. (2013). *Motivação para realizar voluntariado: Estudos segundo as abordagens funcionalistas e da autodeterminação*. [Tese de Doutoramento, Universidade do Algarve]. Repositório da Universidade do Algarve.
- Masten, A. S., & Coatsworth, J. D. (1998). The development of competence in favorable and unfavorable environments: Lessons from research on successful children. *American psychologist*, 53(2), 205-220.

- Matos, M., & Carvalhosa, S. (2001). *Os jovens portugueses e o consumo de drogas*. Lisboa: FMH / PEPT / GPT.
- Matos, M., & Gaspar, T. (2015). Escala de avaliação de competências pessoais e sociais. *Psicologia, Saúde & Doenças*, 16(2), 199-211.
- Matos, M., & Sampaio, D. (2009). *Jovens com saúde: Diálogo com uma geração*. Lisboa: Texto Editores.
- McBride, A. M., & Lough, B. J. (2010). Access to international volunteering. *Nonprofit Management and Leadership*, 21(2), 195-208. doi:10.1002/nml.20020
- Mendonça, M., Andrade, C., & Fontaine, A. (2009). Transição para a idade adulta e adultez emergente: Adaptação do Questionário de Marcadores da Adultez junto dos jovens portugueses. Imprensa da Universidade de Coimbra. [10.14195/1647-8606_51_10](https://doi.org/10.14195/1647-8606_51_10).
- Michael, K., & Ben-Zur, H. (2007). Assunção de riscos entre adolescentes: Associações com fatores sociais e afetivos. *Journal of Adolescence*, 30(1), 17-31. 10.1016/j.adolescence.2005.03.009
- Moreira, P. (2001). *Para uma Prevenção que Previna*. Coimbra: Quarteto Editora.
- Morrow-Howell, N., Hinterlong, J., Rozario, P. A., & Tang, F. (2003). Effects of volunteering on the well-being of older adults. *The Journals of Gerontology Series B: Psychological Sciences and Social Sciences*, 58(3), S137-S145.
- Morrow-Howell, N. (2010). Volunteering in later life: Research frontiers. *Journal of Gerontology: Social Sciences*, 65(4), 461-469.
- Nordlund, J. J. (2009). Volunteering for humanitarian projects. *Clinics in dermatology*, 27(4), 395-400. 10.1177/1012690216686856
- Noto, A., R., Sánchez, Z. V. M., & Moura, Y. G. (2011). *Uso de drogas entre adolescentes brasileiros: padrões de uso e fatores associados*. São Paulo: Editora FAP-UNIIFESP.
- Paludo, S., & Koller, S. (2007). Psicologia Positiva: uma nova abordagem para antigas questões. *Paideia*, 17(36), 9-20.
- Parboteeah, P., Cullenb, B., & Lim, L. (2004). Formal volunteering: A cross-national test. *Journal of World Business*, 39(4), 431-441.
- Penner, L. A. (2004). Volunteerism and social problems: Making things better or worse?. *Journal of Social issues*, 60(3), 645-666. 10.1111/j.0022-4537.2004.00377.x
- Pereira, A., & Patrício, T. (2013). *SPSS guia prático de utilização: Análise de dados para Ciências Sociais e Psicologia* (8.ª ed). Lisboa: Sílabo.
- Piliavin, J. A., & Siegl, E. (2007). Benefícios para a saúde do voluntariado no Estudo Longitudinal de Wisconsin. *Journal of Health and Social Behavior*, 48(4), 450–464. doi: 10.1177/002214650704800408

- Pinto, A. (2016). *A importância do voluntariado no desenvolvimento de competências profissionais*. [Dissertação de Mestrado, ISCTE]. Repositório Institucional do ISCTE, Lisboa, Portugal.
- Pires, A. (2007). Reconhecimento e validação das aprendizagens experienciais: Uma problemática educativa. *Revista de Ciências da Educação*, 2, 5-20.
- Portal Europeu da Juventude (s.d). Serviço Voluntário Europeu. https://europa.eu/youth/EU/volunteering/european-voluntary-service_pt
- Rea, L., & Parker, R. (2000). *Metodologia de pesquisa: Do planeamento à execução*. São Paulo: Pioneira.
- Rego, R., Zózimo, J., & Correia, M. J. (2017). Voluntariado em Portugal: Do trabalho invisível à validação de competências. *Sociologia, Problemas e Práticas*, 83, 75-97.
- Ribeiro, A. (2017). *Comportamentos de risco, fatores de risco e de proteção em adolescentes e jovens moçambicanos*. [Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Rio Grande do Sul]. Repositório da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil.
- Ribeiro, M., & Sani, A. (2009). Risco, proteção e resiliência em situações de violência. *Revista da Faculdade de Ciências da Saúde*, 6, 400-407.
- Roca, J. G. (2002). Voluntariados, identidad y diferenciación. *Cuadernos de Solidaridad*, 1, 511-526.
- Rocha, E., Machado, I., & Rocha, S. (2006). *Voluntariado na cidade do Porto*. Porto: Câmara Municipal do Porto: Gabinete de Estudos e Planeamento.
- Rutter, M. (1996). Transitions and turning points in developmental psychopathology: As applied to the age span between childhood and mid-adulthood. *International Journal of Behavioral Development*, 19(3), 603-626.
- Santos, L. (2002). *O voluntariado jovem em Portugal: Perfil do voluntário jovem*. Lisboa: Comissão Nacional para o Ano Internacional dos Voluntários.
- Santos, M. (2015). *Problemas de saúde mental em crianças e adolescentes: Identificar, avaliar e intervir*. Edições Sílabo: Lisboa.
- Santos, P., & Bonito, A. (2010). *Interagir com o mundo do trabalho – o ensino colaborativo e o voluntariado*. [Apresentação em Congresso]. Congresso Ibérico Ensino Superior em Mudança: Tensões e Possibilidades, Universidade do Minho, Braga, Portugal.
- Santos, P., Silva, M., & Guedes, A. (2011). *O voluntariado como elemento de aprendizagem e de empregabilidade*. Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Lamego, Lamego.

- Sapienza, G., Farias M., & Silveiras, E., (2008). Competência social e práticas educativas parentais em adolescentes com alto e baixo rendimento acadêmico. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 22(2), 208-213.
- Serapioni, M., Ferreira, S., Lima, T. (2013). *Voluntariado em Portugal: contextos, atores e práticas*. Fundação Eugénio de Almeida.
- Sherraden, M. S., Lough, B., & McBride, A. M. (2008). Effects of international volunteering and service: Individual and institutional predictors. *Voluntas: International Journal of Voluntary and Nonprofit Organizations*, 19(4), 395. doi: 10.1007/s11266-008- 9072-x
- Silva, A. R., Schmitt, I. A., Almeida, R. F., & Araújo, S. (2012). Fatores de risco e proteção para dependência química em idosos: desafios para a psicologia da saúde. *Psicologia. pt*, 1-13.
- Simões, M. (2007). *Comportamentos de risco na adolescência*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian & Fundação para a Ciência e Tecnologia.
- Smith, H. (1994). Determinants of voluntary association participation and volunteering: A literature review. *Nonprofit and Voluntary Sector Quarterly*, 23(3), 243-263.
- Snyder, M., & Clary, E. G. (2004). Volunteerism and the Generative Society. In E. de St. Aubin, D. P. McAdams, & T.-C. Kim (Eds.), *The generative society: Caring for future generations* (pp. 221–237). American Psychological Association.
- Snyder, M., & Omoto, A. M. (2008). Volunteerism: Social issues perspectives and social policy implications. *Social Issues and Policy Review*, 2(1), 1-36.
- Sousa, M. J., & Baptista, C. S. (2011). *Como fazer investigação, dissertações, teses e relatórios segundo Bolonha*. Lisboa: Pactor.
- Souza, F. N., Costa, A. P., & Moreira, A. (2011). Questionamento no Processo de Análise de Dados Qualitativos com apoio do Software WebQDA. *EDUSER. Revista de Educação*, 3(1), 19-30.
- Stukas, A. A., Snyder, M., & Clary, E. G. (2016). Understanding and encouraging volunteerism and community involvement. *The Journal of Social Psychology*, 156(3), 243-255. doi: 10.1080/00224545.2016.1153328
- Thoits P., & Hewitt, L. (2001). Volunteer work and well-being. *J Health Soc Behav.*, 42(2), 115-31.
- UNICEF. (1989). *Convenção sobre os direitos da criança*. https://www.unicef.pt/media/2766/unicef_convenc-a-o_dos_direitos_da_crianca.pdf.
- Viegas, L. M. J. (2004). Implicações democráticas das associações voluntárias: o caso português em perspectiva comparativa europeia. *Sociologia, Problemas e Práticas*, 46, 33-50.

Wei, Y., Donthu, N., & Bernhardt, K. L. (2012). Volunteerism of older adults in the United States. *International Review on Public and Nonprofit Marketing*, 9(1), 1-18.

Wilson, J., & Musick, M. (2000). The effects of volunteering on the volunteer. *Law and Contemporary Problems*, 62(4), 142-156.

Anexos

Anexo A – Pedido de autorização e resposta para a utilização do Inventário das Motivações para o Voluntariado

Pedido de colaboração

Ex.ma Sr.ª Prof. Doutora Sara Monteiro,

Eu, Dário Filipe Gomes, aluno do curso de Mestrado em Intervenção Psicossocial com Crianças e Jovens em Risco, na Escola Superior de Educação, do Instituto Politécnico de Viseu, estou neste momento a desenvolver uma investigação cujo tema é "O Papel do Voluntariado Jovem nas Motivações e Desenvolvimento de Competências Pessoais e Sociais", sob a orientação da Prof. Doutora Cátia Magalhães e da Prof. Doutora Paula Xavier.

Tendo conhecimento que v/ Ex.ª foi orientadora da pessoa responsável pela aferição para a população portuguesa do Inventário de Motivações para o Voluntariado (IMV; Gonçalves, Monteiro, & Pereira, 2011), nomeadamente, Eliana Cardoso Gonçalves, venho por este meio solicitar o seu apoio para a obtenção da autorização para a utilização do referido inventário no meu estudo. Em caso afirmativo, agradeço ainda que me sejam remetidas todas as informações que considere pertinentes sobre o mesmo, nomeadamente a disponibilização do questionário, protocolo de avaliação e cotação do instrumento, bem como outro material que possa disponibilizar.

Desde já agradeço a atenção dispensada.

Viseu, 12 de janeiro de 2021

Com os melhores cumprimentos,

Dário Gomes

Resposta:

Sara Monteiro

segunda, 15/02,
09:46

Bom dia,

Antes de mais, peço desculpa pelo atraso na resposta.

Dou a minha autorização para utilizarem o Inventário de Motivações para o Voluntariado (IMV; Gonçalves, Monteiro, & Pereira, 2011) e desejo-lhe muita sorte para o seu estudo nesta altura tão complicada.

Melhores cumprimentos
Sara Monteiro

Anexo B – Pedido de autorização e resposta para a utilização da Escala de Avaliação de Competências Pessoais e Sociais

Ex.ma Sr.ª Prof. Doutora Tânia Gaspar,

Eu, Dário Filipe Gomes, aluno do curso de Mestrado em Intervenção Psicossocial com Crianças e Jovens em Risco, na Escola Superior de Educação, do Instituto Politécnico de Viseu, estou neste momento a desenvolver uma investigação cujo tema é "O Papel do Voluntariado Jovem nas Motivações e Desenvolvimento de Competências Pessoais e Sociais", sob a orientação da Prof. Doutora Cátia Magalhães e pela Prof. Doutora Paula Xavier.

Tendo conhecimento da "Escala de Avaliação de Competências Pessoais e Sociais" e certo de que a utilização do referido instrumento ajudará a desenvolver a minha investigação, agradeço antecipadamente a sua autorização para a utilização do mesmo.

Em caso afirmativo, agradeço que me remeta todas as informações que considere pertinentes sobre o mesmo, nomeadamente a disponibilização do questionário, protocolo de avaliação e cotação deste instrumento, bem como outro material que possa disponibilizar.

Comprometo-me, ainda, ao envio dos resultados da investigação, caso me seja solicitado.

Desde já agradeço, a atenção dispensada, estando totalmente disponível para prestar esclarecimentos adicionais que entenda necessários, através do email: dariogomes@aesct.pt .

Viseu, 14 de janeiro de 2021

Com os melhores cumprimentos,

Dário Gomes

Resposta:

De: Tânia S. Santos

Date: terça, 19/01/2021 à(s) 21:48

Caro Dario como solicitado segue a escala para mim é fácil para utilização no seu trabalho disponha abraço Tânia Gaspar

Tânia Gaspar, PhD

Psicóloga, Mestre em Saúde Pública, Professora com Agregação em Psicologia
Diretora do Instituto de Psicologia e Ciências da Educação/Faculdade de Ciências Humanas e Sociais
Coordenadora do Grupo de Investigação "Cidadania, Inclusão e bem-estar social" do CLISSIS
Universidade Lusíada de Lisboa
Diretora da Revista Psicologia da Criança e do Adolescente
ISAMB/ Universidade de Lisboa
<http://revistas.lis.ulusiada.pt/index.php/rpca/index>
<http://www.hbsc.org/membership/countries/portugal.html>

Anexo C – Questionário sobre as Motivações e Competências em Jovens Participantes no Serviço Voluntário Europeu

O presente questionário destina-se à realização de um trabalho de investigação enquadrado no âmbito do Mestrado em Intervenção Psicossocial com Crianças e Jovens em Risco, da Escola Superior de Educação, do Instituto Politécnico de Viseu. O trabalho intitula-se “Perspetivas de jovens sobre a participação em projetos de voluntariado e desenvolvimento de competências pessoais e sociais: um estudo no contexto do Serviço Voluntário Europeu” e está a ser orientado pela Prof. Doutora Cátia Magalhães e a Prof. Doutora Paula Xavier.

O estudo tem como objetivo geral compreender as perspetivas dos jovens sobre as implicações da participação em projetos do Serviço Voluntário Europeu ao nível das suas competências pessoais e sociais, pelo que agradecemos desde já toda a disponibilidade e colaboração. Neste sentido, estou à disposição para responder a qualquer dúvida ou questão em relação ao presente estudo.

Não existem respostas certas ou erradas, pelo que te pedimos que possas responder de acordo com o que se ajuste mais à tua realidade e opiniões.

O questionário tem um tempo de resposta de cerca de 10 minutos, é anónimo e todas as respostas são confidenciais. Os dados recolhidos serão usados especificamente para este estudo e tratados de forma conjunta, pelo que não há possibilidade de associar a respostas aos respondentes. A qualquer momento podes desistir de participar neste estudo, sem qualquer implicação para ti. Porém, a tua participação é muito importante para conhecermos a tua perspetiva sobre o assunto.

Informamos ainda que, no final do estudo, poderás ter acesso aos resultados da investigação, solicitando a informação através do email: dariogomes@aesct.pt ou através do n.º de telefone 968967346.

Consentimento Informado

Declaro que participo de livre e espontânea vontade na investigação acima apresentada e que me foram dadas todas as informações no âmbito deste estudo.

Sim aceito participar Não Aceito participar

Parte I – Caracterização Sociodemográfica

Nesta seção, pretende-se fazer uma caracterização sociodemográfica dos participantes deste estudo.

1. **Idade:**

2. **Género:**

Masculino Feminino Prefiro não responder

3. **Local de residência:** Norte Centro Sul

4. **Habilitações académicas:**

Secundário Licenciatura Mestrado Doutoramento

5. **Área de estudos:**

Ciências Sociais e Humanas Tecnologias Artes Engenharias Saúde Desporto

6. Ano de realização do SVE _____

7. País de realização do SVE _____

Parte II – Inventário das Motivações para o Voluntariado (Gonçalves, Monteiro, & Pereira, 2011)

As afirmações que se seguem referem-se às possíveis razões pelas quais as pessoas decidem fazer voluntariado, pelo que não há respostas certas ou erradas. Assinale o número que melhor traduz a importância que dá às razões para ser voluntário. Para o efeito, use a seguinte chave de respostas, sendo que 1 significa "**nada importante**" e 7 "**extremamente importante**". Se estiveres a utilizar um telemóvel, por favor, coloca-o na horizontal, para conseguires ver todas as opções de resposta.

1. O voluntariado pode dar-me acesso ao lugar onde eu gostaria de trabalhar.	1	2	3	4	5	6	7
2. Os meus amigos fazem voluntariado.	1	2	3	4	5	6	7
3. Preocupo-me com os que têm menos sorte do que eu.	1	2	3	4	5	6	7
4. Pessoas próximas pediram-me que fizesse voluntariado.	1	2	3	4	5	6	7
5. Fazer voluntariado faz-me sentir importante.	1	2	3	4	5	6	7
6. As pessoas com quem me relaciono partilham o interesse pelo serviço comunitário.	1	2	3	4	5	6	7
7. O voluntariado ajuda-me a esquecer os meus problemas.	1	2	3	4	5	6	7
8. Estou verdadeiramente preocupado(a) com o grupo específico ou que dou apoio.	1	2	3	4	5	6	7
9. Através do voluntariado sinto-me menos sozinho(a).	1	2	3	4	5	6	7
10. Posso fazer novos contactos que podem ajudar no meu negócio ou carreira.	1	2	3	4	5	6	7
11. Fazer voluntariado alivia-me de alguma culpa que sinto por ter uma vida melhor que os outros.	1	2	3	4	5	6	7
12. Posso aprender mais sobre a causa pela qual faço voluntariado.	1	2	3	4	5	6	7
13. O voluntariado aumenta a minha autoestima.	1	2	3	4	5	6	7
14. O voluntariado permite-me ter uma nova perspetiva sobre as coisas.	1	2	3	4	5	6	7
15. O voluntariado permite-me explorar opções de carreira diferentes.	1	2	3	4	5	6	7
16. Sinto compaixão pelas pessoas carentes.	1	2	3	4	5	6	7
17. Pessoas próximas de mim valorizam muito o serviço à comunidade.	1	2	3	4	5	6	7
18. O voluntariado permite-me aprender coisas novas através da experiência direta.	1	2	3	4	5	6	7
19. Sinto que é importante ajudar os outros.	1	2	3	4	5	6	7
20. O voluntariado ajuda-me a lidar com os meus problemas pessoais.	1	2	3	4	5	6	7
21. O voluntariado vai ajudar-me a ter sucesso na profissão que escolhi.	1	2	3	4	5	6	7
22. Posso fazer alguma coisa por uma causa que é importante para mim.	1	2	3	4	5	6	7
23. O voluntariado é uma atividade importante para as pessoas que eu conheço melhor.	1	2	3	4	5	6	7
24. O voluntariado é uma boa forma de fugir aos meus próprios problemas.	1	2	3	4	5	6	7
25. Posso aprender a lidar com diferentes pessoas.	1	2	3	4	5	6	7
26. O voluntariado faz-me sentir útil.	1	2	3	4	5	6	7
27. O voluntariado faz-me sentir bem comigo mesmo.	1	2	3	4	5	6	7
28. A experiência de voluntariado pode contribuir para o meu curriculum.	1	2	3	4	5	6	7
29. O voluntariado é uma forma de fazer novos amigos.	1	2	3	4	5	6	7
30. Eu posso explorar as minhas próprias capacidades.	1	2	3	4	5	6	7

Parte III – Escala de Avaliação de Competências Pessoais e Sociais (Gaspar & Matos, 2015)

As afirmações que se seguem referem-se a competências pessoais e sociais importantes no desenvolvimento dos jovens. De acordo com uma escala de respostas que varia entre “nunca” e “muitas vezes” indica com que frequência tens sentido que tens vindo a melhorar as competências abaixo apresentadas. Por favor, responde honestamente a todas as questões. Se estiveres a utilizar um telemóvel, por favor, coloca-o na horizontal, para conseguires ver todas as opções de resposta.

	Nunca	Poucas vezes	Algumas vezes	Muitas vezes	Sempre
1. Para mim é fácil escutar outras pessoas.					
2. Para mim é fácil começar e manter uma conversa.					
3. Para mim é fácil fazer perguntas.					
4. Para mim é fácil dizer “obrigado”.					
5. Para mim é fácil falar a uma pessoa que não conheço.					
6. Para mim é fácil dar elogios.					
7. Para mim é fácil pedir ajuda.					
8. Para mim é fácil pedir desculpa.					
9. Para mim é fácil compreender os meus sentimentos.					
10. Para mim é fácil mostrar os meus sentimentos.					
11. Para mim é fácil compreender os sentimentos dos outros.					
12. Para mim é fácil pedir autorização.					
13. Para mim é fácil partilhar coisas.					
14. Para mim é fácil “controlar-me”.					
15. Para mim é fácil defender os meus direitos.					
16. Para mim é fácil fazer uma queixa.					
17. Para mim é fácil acalmar-me quando tenho uma situação difícil.					

36. Para mim é fácil acalmar-me quando estou entusiasmado(a).					
37. Para mim é fácil saber quando vou começar a chorar.					
38. Para mim é fácil não fazer coisas exageradas quando estou zangado(a).					
39. Para mim é fácil concentrar-me no meu trabalho, mesmo quando os meus colegas estão a falar.					
40. Para mim é fácil deixar-me levar pelas emoções, quando me entusiasmo.					
41. Para mim é fácil não fazer uma coisa, quando sei que não a devo fazer.					
42. Para mim é fácil encontrar alguém que me ajude quando preciso.					
43. Para mim é fácil perceber quando estou a viver uma situação difícil e é melhor pedir ajuda.					

Parte IV – Perceções sobre a minha experiência do SVE

As questões que se seguem referem-se às tuas perceções em relação à tua experiência de SVE. Por favor, responde honestamente a todas as questões.

- De acordo com a tua experiência, o que significa para ti o voluntariado?

- Em que medida consideras que a tua experiência num projeto de SVE contribuiu para alguma mudança na tua forma de encarar a vida?

Nada ___ Contribuiu pouco ___ Contribuiu ___ Contribuiu muito ___

- Porquê?

- Em que medida consideras que a tua experiência num projeto de SVE contribuiu para alguma mudança nos teus comportamentos?

Nada __. Contribuiu pouco ___ Contribuiu ___ Contribuiu muito ____

3.1. Porquê?

4. Que competências consideras ter adquirido durante a tua experiência de SVE?

5. Em que medida consideras que a tua experiência de SVE melhorou as tuas competências de cidadania e participação ativa?

Nada ____. Contribuiu pouco ____ Contribuiu ____ Contribuiu muito ____

5.1. Porquê?

Parte V – Experiência SVE e desenvolvimento de competências

Para finalizar este questionário, pedimos-te que, de acordo com a tua experiência, indiques em que medida concordas com as seguintes afirmações, que têm como objetivo ajudar-nos a compreender melhor a tua perspetiva sobre a tua experiência de SVE e as competências que adquiriste, tendo por base uma escala que varia entre “Discordo” e “Concordo totalmente”. Se estiveres a utilizar um telemóvel, por favor, coloca-o na horizontal, para conseguires ver todas as opções de resposta.

	Discordo	Concordo pouco	Concordo	Concordo bastante	Concordo totalmente
1. Fiquei mais sensível para as causas sociais.					
2. Sinto-me uma pessoa mais feliz por ajudar os outros.					
3. Tornei-me numa pessoa com mais autoestima.					
4. Conheci novas pessoas e melhorei as minhas competências pessoais.					
5. Tornei-me mais autónomo e confiante.					
6. Melhorei a forma como vejo as pessoas de outras culturas.					
7. Tornei-me mais consciente para as questões dos direitos humanos e dos vários tipos de discriminação.					
8. Tornei-me mais tolerante face às pessoas de outras culturas.					

9. Aumentei a minha consciência para as questões ambientais.				
10. Alterei os meus comportamentos em relação ao cuidado com o ambiente.				
11. Melhorei as minhas competências linguísticas.				
12. Melhorei as minhas competências digitais.				
13. Melhorei as minhas competências de gestão e planeamento.				
14. Após a experiência senti-me mais preparado(a) para o mundo do trabalho.				
15. Tornei-me mais atento(a) às questões políticas e sociais do meu país.				
16. Tornei-me num cidadão mais consciente dos valores europeus.				
17. Tornei-me mais consciente e informado(a) em relação aos comportamentos de risco de âmbito sexual.				
18. Tornei-me mais consciente e informado(a) em relação aos comportamentos de risco relacionados com drogas.				
19. Acredito que a experiência de SVE me permitiu ter acesso a oportunidades que, de outra forma, não iria ter.				
20. A minha experiência de SVE, tornou-me mais sensível e atento(a) às questões da igualdade de género.				
21. Senti vontade de continuar a ser voluntário(a).				

Obrigado pela tua participação.

Anexo D – Perceções dos jovens sobre o significado do voluntariado (análise)

Sujeito	Resposta
1	É a possibilidade de ajudar outras pessoas e de aprender novas coisas com essa oportunidade.
2	Confiança, competências, liberdade.
3	Um espaço para conhecer uma diferente cultura e uma diferente forma de trabalhar. Porém, da minha experiência pessoal, muitas vezes os voluntários ou não estão a contribuir de facto para o que é preciso ou estão a suprir necessidades básicas com excesso de responsabilidade nas organizações de acolhimento SVE. Ao contrário do que acontece no voluntariado regular muitas vezes o vestir a camisola não vem de forma natural porque o processo é acelerado.
4	É dar de mim aos outros.
5	Relação horizontal. Integração. Responsabilidade. Autonomia. Divertimento. Crescimento. Desenvolver competências. Descoberta. Autodescoberta. Conhecimento. Explorar.
6	Dar, de livre e espontânea vontade, um pouco de nós para alguém ou uma causa que consideremos pertinente
7	Significa dar e receber, significa ser mais dado e mais egoísta ao mesmo tempo e significa fazer o que se gosta com mais propósito e disponibilidade e encarar o voluntariado como uma prenda que recebi e pela qual lutei. Significa fazer uma tarefa "normal" com um propósito extra, dado por ti próprio ou pela sociedade.
8	Conhecer pessoas, novos desafios e evoluir enquanto ser humano.
9	Ajudar o outro.
10	Significou conhecer o mundo e a mim mesma.
11	Ajudar os outros sem ter nada em troca é isso ser completamente irrelevante, sendo o sorriso e o agradecimento da pessoa ajudada o melhor pagamento.
12	Voluntariado é a forma de dar um pouco de mim a outras pessoas que precisam de ajuda.
13	O voluntariado é uma oportunidade de aprender novas coisas e estar em contacto com realidades que desconheço.
14	Poder experienciar e ajudar uma equipa num projeto (ou causa) sem ter como objetivo fins monetários.
15	Significa adaptação a uma nova realidade, significa aprender sobre tudo um pouco, incluindo eu própria. Significa a entreatuda.

16	O voluntariado é uma experiência única de encontro individual e social, onde eu posso colocar a minha entrega e compaixão para servir os outros.
17	Conhecer outras realidades, encontrarmos-nos a nós próprios, ajudar o próximo , partilhar ideias e sonhos.
18	O voluntariado é uma atividade inerente ao exercício de cidadania que se traduz numa relação solidária para com o próximo, participando, de forma livre e organizada, na solução dos problemas que afetam a sociedade em geral. Desenvolve-se através de projetos e programas de entidades públicas e privadas com condições para integrar voluntários, envolvendo as entidades. promotoras. Corresponde a uma decisão livre e voluntária apoiada em motivações e opções pessoais que caracterizam o voluntário.
19	Contribuir para alguma causa , desenvolver soft skills e sua vida pessoal, compreender questões por outra perspetiva, contacto com outras culturas , se sentir bem em ajudar.
20	Fazer algo por quem precisa, tornar um mundo um pouco melhor. Posso dedicar-me ao que gosto e aprender sobre o que mais me interessa e mais me faz feliz.
21	Significa cocriação de uma relação e apoio.
22	Para mim o voluntariado é uma oportunidade.
23	Para mim significa uma forma única de experienciar novas coisas, assim como fazer novas aprendizagens , que me poderão ajudar no futuro pessoal e profissional.
24	Ajudar sem esperar nada em troca , sendo esta partida para ação motivada pelo reconhecimento de violações a princípios éticos e morais que sinto necessidade de corrigir, se possível, sem malefício pessoal.
25	Voluntariado é dedicar o meu tempo para ajudar os outros.
26	Ajudar os outros.
27	Para mim o voluntariado é a possibilidade de conhecer outras pessoas e contribuir para um mundo mais justo e equilibrado. É uma troca entre as pessoas.
28	O voluntariado é a forma como alguém pode dedicar-se a uma causa ou a um grupo de pessoas , durante um determinado período de tempo, mais curto ou mais longo, com o propósito de apoiar e melhorar esse grupo específico.
29	Para mim o voluntariado é uma boa oportunidade para aprender e conhecer novas culturas.
30	Sem dúvida, voluntariado é uma experiência que nos deve acompanhar ao longo da vida, onde pessoas disponíveis se dedicam a outras pessoas, para as ajudar.
31	Crescer com os outros.
32	É dar o melhor de nós aos outros , sem esperar nada em troca.
33	Ajuda, multiculturalidade, união, progresso, aprendizagem.

34	É a vontade de ajudar outras pessoas, de forma gratuita e genuína.
35	Poder ajudar e acrescentar felicidade na vida de outras pessoas, fazendo isto com uma vontade e alegria interior enorme
36	O voluntariado é uma oportunidade de crescimento pessoal e no caso particular do SVE, tive a oportunidade de conhecer pessoas de diferentes nacionalidades e culturas, o que me permitiu expandir a minha zonas de conforto. É também uma boa forma de darmos um pouco de nós à comunidade.
37	Dar o meu tempo, conhecimento, boa vontade e sorriso aos que mais precisam.
38	Contribuir para uma sociedade mais justa, humana e igualitária. É praticar o bem sem olhar a quem.
39	É a possibilidade de aprender muitas coisas, enquanto disponibilizamos o nosso tempo para ajudar os outros.
40	O voluntariado é utilizar as minhas próprias capacidades e ferramentas e disponibilizá-las em prol de um grupo, comunidade ou contexto, qualquer que ela seja, com o intuito de o melhorar.
41	Entrega absoluta e genuína, aprendizagem e vontade de ajudar o próximo.
42	É uma possibilidade de encontro pessoal e com os outros.
43	Participação, atitude, entrega, desejo de ajudar os outros, empatia.
44	Voluntariado é algo muito importante para as sociedades, é a forma das pessoas contribuírem com o seu tempo e as suas competências para ajudar os outros.
45	Voluntariado é a oportunidade de ajudar os outros, de forma gratuita e comprometida.
46	Entrega gratuita de alguém, que quer dar o seu contributo para ajudar os outros, que poderá ter algum ganho pessoal e ou profissional.

Legenda:

Azul – Ajuda ao outro;

Verde – Oportunidade de aprendizagem

Vermelho – Cidadania e Participação

Castanho – Competências multiculturais

Anexo E – Percepções sobre os contributos para alguma mudança na forma de encarar a vida (análise)

Sujeito	Resposta
1	Na forma como comecei a dar valor a coisas que antes não dava.
2	Porque é uma experiência muito pessoal também. Aprendemos a lidar com as nossas fraquezas e medos . Estamos por nós num país que não é o nosso. O que a longo prazo, nos dá confiança para determinadas decisões.
3	Porque aprendi a dizer que não e a desistir quando as minhas necessidades não estão a ser consideradas. Contribuiu para me deixar de fazer coisas pelo peso do compromisso (apenas cumpri 2 meses do ano esperado), pelas expectativas de responsáveis ou familiares e escolher o meu bem-estar emocional acima das imposições alheias.
4	Pelo desafio de ter que aprender uma língua diferente; Dentro do meu SVE ter que gerir equipas, foi muito importante!
5	Ganhei: Autonomia pessoal , novos conhecimentos , novas metodologias para trabalhar, conhecimentos , amizades, memórias, diversão. Superei-me. Vivi emoções fortes (agradável e menos agradáveis). Senti-me acolhida e integrada.
6	Fez-me dar mais valor a questões que até então, não atribuía importância
7	Foi um período difícil com muitos obstáculos e, ao mesmo tempo, que me proporcionou imensas aprendizagens . Sobretudo permitiu-me trabalhar durante um ano na área com que me identifico e melhorar as minhas competências, aumentando a minha confiança e, por isso, melhorando a minha perspetiva sobre a minha própria vida e o meu propósito .
8	Existem capacidades que só podiam ser adquiridas num projeto do género.
9	
10	O voluntariado o SVE fez-me aprender a arriscar, a viver e fez com que fizesse amigos para a vida .
11	Contribuiu uma vez que me permitiu ver os problemas de outras pessoas , num país diferente do meu, e aprender bastante com isso
12	Porque aprendi a conhecer-me melhor e a conhecer realidades que antes desconhecia . Percebi que o mundo era muito mais do que a minha cidade. Aprendi a gerir o meu dinheiro e a viver com pouco dinheiro.
13	Porque melhorei a minha forma de me relacionar com as outras pessoas .
14	Tendo vindo de um background tecnológico, a minha experiência com o natural foi reduzida, assim como os meus horizontes e perspetivas de como viver, e como contribuir para os outros.
15	Comecei a ver as coisas de outra perspetiva! Comecei a dar valor a coisas que antes se calhar não dava tanto .

16	Na minha experiência, eu tive a oportunidade de contactar com crianças e jovens em situação de pobreza extrema, o que me sensibilizou bastante. Na verdade, considero que durante muito tempo, eu estava mais preocupada comigo e com a minha imagem, e nesta realidade percebi o quão fútil isso é, perante as realidades que vivenciamos no mundo.
17	Abriu novos horizontes que provavelmente estariam camuflados na minha mente se continuasse na minha vida rotineira.
18	Mudou a forma de encarar algumas situações.
19	Aprendi a conviver numa casa com outras pessoas de diferentes culturas, a trabalhar em grupo e viver em grupo, revi experiências de vida por outra perspetiva e descobri o que quero fazer no âmbito profissional.
20	Tive um projeto numa organização pequenina que me enriqueceu muito. Eram apenas 4 membros na equipa e dois SVE, fomos incluídos em tudo, desenvolvemos os nossos projetos, trabalhamos com imensas faixas etárias e grupos-alvo.
21	É uma experiência humana, onde durante um ano vives de forma utópica dedicada a um foco.
22	Fiz novos amigos e aprendi a fazer coisas diferentes.
23	Tornei-me mais aberta.
24	A experiência do SVE para mim não foi algo de novo, mas é algo que contribui sempre para o desenvolvimento pessoal.
25	No meu SVE trabalhei com crianças e jovens com deficiência num centro de jovens e criei uma relação muito forte com eles. Aprendi a lidar melhor com a deficiência e a compreender como me relacionar com eles.
26	Deixei de ter alguns receios.
27	Conheci novas realidades e percebi como é importante, desconstruir preconceitos.
28	A minha experiência foi muito gratificante, porque me ajudou a crescer pessoal e profissionalmente, mais maturidade.
29	Porque apercebi-me há coisas mais importantes na vida num modo geral.
30	Ganhei competências para a minha vida.
31	Permitiu perspetivar diferentes opiniões e perceber que todos têm direito a essa mesma.
32	Adquiri conhecimentos e refleti sobre várias coisas na minha vida.
33	Abriu-me horizontes e permitiu-me extinguir estereótipos.
34	Porque conheci muitas pessoas de outras culturas e isso fez-me perceber que não existem barreiras culturais, quando falamos de pessoas.
35	Porque refleti o quanto somos iguais.
36	Sinto-me uma pessoa mais tolerante, mais aberta a novas experiências e acima de tudo aprendi a não julgar logo uma pessoa. Toda a gente tem algo para contribuir e com o qual nós podemos aprender.

37	Abriu-me portas para ficar a conhecer e experienciar outras oportunidades de mobilidade internacional e ter a certeza de que profissão queria seguir.
38	Adquiri novas competências, que me têm ajudado na minha vida.
39	Pelas diversas aprendizagens que fiz no processo desta experiência. Acredito que me superei, até porque os meus pais foram contra e pensavam que eu ia desistir a meio.
40	Acho que a houve muitas mudanças em mim, bastante positivas. Maturidade talvez fosse o que mais que se destacou.
41	Novas perspetivas sobre o mundo e a forma como me relaciono com as pessoas.
42	Reconheci as minhas capacidades, que me ajudaram a ser um profissional mais humano.
43	Alarguei as minhas perspetivas sobre a vida.
44	A minha perspetiva sobre a diversidade cultural.
45	Conheci novas realidades e sai da minha zona de conforto.
46	Tive de aprender a "desenrascar-me" sozinha, e aprendi muitas coisas novas.

Legenda:

Vermelho – Aprender a lidar com fraquezas e medos

Azul – Novas aprendizagens

Amarelo – Autoconhecimento e empatia

Anexo F – Perceções sobre os contributos para a mudança de comportamentos (análise)

Sujeito	Resposta
1	Do ponto de vista ambiental, aumentei a importância e a consciência do cuidado com o ambiente.
2	Porque aprendemos a lidar com culturas distintas. Aprendemos a ser empáticos e mais tolerantes.
3	Aprendi a escutar melhor aquilo que sinto em cada momento e a relevar a minha saúde mental, numa base diária.
4	Por todas as "skills" que aprendi e pelo grande desafio de encarar a grande diferença cultural.
5	Flexibilidade para compreender sem julgar outras culturas.
6	Alterou comportamentos e perspetivas face à realidade.
7	Tantas coisas...A nível de conhecimento, permitiu-me ver e "percorrer" a rota dos Balcãs pela qual os refugiados estavam a passar. Ao mesmo tempo, descobri a História da Sérvia e da Jugoslávia no século XX e início do Século XXI. Em termos de comportamentos, isto traduziu-se numa maior empatia e capacidade de me colocar no lugar dos outros. Ao mesmo tempo, fui-me tornando mais confiante, mais seguro da minha posição e visão do mundo.
8	Porque temos de lidar com diferentes pessoas.
9	
10	Tornei-me uma pessoa mais aventureira e com mais conhecimentos do mundo e de outras culturas.
11	Uma vez que via certos e determinados comportamentos no dia a dia de pessoas que ajudei. Com o projeto aprendi a não cometer os mesmos erros.
12	Quando regresssei, percebi que estava mais sensível para algumas questões, que antes eram completamente banais para mim.
13	Tornei-me mais comunicativo e sociável.
14	Durante o meu ESC de longo termo, tornei-me íntimo com uma pessoa que tinha trabalhado em "youth work", e fui ensinado a ajudar as pessoas a procurar as respostas dentro delas mesmas, ao invés de as dar ou forçar. Isto mudou muito a forma como atualmente lido com as pessoas.
15	O facto de adaptar-me a uma nova realidade ajudou-me a encarar e a compreender certos tipos de comportamento em diversas situações.
16	Pela primeira vez na minha vida, fui obrigada a "desenrascar-me", fui para um país bastante diferente, tive de me adaptar e de gerir o meu próprio dinheiro. No início, pensei que não ia aguentar, mas quando cheguei ao fim, fiquei bastante realizada.
17	A forma de lidar com outras pessoas, muitas vezes não sabendo a situação das mesmas deixei de ser tão agressiva e mais compreensiva.

18	Mudou a forma de encarar algumas situações.
19	Antes do voluntariado era uma pessoa muito ansiosa, que queria sempre cumprir meus objetivos de vida imediatamente. Durante o SVE e minha estadia em uma ilha na Croácia, uma expressão "pomalo" me deu uma grande aprendizagem, tem como significado o modo de vida dos locais, viver um dia após o outro com calma, há sempre um amanhã e eu não preciso ter tudo o que quero alcançar imediatamente.
20	Tornei-me uma pessoa mais empática, mais aberta, desenvolvi muitas competências interpessoais e de trabalho também.
21	É um país diferente, contacto com culturas diferentes e novas aprendizagens consequentemente.
22	Na minha capacidade de refletir e agir perante desafios/problemas.
23	Maior sensibilidade para os problemas dos outros.
24	Contribuiu no sentir necessidade de continuar a formação académica para conseguir ter um papel mais relevante na sociedade.
25	Tornei-me mais independente e autónoma.
26	Maior capacidade de reflexão.
27	Pelas razões acima apresentadas.
28	Eu acho que mudei alguns comportamentos.
29	Sim aprendi a ser mais esforçado nas minhas tarefas.
30	Tornei-me mais sensível e mais próximo das pessoas.
31	Permitiu ser mais tolerante e conhecedora de outras culturas e personalidades.
32	Ao nível do cuidado do ambiente, adotei novos hábitos.
33	Adaptar-me a realidades diferentes da minha.
34	Maior capacidade de adaptação e mais tolerância ao que é diferente.
35	Estou mais atenta ao outro.
36	Por ter tido contacto com outras culturas (ex: muçulmanos) foi importante para desmistificar algumas estereótipos e preconceitos. Viver fora durante um ano também me fez apreciar ainda mais o meu país e reconhecer a importância que vários fatores têm na minha vida (ex: alimentação, meteorologia, estilos relacionais, amigos).
37	Faz-nos crescer a nível pessoal, social e profissional.
38	Aprendi muitas coisas, que me ajudaram a encarar a vida com mais leveza e por sua vez, a ser muito mais paciente e responsável. Adotei uma postura mais humana e mais resiliente.
39	Hoje sou mais racional.

40	Uma vontade enorme de continuar a ajudar os outros, por exemplo.
41	Mudança de comportamento (desconfiança) face às pessoas que não conheço. Maior e mais abrangente forma de pensar e de me expressar perante os problemas sociais.
42	Na forma como me relaciono com as pessoas.
43	Mais empatia pelo outro.
44	Comportamentos ambientais, reciclagem e cuidado com o ambiente.
45	Refletir mais sobre as minhas decisões, maior responsabilidade perante alguns assuntos.
46	Acredito que a minha experiência me ajudou a ser mais paciente perante alguns desafios, assim como, me tornei mais comunicativa e aprendi a gostar de conhecer pessoas.

Legenda:

Práticas ambientais – Verde

Respeito por outras culturas – Azul

Maior sensibilidade para os problemas sociais – Amarelo

Relacionamento Interpessoal – Vermelho

Alterações de comportamento a nível pessoal – Castanho

Anexo G – Perceções sobre as competências adquiridas (análise)

Sujeito	Resposta
1	Desenvolvimento da língua inglesa; Organização e métodos de trabalho; tornei-me uma pessoa mais sociável e a relacionar-me com os outros.
2	Sociais.
3	Autonomia e pouco mais, uma vez que ficámos abandonadas na nossa organização sem qualquer mentoria.
4	Uma nova língua, novos hábitos, diferentes métodos de trabalho.
5	Gestão financeira. Competências de trabalho em equipa. Metodologias de educação não formal. organização. Responsabilidade. Novas línguas. Empatia. Solidariedade.
6	Digitais, relacionais e comportamentais, vontade de criar o meu próprio emprego.
7	Empatia, conhecimentos específicos (História, Rota Balcãs, Sérvio), capacidade de gerir um grupo, capacidade de lidar com frustração, capacidade de me apresentar e o meu projeto, capacidade de gerir projetos e trabalhos de grupo, organização de eventos e viagens, etc.
8	Resiliência.
9	Aprender uma língua nova.
10	Comunicação; capacidade de sobrevivência e capacidade de gerir emoções e sentimentos.
11	Principalmente de me colocar no lugar do outro.
12	Autogestão, Competências linguísticas, digitais, artísticas.
13	Comunicação, digitais, socialização, organização e gestão do tempo.
14	Maioritariamente, desenvolvi e melhorei competências interpessoais, como compaixão, flexibilidade, sensibilidade para com os outros. Aprendi também muito sobre desporto, especialmente em Capoeira, e desenvolvi alguns trabalhos dentro da minha área de estudo (multimédia). Também pude desenvolver trabalho pedagógico lecionando aulas de língua portuguesa e workshops variados.
15	A organização em geral e mais capacidade para escutar os outros são alguns exemplos.
16	Desenvolvi o meu inglês, tornei-me mais sensível para algumas questões e descobri coisas em mim, que até então, desconhecia por completamente.
17	Humanismo, compreensão, resiliência.
18	Sentido de partilha; aceitar opiniões diversas; espírito de equipa; melhorou a capacidade de relacionamento interpessoal.

19	Desenvolvi meus conhecimentos em línguas diversas, aprendi a trabalhar e viver em grupo, organizar meus objetivos de uma maneira mais clara, aprendi sobre a cultura de outros países, etc.
20	Mais numa linha de desenvolver competências: comunicação, liderança, proatividade, empatia, self-awareness, entre outras.
21	O ouvir mais os outros, deixar que me guiem pelo apoio que lhes posso dar, e aprendi que nos ensinam eles mais do que nos a ele.
22	Digitais, respeito pelos outros, autogestão, comunicação, relacionar-me com outras pessoas.
23	Melhorei o inglês, dinamização de atividades para jovens, pessoais.
24	Mais paciência para comigo mesmo; autonomia na passagem do planeamento para a ação.
25	Capacidade de organização de atividades, avaliação e planeamento. Autogestão e socialização.
26	Línguas, comunicação, autonomia e digitais.
27	Oratória, tecnológicas, Direitos e Valores europeus, relacionais.
28	Preparação de atividades, escrita, produção de materiais, criatividade, planeamento e organização de métodos de trabalho, línguas.
29	Responsabilidade, Pontualidade e honestidade.
30	Sociais e pessoais.
31	Socialização.
32	Escrita, organização, línguas.
33	Trabalho de equipa, adaptação a cultura diferente, novas formas de comunicação.
34	Resiliência, criatividade, comunicação, aprendizagem de línguas.
35	Autonomia e coragem.
36	Melhoria das competências sociais e de comunicação; aumento do autoconhecimento; desenvolvimento da resiliência, capacidade de adaptação, foco na solução e não no problema; melhor capacidade de reconhecer e gerir emoções.
37	Resiliência, sem dúvida.
38	Responsabilidade, sentido crítico, capacidade de comunicar e defender as minhas ideias, tecnológicas e gerir grupos.
39	Pessoais, técnicas e sociais.
40	Várias, organização de eventos e campanhas, comunicação com jovens, fotografia, pintura, reciclagem, escrita criativa.
41	Comunicação e expressão, língua inglesa, artes, juventude e comportamentos dos jovens.
42	Humanas, comunicação, dinâmicas com jovens, digitais e relacionais.

43	Sociais, línguas, artes, respeito pelo outro, culturais.
44	Competências de literacia em saúde mental, inglês, comunicação e dinamização de grupos, organização de eventos e campanhas de sensibilização.
45	Espanhol, inglês, técnicas artísticas, ambiente, saúde, escrita.
46	Profissionais, sociais, ambientais.

Legenda:

Verde - Competências de literacia

Azul - Competências multilingues

Amarelo - Competências matemáticas e no domínio das ciências e das tecnologias

Vermelho - Competências digitais

Castanho - Competências pessoais e sociais

Rosa - Competências de cidadania

Roxo - Competências de empreendedorismo

Competências de sensibilidade e expressão cultural

Anexo H – Percepções sobre as melhorias nas competências de cidadania e participação ativa (análise)

Sujeito	Resposta
1	Durante a experiência aprofundei os meus conhecimentos sobre os valores europeus , o que me fez envolver-me na juventude partidária quando regresssei.
2	Porque passei a estar mais alerta.
3	Não houve acompanhamento dos nossos supervisores. Duas semanas depois de eu e outra voluntária termos chegado a associação ficou nas mãos dos voluntários (dois que já estavam há mais tempo e nós duas recém-chegadas). Quando um dos antigos se foi embora, ficou entregue quase durante um mês a mim, outra voluntária recém-chegada e uma voluntária que se ausentava noutros compromissos de vários dias. Enquanto isto os responsáveis da associação estavam na América Latina por um mês e meio.
4	Porque apesar do choque cultural que tive, aprendi a respeitar ainda mais a cultura muçulmana e turca.
5	Através do meu local de voluntariado e das pessoas que conheci, aprendi a ter um posicionamento mais ativo e participativo.
6	Fez com que me envolvesse mais presencialmente em causas de domínio coletivo e colaborativo.
7	Pelas razões apresentadas em cima de conhecimento de outra realidade e de entrar em muitas associações e iniciativas cívicas. Ao mesmo tempo, deu-me confiança em mim e na minha capacidade de agir em sociedade.
8	Porque tem também a componente formação.
9	
10	Sim permiti interagir com outras culturas e mostrar a cultura portuguesa.
11	Permitiu-me prestar mais apoio a quem necessita. E a perceber que tem toda gente pode ter as mesmas oportunidades e “sorte”, é isso faz me querer ajudar cada vez mais aqueles que revelam precisar de ajuda.
12	A partir do momento em que vivemos uma experiência de voluntariado internacional, ganhamos uma dimensão mais macro, o que nos permite ter uma noção mais real, por exemplo, dos direitos humanos , porque era um tema que trabalhava muito com os jovens com quem fiz voluntariado.
13	Ganhei gosto pelo associativismo.
14	Ao ter estado envolvido num projeto da área social, o mesmo abriu horizontes e raciocínios lógicos, sobre variadas áreas sociais.
15	Sinto que agora tenho um papel a manter em relação à sociedade e à minha visão sobre a vida.
16	Penso que a partir do momento, em que contribui no desenvolvimento de um pequeno grupo de jovens, que adquiri competências de participação.

17	Como já respondi anteriormente a forma como lido com pessoas desconhecidas e interajo com elas mudou.
18	Porque permitiu aumentar competências ao nível do espírito comunitário, solidariedade; participação; cooperação; responsabilidade, entre outras.
19	Trabalhar diretamente com a comunidade, criando eventos, restaurando áreas da ilha em que me voluntariei me permitiu entender a importância da valorização da cultura e da história de um local, de ter uma pegada ecológica e ser mais participativa pois uma pessoa pode sim fazer a diferença.
20	Voltei para Portugal com muita energia e com vontade de iniciar outros projetos e foi o que fiz. Até hoje continuo ligada ao ESC e ao Erasmus+.
21	Responsabilidade social com os outros.
22	Atualmente sou voluntario na minha cidade.
23	Aprendi muitas coisas sobre a Europa.
24	Sinto que não alteraram significativamente comparativamente a antes ao SVE, tendo possivelmente sido reduzidas dada a constatação do funcionamento menos que perfeito de grandes organizações de apoio social.
25	Ganhei uma maior consciência global.
26	Sem resposta.
27	Hoje, considero-me bastante participativo e com uma melhor consciência do mundo que me rodeia.
28	Valorização dos apoios da União Europeia para jovens.
29	Sim porque aprendi a ouvir a opinião dos outros e analisar melhor as minhas atitudes.
30	Mais atento ao que me rodeia.
31	Permitiu ter uma postura de respeito e aceitação perante outras pessoas e culturas.
32	Aprendi muita coisa a este nível, o que me levou a reconhecer a importância de ter uma voz ativa enquanto jovem e a lutar pelos meus direitos.
33	É uma experiência imersiva, as competências são desenvolvidas automaticamente.
34	
35	Gostei tanto que já tento estar noutras iniciativas de voluntariado.
36	O estar fora do meu país e em contacto com culturas distintas fez-me perceber ainda mais a urgência em adotar uma participação ativa na sociedade.
37	Contribui em certa parte, no que diz respeito ao conhecimento que obtive sobre a Europa, União Europeia e o que faz pelos jovens.
38	Porque aprendi muito sobre direitos humanos e a defesa de ideais e valores tão importantes para a nossa democracia.
39	Ao tornar-me mais consciente sobre o que me rodeia, sinto-me uma pessoa muito mais participativa.
40	Continuo a ser voluntária.

41	Comecei a ganhar gosto por perceber mais sobre associativismo e movimentos juvenis.
42	Sem resposta.
43	Mais interesse pelo associativismo e questões sociais.
44	Despertei o interesse em assuntos nacionais.
45	
46	

Legenda:

Verde – Maior conhecimento sobre os valores europeus e a Europa.

Vermelho – Participação cívica na comunidade.

Azul – Vontade de continuar a fazer voluntariado.